



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA –
MESTRADO

A IDEOLOGIA DO PROGRESSO: cotidiano e trabalhadores pobres no Recife (1920 – 1930)

DISSERTAÇÃO apresentada pelo aluno Vittor Leandro Bezerra Prestrelo ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da UFRPE, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Tiago de Melo Gomes.

VITTOR LEANDRO BEZERRA PRESTRELO
RECIFE/2013

Ficha catalográfica

P942i Prestrelo, Vittor Leandro Bezerra
A ideologia do progresso: cotidiano e trabalhadores
pobres no Recife (1920-1930) / Vittor Leandro Bezerra
Prestrelo. – Recife, 2013.
108 f. : il.

Orientador: Tiago de Melo Gomes.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento
de História, Recife, 2013.
Referências.

1. Cotidiano 2. História da cidade 3. Classe trabalhadora
4. Controle social I. Gomes, Tiago de Melo, orientador
II. Título

CDD 981.34

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL**

**“A IDEOLOGIA DO PROGRESSO”: cotidiano e trabalhadores pobres no Recife
(1920-1930)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR


Vittor Leandro Bezerra Prestrelo

APROVADA EM 05/ 03/ 2013


BANCA EXAMINADORA



Profº Drº Tiago de Melo Gomes
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE



Profº Drº Wellington Barbosa da Silva
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE



Profº Drº Sylvia da Costa Couceiro
Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo Historicizar de qual forma os aparelhos do Estado conseguiram ou não controlar socialmente as classes trabalhadoras do Recife através do estudo de processos criminais durante o período de 1920 - 1930. Ao longo deste processo percebemos que não havia uma homogeneidade nas políticas do Estado e muito menos na forma de como elas eram executadas, sem contar os inúmeros projetos diferentes e possíveis para a modernização do Recife ou para o controle social. Faremos considerações também sobre de que forma estas políticas afetaram ou não a maneira como estes trabalhadores pobres que estudamos utilizavam seu tempo livre seja se divertindo ou em outras atividades no Recife. No seio deste procedimento foi contemplado em análise o complexo processo que envolvia de um lado policiais, do outro, policiados e que muitas vezes terminava na constituição de conflitos e contendas. Para tal utilizaremos de jornais e periódicos como *o Jornal do Recife* e *A Província*, e de média circulação no Recife como o *Jornal Pequeno*: periódico voltado para as classes mais humildes da população da cidade e que possuía uma coluna referente às “cousas da Cidade” e voltada para os divertimentos públicos. Utilizamos ao longo do desenvolvimento deste trabalho o vasto acervo documental pertencente ao *Memorial da Justiça de Pernambuco/ TJPE*, principalmente seus processos criminais referentes aos anos entre 1920 e 1930. Através de exaustiva análise destes processos pretendemos diagnosticar de que formas o “poder constituído” se utilizava para controlar socialmente os trabalhadores pobres. Outro aporte documental serão as listas pertencentes ao *Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano*, em especial as listas de petições e portarias emitidas no período de 1920-1930 pela Secretaria de Segurança Pública para o funcionamento dos mais variados divertimentos públicos.

Palavras-chave: cotidiano – controle Social – classe trabalhadora – Recife

Abstract:

This present work aims to historicize which way the apparatus of the State could not control or socially working classes of Recife through the study of criminal cases during the period from 1920 to 1930. Throughout this process we realized that there was no uniformity in the policies of the state, much less in how they were run, not counting the many different designs and potential for modernization of Recife or social control. We will also do considerations about how these policies affect the way or not these poor workers we studied used their free time to be amused or other activities in Recife. Within this procedure was contemplated in analysis the complex process that involved a police side, the other, policed and often ended in the creation of strife and conflict. For this we will use newspapers and periodicals of general circulation as the *Jornal do Recife* and *A Província*, and medium circulation in Recife as the *Jornal Pequeno*: Regular oriented the humbler classes of the population of the city and who had a column for the "Cousas da cidade" and turned to the public amusements. We use throughout the development of this work the vast collection of documents belonging to the Memorial da Justiça de Pernambuco / TJPE, especially their criminal cases for the years between 1920 and 1930. Through exhaustive analysis of these processes aim to diagnose that forms the "constituted power" are used to control socially humble people. Another documentary will supply the lists belonging to the Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, in particular the lists of petitions and ordinances issued during the period 1920-1930 by the Departamento de Segurança Pública for the functioning of various public entertainments.

Keywords: daily - Social control - working class - Recife

LISTA DE ABREVIATURAS

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

TJPE – Tribunal de Justiça de Pernambuco

Para Manoel e Letícia Prestrelo, que me ensinaram o valor da palavra família.

Agradecimentos

Como começar a escrever uma das partes mais importantes do nosso trabalho? Sem dúvida essa já se apresenta como uma tarefa muito complicada. São tantos nomes, tantas pessoas. Gente que não posso caracterizar senão de “essencial”. Pessoas que não podem ficar sem registro aqui.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a minha mãe, Riva, pelo interesse no andamento da minha dissertação, nos meus trabalhos, no meu bem estar, e acima de tudo pelo respeito demonstrado pela minha atividade, tanto de professor como de pesquisador, hoje tão “invisível” aos olhos de nossa sociedade. Mãe, sem a sua ajuda moral nos momentos de dificuldade e seu suporte na hora da aquisição de livros, nada disso teria sido possível.

Agradeço ao meu pai, Fernando, pela educação que recebi pelo conforto, calma e pela estrutura domiciliar proporcionada, sem a qual meus momentos de estudo e escrita – 100% feita em casa – não teriam sido concretizados. Peço desculpas por ter demorado tanto tempo para entender que você sempre foi interessado nas minhas atividades acadêmicas, apenas não sabendo expressar.

Ao meu orientador, gostaria de agradecer a confiança em mim depositada, pois tenho plena consciência de que ao me aceitar como orientando você colocou em jogo seu nome e sua reputação acadêmica. Quero dizer que tudo o que fiz foi pensando em nunca te decepcionar. Agradeço humildemente pelos livros emprestados – um dia devolvarei todos eles –, e mais ainda pelas orientações e correções, sempre pertinentes, feitas aos meus textos. Deixo aqui registrado meus sinceros agradecimentos ao “cara” mais caótico e anárquico que eu já conheci e que tornou minha pós-graduação mais prazerosa e fácil de completar: Tiago de Melo Gomes.

Como não falar de uma pessoa que esteve presente ao meu lado em todos os momentos importantes pelo qual passei nos últimos seis anos? Sempre esteve disposta a ajudar e ajudou no que fosse necessário sem questionar. Pessoa que me fez perder as contas de quantas vezes já me emprestou seu cartão de crédito para eu poder comprar livros e pagar depois. Que tantas vezes me deu o melhor remédio nos momentos de aflição: um abraço. O carinho, a afeição, e acima de tudo o respeito que temos um pelo outro me fez crescer como pessoa. Camila, muito obrigado por me deixar entrar em sua vida e partilhar de momentos tão maravilhosos com você; sua companhia foi algo de extraordinário e não sei se sou digno de tudo isso. Muito obrigado.

Agradeço a CAPES pelo fomento financeiro proporcionado, permitindo-me participar de eventos e congressos acadêmicos de alto nível fora e dentro de minha cidade. Pela estabilidade econômica utilizada para a aquisição de livros importantes para o meu aperfeiçoamento profissional e teórico, sem o qual toda a escrita de minha dissertação teria sido comprometida.

Quero também registrar meus agradecimentos aos locais onde executei minhas pesquisas, que personalizados nas figuras de seus funcionários, tiveram papel importante nessa jornada. Ao Memorial da Justiça de Pernambuco/ TJPE que me disponibilizou seus acervos de processos criminais e *habeas corpus*, tão utilizados em minha pesquisa para entender as sociabilidades entre trabalhadores pobres recifenses. Agradeço também à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pela disposição dos jornais e periódicos recifenses, pela solicitude, respeito e educação de seus funcionários pelos pesquisadores que ali exercem suas atividades rotineiras.

Agradeço de modo geral à minha família e meus amigos, tanto os de dentro da academia quanto os que a vida me presenteou. Bruno, Romerito, Gustavo, Emmanuelle, Wandoberto, Elba e Josué, nossos grupos de estudo e nossas discussões acadêmicas, que sempre chateiam nossas namoradas nunca serão esquecidas, pois sua importância foi fundamental para a confecção do trabalho. Agradeço por vocês terem me aturado por todo esse tempo, me dando apoio e suporte nos momentos que precisei. Não tenho dúvida alguma de que vocês serão (se já não o são) grandes historiadores. Contem comigo para o que precisarem.

Agradeço a todos que me ajudaram ao longo deste processo, pois, ninguém faz nada sozinho nessa vida, e eu não sou exceção.

“O viajante que chega ao Recife por mar, ou trem, não é recebido por uma cidade escancarada à sua admiração, à espera dos primeiros olhos gulosos de pitoresco ou de cor.”

Gilberto Freyre

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1: A Cidade do Recife na década de 1920: características gerais acerca do cotidiano dos trabalhadores pobres recifenses	25
1.1 A difícil tarefa de habitar o Recife	31
1.2 A complexa relação entre policiais e policiados.....	38
Capítulo 2: A cidade do Recife contida nos jornais.....	44
2.1 Modos de morar - A crise das habitações.....	44
2.2 As ruas do Recife e seu trânsito caótico.....	49
2.3 Saúde e higiene no Recife nos anos 1920	60
Capítulo 3: A “ideologia do progresso”: cotidiano e trabalhadores pobres no Recife nos anos 1920.....	70
3.1 Brincadeiras tradicionais, policiamento e trabalhadores pobres.....	70
3.2 Nas malhas da polícia: o caso dos reincidentes e do defloramento de menores	86
3.3 “Acima da velocidade permitida”: o trânsito do Recife pelos processos criminais	96
3.4 Trabalhadores pobres e rituais de matriz africana.....	99
Considerações Finais	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	106

Introdução

O leitor encontrará nas páginas que se seguem um trabalho que retrata o cotidiano e a sociabilidade de trabalhadores pobres¹ frente a toda uma série de mudanças pelas quais a cidade passava. Alterações essas que tinham tudo a ver com o modo em que essas pessoas levavam suas vidas e tentavam sobreviver no e ao Recife. Como mostraremos adiante, estes trabalhadores pobres formavam uma classe quase sempre considerada perigosa pelas autoridades, visto que eram eles quem possuíam práticas não condizentes com este novo momento do Recife.

Os anos 1920 marcam o Recife através das intensas mudanças pelas quais a cidade passou. Ao longo da década vemos a cidade ser transformada aos moldes de cidades consideradas “adiantadas” como o Rio de Janeiro, Londres ou Paris. Os diversos prefeitos que estiveram à frente da capital de Pernambuco fizeram o possível para modificar costumes e práticas comuns aos habitantes recifenses, principalmente aqueles hábitos considerados “retrógrados” ou “coloniais”. O intuito era transformar o Recife em cidade “civilizada”.

Recife pode ser considerada como uma cidade paradoxal. Passou o decurso dos anos vinte “assistindo” o embate entre as tradições e o moderno e suas “maravilhas”. Como não poderia deixar de ser, a modernidade com toda a sua força ocupou papel central nesta trama. Pensando em concordância com Antonio Paulo Resende:

“A modernidade pode ser concebida como um processo civilizatório. Ela não demoliu todas as tradições, nem as menosprezou. Seu diálogo com as tradições foi fundamental. Sem compreendê-lo fica difícil analisar as profundidades de suas perspectivas. Nas mudanças trazidas pela modernidade, observamos componentes das culturas gregas, romanas, cristã e judaica. Com isso, há permanências indiscutíveis, não apenas na formulação dos pensamentos filosóficos, como também nos hábitos e nas sensibilidades.”²

O Recife passa esse período, seguindo o exemplo brasileiro, envolvido nos modernismos de Gilberto Freyre, Portinari, Graciliano Ramos, Joaquim Inojosa, Mário de Andrade e outros.³

¹ Consideraremos trabalhadores pobres toda a gama de pessoas economicamente ativas, empregadas ou não e que recebiam pelo seu trabalho, em média, a quantia de 4 mil-réis diários, totalizando ao final do mês, aproximadamente e excetuando-se os domingos não trabalhados, 105 mil-réis.

² REZENDE, Antonio Paulo. **As costuras das histórias: o Recife e a modernidade**. In: **Os anos 1920: histórias de um tempo**/ Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Resende, Jaílson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. Pág. 08.

³ Idem.

Tais transformações alteraram bastante a vida dos moradores recifenses. A luz elétrica, por exemplo, em meados de 1920 já estava relativamente popular no Recife. Outro ponto: em concordância com Sylvia Couceiro, pensamos que a industrialização pelo qual algumas cidades do Brasil passavam, trouxe de modo geral, muitos benefícios para seus habitantes como o aumento das condições de higiene, conforto e a facilitação do trabalho.⁴ No entanto, pensamos que devemos problematizar e mostrar que para além dos benefícios muitas vezes aconteciam problemas advindos destas “maravilhas modernas”.

Com o advento da modernidade, muitos trabalhadores pobres do Recife vão ter suas vidas e profissão profundamente alteradas. Ao mesmo tempo em que trazia benefícios, a modernidade mostrava suas “garras”. Ao permitir a entrada de vários utensílios modernos, que de certa forma, facilitava a vida de alguns prejudicava o labor de outros. Era o caso dos barbeiros que perderam vários clientes por causa das lâminas de barbear que permitiam que cada um fizesse suas barbas em casa, não necessitando mais pagar um profissional para isso.⁵

Os automóveis constituem outro importante exemplo. Foi para o gozo destas máquinas que ruas foram abertas, casarões e prédios derrubados e práticas alteradas. A rua passou a ser do “auto” ao invés das pessoas. Ao passo que permitiam que pessoas abastadas cruzassem a cidade com mais velocidade, economizando tempo, devido a imprudência, imperícia e negligência dos seus condutores, muitas vezes desastres aconteciam. Outra questão: com a introdução cada vez maior, como mostraremos no capítulo 2, de automóveis no Recife, o transporte público passa a perder cada vez mais status, sendo encarado como transporte de pobre,⁶ pois aqueles que possuíam seu “auto” não ia querer ser transportado “apinhado” nos bondes ou nas maxambombas do Recife.

Como não poderia deixar de ser, a modernidade também alterou o modo como as pessoas se divertiam. Ao longo da década de vinte podemos perceber como era variada a gama de divertimentos “modernos” introduzidos no Recife. Um dos principais era o futebol, que dia após dia ganhava público, mesmo entre as classes mais humildes. Não é raro encontrarmos, em jornais de época, notícias dando conta do público, destacando inclusive a presença de “senhoras e senhorinhas” presentes. Foi o que

⁴ GIARD, Luce. (1994) **A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes.

⁵ Idem.

⁶ COUCEIRO, S. C. . **Cenas urbanas: conflitos, resistências e conciliações no processo de modernização da cidade do Recife/ Brasil nos anos 1920**. En *Historia social urbana. Espacios y flujos*, Ed. Eduardo Kingman Garcés, 139-153. Quito: Colección 50 años FLACSO. Pág. 148.

aconteceu no dia 02 de maio de 1921 em nota sobre os confrontos entre o “America Foot-Ball Club” e o “Centro Sportivo do Peres”.

“Para uma regular assistencia effectuaram-se hontem no “America Parque” os encontros de campeonato entre os 1os., 2os. e 3os. quadros dos sympatisados grêmios esportivos “America Foot-Ball Club” e “Centro Sportivo do Peres”. Allegronou-nos grandemente o termos occasião de ver naquelle campo a presença de innumeradas senhoras e senhorinhas, prova evidente do beneficio resultado do advindo da medida posta em prática pela L.P.D.T. (Liga Pernambucana de Desportos Terrestres) dando franca entrada as senhoras em nossas praças esportivas.”⁷

Outra questão importante: o fato de no Brasil o futebol ser caracterizado como uma atividade de elite, não nos permite afirmar que trabalhadores pobres não eram adeptos, inclusive vários times eram formados por empregados e operários de fábricas como forma de promoção de lazer e integração entre os participantes.⁸

Como não poderia deixar de ser, o futebol como divertimento também vira alvo de controle. Cada dia que passava o futebol ganhava novos adeptos e as “assistências” dos “matches” aumentavam. A L.P.D.T. (Liga Pernambucana de Desportos Terrestres) é criada justamente para regular e controlar este divertimento que crescia bastante no Recife atraindo, como já dissemos, cada vez mais pessoas.

Apesar de constatar o crescimento dos cinemas, teatros e outros modos modernos de se divertir, a “comercialização do lazer” torna-se um processo claramente parcial e que na vida comunitária das áreas proletárias as continuidades aconteciam com mais força.⁹ De fato, poucos trabalhadores podiam desfrutar das novidades modernas como as lutas de boxe, a roda gigante e até mesmo os cinemas, teatros e até o futebol. Talvez por isso em nossa pesquisa tenhamos encontrado tantos processos criminais envolvendo trabalhadores pobres em brincadeiras como o “cavalo marinho”, “ciranda”, ou seja, em brincadeiras tradicionais.

Nosso trabalho buscará também discutir os mecanismos de controle empregados na década de vinte bem como o caráter excludente do regime republicano. Caráter este que deixou sem moradia diversos trabalhadores pobres na época. A estas pessoas restou

⁷ Jornal Pequeno, 02/05/1921

⁸ LEITE LOPES, J. S. . **Classe, Etnicidade e Cor na Formação do Futebol Brasileiro**. In: C.H.M. Batalha, F. Teixeira da Silva, A. Fortes. (Org.). *Cultura de Classe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, v. , p. 121-166.

⁹ KIRK, Neville. **Cultura: costume, comercialização e classe**. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. Pág. 61

apenas a beira do mangue como habitação, os mocambos. Como o leitor bem pode imaginar, morar num mocambo era algo extremamente desumano. Ficava-se vulnerável a vários tipos de doença bem como das intempéries climáticas. Não apenas isso, ao habitar um mocambo, essas pessoas ficavam submetidas aos mais diversos tipos de problema, como o derramamento de dejetos das usinas de cana no rio. Para ilustrar melhor o que dissemos gostaríamos de apresentar uma nota de jornal que fala por si só. A nota intitula-se “O derramamento de caldas nas águas do rio, em Caxangá. Os vexames dos habitantes ribeirinhos”:

“As águas do rio Capibaribe, em Caxangá, amanhecera, hontem, accusando um grande derramamento de caldas de usinas. Em certos trechos, o volume das caldas tornava impossível e perigosa a aproximação de qualquer pessoa, tal era a fedentina desprendida, causando sérios vexames, principalmente ás populações ribeirinhas, que, além de outros prejuízos, ficam inibidas de utilizar-se das águas do rio para banhos e lavagens de roupa. [...]”¹⁰

Assim como aconteceu com o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX,¹¹ o Recife testemunhou mudanças demográficas, econômicas e sociais. Segundo jornalistas do período, a cidade quase que dobrou de habitantes durante o percurso da década de vinte, passando de 220 mil para quase 400 mil habitantes.¹² Não apenas isso, vemos também uma notável carestia no custo de vida, e frequentemente ocupava as páginas dos jornais. Por fim, uma cidade que se “polia”, embelezava e paulatinamente se “civilizava” precisava de habitantes à sua altura, logo todo e qualquer comportamento considerado atrasado será combatido e expurgado da sociedade. Ou seja, a medida que a cidade crescia, também crescia o medo dos governantes em relação aos comportamentos fora dos padrões de civilidade das classes mais pobres.¹³

A classe de trabalhadores do Recife dos anos 1920 não era um “ente”, ou melhor, não era uma massa homogênea, sem diferenciações; poderia estar inclusive em seus “primeiros passos”, mas como apresentaremos mais adiante, possuía características próprias que a diferenciava das demais classes presentes no Recife. Além do mais, o próprio *status* moderno que se queria implantar na Cidade fazia com que novas práticas

¹⁰ Jornal Pequeno, 09/01/1920

¹¹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª Ed. Pág. 42.

¹² A Província, 29/07/1920.

¹³ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. In: VII Encontro Estadual de História - Anpuh PE, 2009, Recife. Cultura, cidadania e violência. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. v. 01. Pág. 37.

fossem engendradas ou extirpadas. Uma dessas práticas tidas como “incivilizadas” era a da vadiagem.

Vadiar, no Recife nos anos vinte chamará bastante a atenção da imprensa e das autoridades. O próprio fato de se permanecer na rua por longos períodos de tempo, formando algum tipo de aglomeração era muito mal visto pela imprensa da época. Várias vezes encontramos notas nos jornais acerca desta questão, evidenciando que o problema preocupava bastante os jornalistas.

“Ninguém pôde negar que Recife é, hoje em dia, uma cidade moderna, que dia a dia se civiliza e embeleza. Ninguém. Há, porém, aqui a prática de certos costumes que muito depõem dos nossos foros de gente civilizada. Por exemplo: esses senhores camelots a apregoarem em ruas e praças de grande movimento, como nosso clichê deixa ver as suas mercadorias, pronunciando discursos capazes de arrepiar até o mais caréca cidadão do mundo, é uma dellas. O ajuntamento de pessoas de todas as camadas sociais diante desses papalvos é uma coisa deveras lamentável para nossa gente e para o trafego de ruas onde os camelots fazem as suas práticas, falando às massas.”¹⁴

No mínimo três questões podem ser apuradas da nota acima. A primeira delas estava no fato da execução de práticas consideradas “não modernas” ou “atrasadas”



Ilustração 1: Camelôs reúnem pessoas na rua. Recife, 1928.

pelos jornalistas. O comercio “boca a boca”, “pronunciando discursos capazes de arrepiar até o mais careca cidadão do mundo”, realizado pelos camelôs já era no período considerado deveras incivilizado. Portanto, constituía-se num comportamento que deveria ser extirpado da cidade que se queria “polida” e “moderna”.

O segundo problema residia no fato deste tipo de comércio contribuir para o “ajuntamento” de pessoas nas principais ruas e praças da cidade. Uma cidade devidamente modernizada permitia em suas ruas e praças o transito livre de pessoas para qualquer lugar, sem nenhum tipo de empecilho. Logo, para a imprensa da época, qualquer coisa que viesse a contradizer tal lógica deveria ser combatida com veemência.

¹⁴ Jornal do Recife, 30/06/1928.

Derivada da segunda questão ainda surge uma terceira, e que diz respeito à vadiagem em horário de trabalho. Os *camelots* ao montarem suas bancas em ruas e praças do Recife, permitindo assim a aglomeração de pessoas, fazendo com que suas “platéias” perdessem tempo ouvindo seus “discursos capazes de arrepiar cárceras”. Tempo este que deveria estar sendo gasto em atividades produtivas para si e para a cidade. Sem contar que para as autoridades policiais muita gente reunida era sinônimo de perigo.

Em artigo sobre a mendicância no Recife, o “Jornal Pequeno” publica matéria que evidencia bem estas questões citadas acima. Segundo o periódico:

“Tem razão o chefe do executivo municipal em se preocupar com o problema da mendicidade no Recife. *Por falta de uma ação conjunta dos poderes respectivos*, fazendo-se sentir na repressão da mendicidade com um espírito de tolerância que não implique sentimentalidades inúteis, e que a nossa *urbs*, em pleno progresso e embelezamento, oferece aos olhos do visitante, esse espectáculo triste de mendigos, verdadeiros ou falsos, ás vezes formando caravanas que percorrem as ruas no seu ingrato mister de implorar a caridade pública. [...] Para os profissionais da falsa mendicancia, em o número dos quaes entra uma porcentagem avultadíssima de gente nova, homens e mulheres relativamente sadios, aptos para o trabalho, a que não se entregam pelo habito da inércia e da *vagabundagem*, contrahido mercê de certas facilidades que deparam para suplicar a caridade alheia. Quem, atravessando as nossas ruas, ainda não foi assediado por essa espécie de mendigos, que deveriam constituir um elemento *dynamico* á incorporar as massas proletárias do nosso *hinterland*, dignificado e feliz no amanho das terras fecundas e compensadoras? *Reprima a polícia a falsa mendicidade*, encaminhando essa gente para os campos. Prestará um relevante serviço à esthetica e á moral da cidade, indo assim ao encontro dos intuitos do Illustre chefe do poder executivo municipal, empenhadíssimo, conforme noticiamos ante-hontem, em limpar o Recife dessa triste mancha de miséria e vagabundagem.”¹⁵

Uma cidade que se queria “moderna”, primeiro precisava disciplinar seus habitantes visto que cada vez mais pobreza torna-se sinônimo de “perigo”. Na imprensa eram constantes as solicitações as autoridades para que estas tomassem providencias a fim de educar e disciplinar a população do Recife. Interessante nota foi lançada no “Jornal Pequeno” e abordava a questão dos “maós visinhos”. Dizia:

“As delegacias de polícia desta capital recebem constantemente queixas contra maós visinhos, mas, nestes últimos dias, taes reclamações têm sido feitas em

¹⁵ Jornal Pequeno, 16/01/1920

número avultado. Em alguns desses casos a acção da polícia é difícil, por não saber ao certo de que lado está a razão; em outros é mesmo impossível pela ausência de factos que justifiquem a intervenção da autoridade. O máo visinho é uma instituição incommoda, e as vezes, *perigosa*. Individuo – homem ou mulher – *sem educação*, não vacila em incommodar os que moram junto e quando se intriga com estes inventa toda a sorte de hostilidades que um espírito perverso pode imaginar. [...] Sem pão nem pedra o máo visinho é capaz de levar ao desespero a pessoa mais pacata do mundo. E a polícia não pode intimá-lo a mudar-se. Mesmo porque, em outro logar para onde fosse, continuaria a ser máo visinho. Efeitos da má educação...”¹⁶

Esta nota nos permite perceber que estava em voga uma ânsia da imprensa recifense de uma maior intervenção por parte das autoridades sobre os habitantes da cidade, tanto no ambiente público como dentro do ambiente privado. Apesar de não destacar algum exemplo do que seria o “má visinho” vemos que certas práticas não serão mais toleradas pela imprensa da época, nem se forem feitas dentro do âmbito do privado.

Seguindo adiante vamos observar que a saúde, logicamente, também estava inclusa neste “pacote” de melhoramentos pelos quais a cidade deveria passava. Nos jornais do período analisamos ao longo da década uma grande campanha na imprensa da capital contra a venda de “gêneros deteriorados” e contra os comerciantes que vendiam alimentos estragados, chamados nos jornais de “envenenadores”. Não apenas isso, também é possível perceber uma maior fiscalização, apesar de não ser suficiente, entre as casas de pasto da cidade, inclusive fazendo com que as mesmas adotem o discurso da higiene como forma de atrair clientes para os seus estabelecimentos. Não raro encontramos anúncios nos jornais com este tema, como por exemplo, o da “Grande Casa de Pasto Bôa Fama” que em suas propagandas dizia ser a “mais *hygienica e arejada* de Pernambuco. Á noite transformada em café, conservado toda a noite. Orchestra de piano e bandolim até 2 da manhã.”¹⁷

O “Departamento de Saúde e Assistência” fez questão de publicar num jornal de grande circulação uma nota onde chamava a atenção dos recifenses para diversas disposições sanitárias que vigoravam na cidade. Destacando de modo inclusivo o artigo 1002º:

“É obrigatório o mais rigoroso asseio nos domicílios particulares, habitações collectivas, casas commerciaes, estabelecimentos de qualquer natureza,

¹⁶ Jornal Pequeno, 06/05/1921

¹⁷ Jornal Pequeno, 02/05/1921.

terrenos ou logares, e pela sua falta ficam os proprietários, arrendatários, locatários ou responsáveis sujeitos a multa de 20\$ a 200\$000.”¹⁸

Outro problema enfrentado pelas autoridades sanitárias do Recife eram os surtos de doenças. Foi o que aconteceu em janeiro de 1920 quando um surto de varíola quis “irromper”. Diziam os jornais:

“Não está de todo afastado o perigo da invasão ou irrupção de uma epidemia de varíola entre nós. Os focos do terível mal, entre os quaes a capital da Bahia tem um destaque pavoroso, pelo morticínio sem precedentes que elle fez alli, ainda não estão extinctos. Persiste no espírito público um receio bem pronunciado de que a varíola irrompa nesta cidade.”¹⁹

Como destaca a nota tal medo da “peste vermelha” se fazia justificado entre os habitantes do Recife, requerendo medidas “prophyláticas” do departamento de saúde. Diariamente uma grande quantidade de “vapores” ficavam parados no porto e um sem número de passageiros desciam das embarcações, fazendo com que os jornalistas duvidassem de que o “germem transmissor do mal é devidamente neutralizado ou extinto pelas autoridades do porto.” No entanto, ressalta a nota que era bem possível ver médicos “operariando” pessoas contra a doença em frente a mercearias, farmácias e outros lugares. Todavia, denuncia também a nota, que alguns casos “suspeitos” têm acontecido na Encruzilhada e arredores...²⁰

Quando dizemos que estes trabalhadores pobres eram o alvo das medidas governamentais, não podemos nos esquecer do papel das mulheres. Inclusive na década de vinte, em busca de esteios para a ordem e sob a égide do “progresso” a comunidade intelectual brasileira lutará por “regenerar” a família, com as mulheres ocupando espaço privilegiado.²¹ A ideia em voga era de que não seria possível construir uma nação “civilizada” tendo outra base sem ser a família.

Concordamos com Sidney Chalhoub quando este nos diz:

“[...] o problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou

¹⁸ Jornal do Recife, 04/05/1929.

¹⁹ Jornal Pequeno, 09/01/1920

²⁰ Idem.

²¹ BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: reestrutura da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940** (Tradução de Lólio de Oliveira). São Paulo: Edusp, 1999. Pág. 03.

familiares dos trabalhadores, passando, também, pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular.”²²

Ou seja, vamos ver no Recife os chefes do município e as diversas esferas do poder como a polícia e a Justiça tentando controlar socialmente os trabalhadores pobres recifenses. É construído, principalmente pela imprensa da época, o estigma de que essas pessoas eram desordeiras, vagabundas e criminosas, simplesmente porque não possuíam comportamentos condizentes com o que as classes dominantes desejavam. Veremos também como a polícia terá papel central na implantação de novos padrões sociais.²³ Era o que dizia o “Jornal do Recife” em sua coluna “Notas e factos”: “José Olympio de Sant’Anna vulgo “José Goiaba” é um conhecido *desordeiro* que andava fazendo das suas no districto do Pombal. O sargento do destacamento de Santo Amaro prendeu-o e depositou-o na geladeira.”²⁴

Caso interessante dizia respeito aos estivadores da cidade. Uma das principais características do trabalho portuário era seu caráter ocasional. Muitas vezes os estivadores tinham que ficar esperando alguma embarcação chegar para embarque ou desembarque de alguma carga. O problema é que apesar do porto do Recife ser bastante movimentado, acontecia de algumas vezes “buracos” serem formados no período compreendido entre as chegadas e as saídas de navios, deixando assim muitos estivadores sem atividade (remunerada). Quando uma oportunidade de trabalho aparecia o emprego ainda assim não era garantido, pois eles ainda passavam por uma espécie de “seleção”, onde os candidatos eram enfileirados numa parede e escolhidos pelos capatazes dos navios para o serviço. Os que não eram escolhidos restava apenas tentar a sorte em outra embarcação.²⁵

Fora lugar de trabalho, normalmente o cais do porto representava um local de encontro aos trabalhadores, pois propiciava relativa liberdade social. Trabalhar no Porto do Recife requeria muitas horas livres na rua do sujeito, seja esperando por nova oportunidade de trabalho ou descansando para nova atividade. No entanto, numa cidade onde estava em curso a ideia da “ideologia do progresso”, facilmente muitos deles eram

²² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª Ed. Pág. 51.

²³ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. In: VII Encontro Estadual de História - Anpuh PE, 2009, Recife. Cultura, cidadania e violência. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. v. 01. Pág. 38.

²⁴ Jornal do Recife, 03/05/1929.

²⁵ ARANTES, Erika Bastos. **Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910**. In: AZEVEDO, Elciene *et al* (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 107-156. Pág. 116

confundidos com vadios por não terem patrões, pelo menos não por perto, por isso recebiam com frequência voz de prisão das autoridades policiais. Em concordância com Arantes, pensamos que para o Recife dos anos vinte era bem possível que muitos “vadios” que enchiam as cadeias eram, na realidade, desempregados ou subempregados numa cidade que se mostrava incapaz de absorver toda a mão de obra disponível no mercado.²⁶

Outro ponto importante: nosso trabalho contemplará aquelas pessoas que estavam economicamente ativas no Recife no período estudado, uma vez que, de acordo com Geraldo Barroso, Recife e seu aumento populacional não são acompanhados pelo crescimento de emprego, fazendo com que muitas pessoas transitem pela fronteira da mendicância, prostituição e da criminalidade.²⁷ Essas pessoas serão abordadas, pois, além de fazer parte deste complexo “jogo”, não estavam “trabalhando”, ou seja, não eram consideradas morigeradas, devido a um problema estrutural do Recife, e não por escolha própria.

Tal Recife de intensas mudanças pode ser atestado pelo *habeas corpus* de Osmard Alves de Azevedo Farias que ao ser acusado e preso por estelionato nos relata a seguinte afirmação: que de partida do Rio de Janeiro “viajou para esta cidade, onde a perspectiva de desenvolvimento urbano lhes asseguraria a mais ampla expansão dos negócios.” Esta afirmação, contida num documento utilizado para a defesa do réu, nos é de bastante valia uma vez que nos dá a idéia de como o centro do Recife parece estar crescendo, ou seja, verticalmente, já que o acusado estava envolvido em “negócios imobiliários”.²⁸

Trabalharemos massivamente com processos criminais e pedidos de *habeas corpus*, pois eles nos possibilitarão observar e analisar as versões “oficiais” e das personagens de nossa jornada. No entanto sabemos que mesmo que num interrogatório seja registrado as declarações de nossas personagens que detém a “palavra final” é sempre o escrivão, ou seja, sempre um agente do Estado.

²⁶ Idem. Pág. 118

²⁷ BARROSO, Geraldo Filho. **Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade.: o caso do Recife (1880 – 1940)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife 1985. p 109. in: MIRANDA, Humberto. **Meninos do Recife, na mira da polícia**. In: **Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco** / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. Pág. 104.

²⁸ Osmard Alves de Azevedo Farias. Caixa 850. 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

Um dos poucos instrumentos que os trabalhadores pobres que estudamos aqui possuíam para tentar remediar suas questões com a Justiça era o *habeas corpus* e o caso em que foi presa Antonia Maria da Conceição nos é bem elucidativo disto. Quando seu marido veio a falecer, aparentemente de uma súbita parada cardíaca enquanto ambos dormiam, Antonia foi presa acusada de assassinato. Ao lermos seu pedido de *habeas corpus* temos uma boa impressão de como essas pessoas se utilizavam deste dispositivo para tentarem alcançar a sua liberdade. Nele encontramos afirmações acerca de como ele era usado para tentar garantir a liberdade destas pessoas pobres, uma delas é a seguinte:

“O *habeas corpus*, dizia o jurista Pedro Lessa, em incomparável sessão do Supremo Tribunal Federal: o *habeas corpus* pela sua natureza jurídica pela essência ao instituto, pela doutrina e pela prática das nações que o consagram, é um meio judicial de garantir a liberdade individual ou pessoal, na acepção restrita da liberdade de locomoção”.²⁹

Outra questão importante era que normalmente os advogados do período baseavam-se em quatro artigos para tentarem a impetração de um *habeas corpus*, conseguindo assim a soltura de seus clientes, eram eles:

1. “Dar-se-há *habeas corpus* sempre que o individuo soffrer ou se achar em iminente perigo de soffrer violência, ou coacção, por ilegalidades ou abuso de poder.”³⁰
2. “Todo o constrangimento illegal, actual ou iminente, autorisa um pedido de *habeas corpus*.”³¹
3. “O constrangimento é considerado illegal: quando o processo estiver nulo; ou quando a autoridade que ordenou o constrangimento não for competente para fazê-lo.”³²
4. “São nulos: - os atos decisórios proferidos por juiz incompetente, suspeito ou subordinado; e atos que infringem a coisa julgada”³³

Dito isto, adiante o leitor encontrará um trabalho dividido em três capítulos onde no primeiro deles faremos uma apresentação da cidade do Recife, situando o leitor no contexto pelo qual a Cidade passava, além de uma discussão sobre as características

²⁹ Antonia Maria da Conceição. Caixa 850. 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

³⁰ Constituição Federal, art. 72 inciso 22.

³¹ Lei nº 1750 – art. 315.

³² Lei nº 1750 – art. 323 incisos 2º e 4º.

³³ Lei nº 1750 – art. 433 incisos 1º e 2º.

gerais da vida dos trabalhadores pobres do Recife, como por exemplo, o aumento do custo de vida e os modos de morar.

No segundo capítulo pretendemos mostrar ao leitor um panorama de idéias que permeavam a cabeça daqueles que tinham como profissão informar. Para a imprensa do período o Recife estava muito longe do ideal moderno que se pretendia e para alcançar tal objetivo os jornalistas gastavam muitas linhas “denunciando” os problemas da cidade ou opinando sobre como a capital de Pernambuco deveria ser. O capítulo está dividido em três partes onde na primeira trataremos sobre as habitações, na segunda, problemas envolvendo as ruas, os automóveis e o trânsito, e na última questões relativas à saúde e higiene na urbe recifense.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, intitulado “*A Ideologia do Progresso*”: *cotidiano e trabalhadores pobres no Recife dos anos 1920*, mostraremos como estes populares não se “dobraram” frente a este novo estado de coisas. Montamos um mosaico de casos para apresentar como muitas vezes os populares do Recife reagiam às demandas do Estado por uma adoção de novas práticas ditas “modernas”. Não esquecemos também de apresentar como se caracterizava a complexa relação entre policiais e policiados que muitas vezes terminavam em contendas e conflitos.

Como mostraremos nos capítulos que se seguem deste trabalho, a cidade do Recife em plenos anos 1920 passava por uma intensa onda de transformações no âmbito social, político, econômico e cultural. Vivia-se num “clima” de inovações. Os governantes estavam imbuídos do que poderíamos chamar de uma “ideologia do progresso”. Para tal, Recife deveria seguir o modelo de três cidades: Paris, Londres e Rio de Janeiro. Queria-se uma nova cidade livre dos antigos hábitos do período imperial, e para isso, modificar os costumes da chamada “classe perigosa” era de suma importância.

Não era difícil encontrar matérias de jornais tratando sobre como as pessoas deveriam se comportar. Inclusive era de comum acordo aos intelectuais da época a ideia de que a cidade deveria se modificar para então seus habitantes adquirirem hábitos dignos. Era o que dizia uma nota intitulada “A sensação da esthetica”, publicada em 10 de Maio de 1925. Segundo a nota: “Ninguém pode contestar a influencia do meio no caráter do homem. As noções de moral, belezza e harmonia tem variado e variarão sempre.”

Portanto, pelas características acima analisadas escolhemos por trabalhar nesta dissertação com as orientações teórico-metodológicas de uma História voltada para as

ações das pessoas envolvidas nos processos pelos quais a comunidade de trabalhadores pobres recifense passava³⁴, pois visto que com o advento da modernidade, vivida pelo Recife e seus habitantes nos anos 1920, vão propiciar uma gama de novas experiências aos trabalhadores pobres que iremos analisar posteriormente.

Buscaremos ao longo deste trabalho analisar e demonstrar as estratégias governamentais para o controle social³⁵ dentro do processo de modernização do Recife e como os populares da cidade reagiram a este momento. Ao longo de nossos estudos percebemos que não havia uma homogeneidade nas políticas do Estado e muito menos como elas eram executadas, sem contar os inúmeros projetos diferentes e possíveis para a modernização do Recife ou para o controle social. Por fim, analisaremos de que forma estas políticas afetaram ou não a maneira como as pessoas se divertiam no Recife. É exatamente neste aspecto que nossas perguntas clamam por respostas. Para nós o estudo das resistências das classes subalternas procurando valorizar atitudes e comportamentos que, aparentemente insignificantes ou imediatistas, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção.

³⁴ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.

³⁵ ALVAREZ, Marcos César. **Controle social: notas em torno de uma noção polêmica**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 1, Mar. 2004 .

Capítulo 1: A Cidade do Recife na década de 1920: características gerais acerca do cotidiano dos trabalhadores pobres recifenses.

Com o advento das Revoluções Industriais e da razão moderna, algumas cidades na Europa como Londres e Paris foram espaços de ampla modernização servindo de modelo para outros lugares que tinham como objetivo se “adiantar”. Urbanização, saneamento, iluminação, luz elétrica, veículos movidos pela combustão, industrialização, novas ordens - regras e repressões a práticas tradicionais representam esta fase histórica, enaltecida pelo discurso do “Progresso” e “Civilização”. Entretanto, devemos entender que as transformações não ocorreram em todos os países na mesma intensidade e tempo. Limitações sociais, culturais, políticas e econômicas deram ritmo e velocidade às mudanças em cada Estado.

No Brasil, as mudanças fazem parte de um processo que se constrói lentamente. Com a chegada de Dom João em 1808 e a fase imperial já tinham dado início a novas configurações nas cidades, principalmente na sede do governo: o Rio de Janeiro. Mas é com a República que o Brasil empreende uma grande marcha em direção aos “tempos modernos”. Nas suas primeiras décadas, apetrechos modernos chegam e se expandem. E a cidade do Recife não deixaria de ser contemplada com tantas novidades. A chegada dos automóveis, bondes e luz elétrica são algumas das várias inovações das primeiras décadas do século XX. A cidade começava a mudar, e as práticas também.³⁶

A aventura moderna é uma longa realização, não se sabe o seu fim nem aonde iria chegar. Temporada de Mudanças que alteram, excluem e criam práticas, insignificantes para uns e muito relevantes para outros. É neste combate, entre o novo e o velho, o moderno e o tradicional que as práticas se confundem, resignificam e confrontam-se. Segundo Sylvia Couceiro, no Recife das inovações, “euforia, medo, confiança no futuro, insegurança gerada pela velocidade das mudanças foram alguns dos sentimentos que permearam o cotidiano das pessoas da época”.³⁷ Sobre esta perspectiva compreende-se a modernização como um objeto de desejo, principalmente

³⁶ REZENDE, Antonio Paulo. **As costuras das histórias: o Recife e a modernidade**. In: **Os anos 1920: histórias de um tempo**/ Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Resende, Jaílson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

³⁷ COUCEIRO, S. C. . **Artes de viver a cidade. Conflitos e convivências no espaço de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. Doutorado em História da UFPE. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003. p. 24.

pelas pessoas que compunham o que denominamos de elite.³⁸ Esta “considerada” elite pretendia com projetos modernizadores, retirar do Recife sua face imperial, arcaica: retirar do Recife tudo aquilo que lembrasse que um dia já fomos uma colônia de Portugal.

Uma “Recife Moderna” estava nos olhos de grande parte dos intelectuais adeptos da modernidade. Estes registravam seus embalos nos jornais, revistas e obras literárias. A cidade, agora com um novo brilho e iluminação, pode ser agradavelmente aproveitada pela população, seja aquela parcela de pessoas com melhores condições financeiras, que passava a freqüentar os cinemas, parques, praças, cafés, lanchonetes e inúmeros outros divertimentos, ou a parcela mais humilde da população.³⁹

No final dos anos vinte do século passado, a cidade do Recife passa por intensas transformações urbanas. Apesar da crise econômica que atinge o mercado do açúcar, a cidade cresce, incha no dizer de alguns, exigindo reformas e infra-estrutura que suporte tal crescimento. As novas leis, controles e projetos de redefinição do espaço urbano seduziam aqueles governantes que almejavam o progresso e a civilização. Com grande destaque para Sérgio Loreto, que governou Pernambuco na década de vinte, mais precisamente de outubro de 1922 a outubro de 1926 e que de acordo com o Almanaque de Pernambuco, realizou consideráveis obras de traços modernos, como: construção da Avenida Boa Viagem, embelezamento da praça do Derby; a dragagem do porto do Recife e ampliação de alguns cais e armazéns para permitir a entrada e acostamento de grande navios; restaurou prédios escolares e deu especial atenção à formação de professores. Além disso, desenvolveu amplos projetos sanitários como na área da higiene e saúde públicas, cujo secretário era o seu genro, o médico Amaury de Medeiros, criou setores especializados para combater a malária, a tuberculose, a sífilis e para tratar as doenças mentais. Abriu uma rede de hospitais que atendia aos municípios de Goiana, Cabo, Bonito, Canhotinho, Olinda, Nazaré da Mata, Ribeirão, além de 26 postos de saúde no interior do Estado. Reformou o Hospital Santa Águeda, hoje chamado Oswaldo Cruz, criou serviços de visitantes e educação sanitária, conseguindo

³⁸ Entendemos elite como uma minoria de pessoas que detinham ao seu alcance as condições para alterar politicamente os rumos da Cidade utilizando o aparelho estatal.

³⁹ COUCEIRO, S. C. . **Artes de viver a cidade. Conflitos e convivências no espaço de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. Doutorado em História da UFPE. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.

erradicar a varíola, a febre amarela e diminuir significativamente o índice de mortalidade de crianças e adultos.⁴⁰

Tais melhoramentos atraíam pessoas de vários lugares a procura de melhores condições de vida. Foi o que aconteceu com o personagem Ricardo, do romancista José Lins do Rego. Ao chegar fugido de um engenho na Paraíba, Ricardo logo percebe que o Recife era bem diferente do lugar de onde estava vindo. Ainda no trem Ricardo põe para fora suas primeiras aflições:

“O trem puxava, as estações se sucediam. Ricardo notava que a gente que entrava no vagão já era diferente, gente mais despachada, ganhadores pedindo frete, moleques vendendo jornais. O Recife estava próximo. A cidade se aproximava dele. Teve até medo. Falavam no engenho do Recife como de uma Babel. “Tem mais de duas léguas de ruas.” “Você em uma semana não corre.” E bondes elétricos, sobrados de não sei quantos andares. E gente na rua que só formiga. O dia todo é como se fosse festa. Tudo isto agora estava perto dele. Via gente da sua cor e da sua idade entrando e saindo do carro como se fosse em casa. E ele ali encolhido no canto. Que diabo era aquilo? Medo, uma covardia de menino fora da saia da mãe. A cidade começava a mostrar seus primeiros sinais. Arraial. Viu um bonde amarelo. Era o primeiro que se apresentava aos seus olhos. Não era tão grande como diziam. ENCRUZILHADA. Casa de gente pobre pela beira da linha, jaqueiras enormes, mulheres pelas portas das casas. E agora o Recife. Tudo aquilo já era o Recife que estendia suas pernas, que crescia, que era o mundo.”⁴¹

A cidade assiste uma crescente ânsia pela modernidade que atinge a vida cotidiana dos mais abastados, daqueles que moram nos bairros centrais e que freqüentam teatros, cinemas e cafés no centro da cidade.⁴² De outro lado, as discussões e campanhas contra os mocambos dão uma visibilidade para os modos de morar dos mais pobres e que revela a miséria que circunda a cidade, que penetra em becos e ruelas. A zona norte da cidade, principalmente seus morros que se tornarão conhecidos como “altos”, estava sendo ocupada de maneira nunca antes vista, uma vez que o centro da cidade não comportava mais novos moradores.

Para Isabel Guillen, o Alto de Santa Izabel, Alto José do Pinho, Alto do Mandu, dentre outros, vão sendo ocupados por essa gama de trabalhadores pobres expulsos do centro, principalmente o bairro de São José, ao mesmo tempo em que a cidade assiste um intenso movimento migratório de trabalhadores rurais, também expulsos das usinas e engenhos.⁴³ E era exatamente aqui onde o controle social⁴⁴ mostrava a suas armas:

⁴⁰ ALMANAQUE de Pernambuco, Recife, 1924. p.253-255.

⁴¹ REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. Estudo de Antonio Carlos Villaça. – 25ª Ed. – Rio De Janeiro: José Olympio, 2005. Pág. 37

⁴² REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 1920**. Recife: Fundarpe, 1997.

⁴³ GUILLEN, Isabel C. M. . **Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife**. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

com o encarecimento de áreas centrais do Recife, trabalhadores pobres não tinham condições financeiras de se manter habitando essas regiões centrais, logo restava apenas migrar para áreas mais periféricas da cidade. Tendo em vista o projeto modernizador, os populares agora deveriam ser mais bem vigiados pelos aparelhos repressivos do Estado, principalmente pela polícia.

O Recife conteve uma nova representação, um novo olhar e esplendor, desejado por muitos. No entanto, a cidade é lugar de contradição. A chegada da modernização não subtrai os conflitos, muito pelo contrário, os multiplica. Como nos esclarece Antonio Paulo Rezende, “a cidade moderna (...) não se implantou sem luta, sem reações as inovações que ela trazia”.⁴⁵ É certo que nem todos os modernistas, políticos e indivíduos dos mais variados grupos tinham um consenso sobre que modelo de modernização deveria ser adotado para o Recife. Alguns a desaprovavam em diversos aspectos, outros em apenas alguns momentos e ainda existiam aqueles que propunham outro plano de mudanças.

Gilberto Freyre se situa neste último grupo. Após voltar de viagem aos Estados Unidos iniciada em 1918, onde fez seus estudos universitários - bacharelado em Artes Liberais, com especialização em Ciências Políticas e Sociais, na Universidade de Baylor e mestrado e doutorado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais, na Universidade de Columbia onde defendeu a tese *Vida social no Brasil em meados do século XIX* – viajou para vários países europeus para então em 1923 retornar ao Recife, avaliou que a Cidade havia mudado em demasia, perdendo suas características regionais em face às européias “modernas”.⁴⁶

Uma de suas grandes “batalhas” foi pela arborização da cidade. O próprio Freyre era a favor da “harmonização do progresso técnico da capital de Pernambuco com a sua fisionomia tradicional e com seu caráter regional.” Em sintonia com os regionalistas-modernistas do Centro Regionalista do Nordeste, no Recife, trabalhou em prol do “respeito pela arvore entre a gente mais esclarecida da cidade.” Freyre estava

⁴⁴ Entendemos por controle social a idéia de que o Estado dispõe de aparatos constituídos com a finalidade de permitir ou proibir práticas populares. Fazendo uso destes aparelhos o Estado pode legitimar ou não algo que é cotidianamente praticado, isto não quer dizer, como tentaremos provas mais adiante que as pessoas seguissem cegamente as diretrizes estatais. Ver: REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 19-34.

⁴⁵ REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: Fundarpe, 1997, p. 24.

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Apresentação e atualização de Antonio Paulo Resende; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; ilustrações de Luís Jardim; mapa turístico de Rosa Maria – 5. Ed. – São Paulo: Global, 2007.

preocupado com o desaparecimento das áreas de recreio – recreio sombreado por árvores – para as crianças e adultos recifenses. Tal campanha, no entanto só veio dar resultados em 1929, pois, alarmado com a revelação de que os parques arborizados estavam diminuindo, o prefeito Costa Maia resolveu criar em Recife os primeiros *playgrounds* do Brasil.⁴⁷

A questão da arborização da cidade não preocupava apenas Gilberto Freyre. Várias vezes notas de jornal foram publicadas com este tema. Numa delas intitulada “Pela arborização das cidades” conta o autor que ao fazer uma viagem à Suíça, lá se deparou com uma “cerimônia muito interessante” para a derrubada de uma árvore em uma propriedade privada. Para a execução, fez-se necessário uma petição prévia à prefeitura, indicando data e hora para o abatimento; estava também presente um representante do prefeito e varias testemunhas, inclusive sendo assinada uma ata de presença no “evento”. Fazia parte ainda dos tramites burocráticos o comprometimento do peticionário a cuidar de uma outra árvore previamente designada pela prefeitura em compensação por aquela que ele abateu.⁴⁸

No entanto, – lastima o autor da nota citada acima – no Brasil não existia nenhum interesse na preservação de nossas árvores, “diariamente sacrificadas para fins industriaes.” E para o jornalista, já existia inclusive um fator para se por a culpa por este estado de coisas: a “Great Western”. Segundo ele:

A Great Western, de Guarabira até Natal não queima senão toros de lenha, esse engenhos todos têm a madeira de nossas mattas como único combustível. A lenha em todas essas cidades do norte é utilizada para fins domésticos, quer em achas, quer reduzida a carvão. E essa devastação, feita sem methodo, á vontade de homens boçaes, tem effeitos prejudicialissimos não somente porque, não renovadas as plantações, como também effectuada nas proximidades dos rios, promovem a sua evaporação rápida e contribuem grandemente para as longas estiagens de que o nordeste é victima constante.”⁴⁹

Mais especificamente no Recife, o problema era a inferiorização de árvores locais na ornamentação da cidade, em detrimento das árvores importadas. Durante a década de 1920, a preferência e “sympathia” da maioria dos prefeitos do Recife foi pela adoção do fícus benjamin, que se espalhou de maneira “victoriosa por praças e ruas”. Reclamam os jornalistas que daí vem a monotonia predominante na arborização, fato que chega a ser até “chocante numa terra onde não faltam bellas arvores.” É verdade

⁴⁷ Idem. Pág. 47

⁴⁸ A Província, 06/07/1929.

⁴⁹ Idem.

que na época alguns parques e praças destoavam um pouco desta “monotonia”, como o parque do Derby, ornamentado com palmeiras imperiais, acácias e “flamboyants”; ou o parquezinho do Entroncamento, “onde as mangueiras formam bonito efeito.” Todavia, ainda existia uma espécie local que ainda não tinha “despertado o interesse”: o pau d’arco.

“É realmente lamentável que continuemos quase a empregar somente árvores importadas em detrimento das nossas que oferecem tanto interesse ornamental. O pau d’arco, por exemplo, de uma tão viva cor local, ainda não conseguiu despertar interesse.”⁵⁰

Fecha a matéria ao fazer o seguinte esclarecimento:

“Podem-se importar espécies de outras floras; nem nunca se pensou aqui em agitar a esse propósito uma campanha de ridículo chauvinismo. Ainda há pouco lembrávamos o aproveitamento da tamareira que pelo seu caráter tropical tão bem se deve adoptar na arborização das praias. Mas tudo isso sem desprezar as boas e bellas arvores brasileiras, relegadas injustamente a um plano inferior.”⁵¹

Naquele contexto, é importante analisar as políticas de governo que são encontradas na nova ordem e leis que exerciam um maior controle sobre os hábitos e costumes, principalmente dos trabalhadores de baixa renda. A polícia efetivou inúmeras prisões em nome dos bons costumes. Andar nas ruas sem documentos, na madrugada, era um crime chamado de vagabundagem.⁵² É neste embate que “aqueles que se colocavam como defensores de reformas urbanas modernizadoras, pouco se importavam se a via autoritária era o melhor caminho”.⁵³ O Recife do progresso é contradição. Ao lado de grandes inovações convivem políticas arcaicas e conservadoras.

As demandas do Estado para modernizar o Recife passavam por abrir novas avenidas, construir novas praças, iluminar as principais vias públicas da cidade, e como não poderia deixar de ser, modificar o modo como os populares agiam. Velhas práticas consideradas “imorais” e “incivilizadas” serão cada vez mais alvo das medidas governamentais. Fazemos eco ao trabalho de Maria Clementina Pereira Cunha quando esta nos mostra o seu estudo acerca do carnaval carioca entre o final do século XIX e início do XX. Nele vemos a formação da ideia de que ser pobre era sinônimo de

⁵⁰ A Província, 06/07/1929

⁵¹ Idem.

⁵² O crime de vadiagem já era instituído desde o período imperial no Brasil, sendo assim, foi apenas reforçado pelas novas políticas sociais adotadas na República. Ver: SILVA, W. B. Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Doutorado em História da UFPE. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003

⁵³ REZENDE, op. cit, 1997, p. 35.

periculosidade. Redutos de gente humilde deveriam ser severamente policiados com a finalidade de ser evitar que dali nascesse alguma ideia imoral ou incivilizada.⁵⁴

O Recife esteve presente na rota da modernidade, do novo. Nesta Epopéia, inovações chegavam a todo instante, a velocidade passava a fazer parte das ruas da cidade, divertimentos surgiam e o novo passava a se sobrepôr a tradição. Situado no interior destas transformações, ora violentas e abruptas, se encontra habitante da cidade, seja ele pobre ou rico. É no cotidiano que as mudanças são sentidas e experimentadas. É também nele que surgem as reações de quem não as admira e a alegria de quem tanto as esperou.

1.1 A difícil tarefa de habitar no Recife

Uma das características mais marcantes dos anos 1920 é o crescente aumento do custo de vida. Ao longo da década vemos crescer vertiginosamente o preço dos aluguéis das casas e dos gêneros de primeira necessidade. Tal circunstância, muitas vezes, agravava “asphyxiantemente a situação das classes médias e operárias da população.” Segundo os jornais de época, era possível encontrar “numa mesma rua o xarque, por exemplo, de igual qualidade, por preços diferentes. E assim quanto ao feijão, a farinha, a banha, o toucinho, a batata, etc.”⁵⁵

Em 1925, por exemplo, houve uma grande alta no preço da banha suína e no toucinho “da terra” fazendo com que a imprensa da cidade logo publicasse matéria denunciando. Estes dois itens geralmente eram fornecidos por produtores do Rio Grande do Sul, que na época passava por intensos embates “revolucionários” e políticos. Segundo a matéria, este estado de coisas, comprometia “as fontes produtoras de agricultura” daquela região. Se o preço da banha suína e do toucinho ameaçava subir lá, conseqüentemente, eram aumentados no Recife. O problema, na visão dos jornalistas, estava no fato de existir no Recife uma espécie de “especulação desenfreada” por parte dos comerciantes recifenses. Ainda de acordo com a matéria, o governo sul rio grandense, através de medidas “providenciais”, principalmente firmando

⁵⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵⁵ A Província, 09/05/1925.

acordos com os “merchantes” locais, encarou o problema “da subsistência” e conseguiu abafar “os surtos da especulação desalmada.”⁵⁶

Ansiavam os jornalistas recifenses que as mesmas medidas tomadas no Rio Grande do Sul fossem tomadas aqui. Desejavam que o chefe do município interviesse de alguma maneira, fazendo com que os preços não aumentassem, pelo menos não apenas com base em especulações. Termina a matéria fazendo referência ao modo como os governantes sul rio grandenses trataram a situação:

“Isso está demonstrado como, pela boa vontade e o desejo de atender ás necessidades publicas, se consegue o barateamento da vida. De outra forma, nada se conseguirá. Isto de não querer bater nos açambarcadores nem com uma moeda de tostão, é procurar alimentar a desgraça do povo, que vive tão mal e tão desalimentado do estomago.”⁵⁷

“A Província” não foi o único periódico a publicar este tipo de nota. Em 04 de Julho de 1928 o “Jornal do Recife” lançava material de mesmo teor sob o título “Vida Cara”. Segundo a nota a população de Pernambuco, “especialmente a grande maioria pobre, a massa enorme dos necessitados, seja da plebe ou da classe média, esta passando por um momento de apreensões horríveis”, não apenas por causa da situação, classificada como “acabrunhadora”, mas também pela falta de perspectiva de que no futuro a situação será melhor. Situava a questão como o mesmo que estar “de braços com uma crise enorme” uma vez que ela, aos olhos dos jornalistas, parecia ser “inexplicável”. E não pára por aí: a situação ainda é tida como “uma espécie de tentáculos a sufocar o povo como se houvesse o propósito maldito de lhe tirar o alento da vida que ainda lhe resta.”⁵⁸

Os poderes públicos mais uma vez não são esquecidos, pois deveriam tomar providencias frente ao problema, ou pelo menos, “minorar o estado de coisas”. Cita a nota que para os governos municipal, estadual e federal, tratam a questão “n’um gesto de desinteresse pelo bem colectivo”, e diante do problema pensam apenas em criar novos impostos, enchendo “as arcas do Thesouro, deixando-se o povo morrer de fome.”⁵⁹

É interessante perceber que na nota o estilo de vida de ricos e pobres é abordado: “os ricos, estes têm haveres armazenados para os dias de calamidade; atravessarão o estio”. Entretanto os pobres, “aquelles que comem á noite o producto do labor

⁵⁶ A Província, 09/05/1925.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Jornal do Recife, 04/07/1928.

⁵⁹ Idem.

expendido durante o dia, estes não se manterão, terão de cair, se a fome não os empelir para o roubo ou para outros crimes.” Nota-se também que na orientação do periódico, “quase sempre não pensa o homem que tem o estomago vazio.”⁶⁰

Pede o jornal que se tomem medidas de prevenção emergenciais e que venham de encontro “as necessidades geraes”, pois caso a situação se prolongue por mais tempo ficará “insustentável”. Problema inclusive que era agravado por causa da renda total de uma família; normalmente uma família pobre era constituída entre 4 ou 5 pessoas, e não passava de 4 mil réis o dia, ou seja, 105\$000 o mês aproximadamente, excetuando-se os domingos não trabalhados. Ao final da matéria pergunta o jornal o seguinte: “E por ventura, não será um problema digno da atenção dos governantes, este que se prende imediatamente, á sorte do pobre, dos tectos sem luz e dos lares sem pão?”⁶¹

Alimentos como o peixe, leite, carne, e principalmente o pão, frequentemente apareciam como sendo o objeto de matérias de jornal, através das denúncias sobre o aumento do preço destes produtos. Em agosto de 1924, por exemplo, o preço do peixe ganhou as páginas dos jornais devido a um “mal entendido” entre os peixeiros ambulantes e a prefeitura. Segundo nota oficial publicada no periódico, peixeiros e o “sr prefeito” entraram num “acordo” de que a partir do dia 1º de Setembro ficaria *determinado* que os peixes só poderiam ser vendidos no Mercado de São José pelo preço de 5\$000 o quilo os peixes de primeira qualidade (cavala, cioba, pescada, etc); e 3\$000 o “kilogramma” os de segunda qualidade (garajuba, garopa, tainha, etc). Ficava também “estabelecido” que o peixeiro que não cumprisse a norma, vendendo o peixe por um valor acima do estipulado, ou que apresentassem balança ou pesos “viciados”, estariam sujeitos a multa de 36\$000, fora apreensão do peixe.⁶²

Logo após a nota oficial, havia um comentário do jornal sobre a medida tomada pela prefeitura. Argumentava que as colunas do periódico serviam para combater a “exploração desenfreada” executada pelos peixeiros ambulantes além de apelar para o chefe do executivo municipal. Sentenciava o comentário sobre a nota acima citada que:

“É só para esta alta autoridade do município a população e a imprensa podem voltar-se, neste momento em que em Pernambuco, a carestia da vida é fantástica, maior do que em qualquer outra parte, isto porque a especulação galopa desenfreadamente. O preço de 5\$000 o kilogramma do peixe, agora estabelecido oficialmente, não é ainda um preço módico; entretanto, é meio caminho andado:

⁶⁰ Jornal do Recife, 04/07/1928.

⁶¹ Idem.

⁶² A Província, 29/08/1924.

o que prova o que temos dito: ajam os poderes públicos e teremos minorada a carestia.”⁶³

Todavia, não era apenas o preço do peixe que preocupava a imprensa recifense. O leite, por várias vezes, ocupou lugar nas colunas dos jornais. Acontecia, no período, que muitos vendedores de leite utilizavam em seu trabalho formas diferentes de medir a quantidade de leite que estava sendo vendida a seus clientes. Derivava disso muitas reclamações da população acerca da honestidade dos comerciantes, uma vez que a forma de medição do leite não era “oficial”, ficando aberta assim a possibilidade de algum comerciante mais “desalmado” enganar seu cliente. Segundo a nota, citada adiante, era possível encontrar “litros” com diferença para menos superior a 200 gramas. Tendo a prefeitura, à época chefiada por Joaquim Pessoa Guerra, ficado ciente da situação, resolveu agir: em matéria de primeira página, publicava uma nota oficial onde era informada a população sobre os novos “litros oficializados” que haviam sido encomendados e posteriormente deveriam ser adquiridos pelos comerciantes de leite. Sinais dos novos tempos, esta medida visava extinguir a forma como o leite era vendido, além de dar ao popular a oportunidade de se defender de práticas consideradas antiquadas, ou em alguns casos desonesta.⁶⁴

Entretanto, os dois itens de primeira necessidade mais encontrados nos jornais como sendo tema de notas em nossa pesquisa, foram o pão e a carne. Quase sempre preocupados com os preços destes dois itens, jornalistas gastavam várias linhas tratando dessa questão. Fora o preço, o pão ainda era várias vezes citado, pois acontecia de ser vendido com “demasiada diferença para menos do peso estipulado pela Prefeitura e em contravenção á clausula 7ª do Convênio dos Panificadores.” Não raro proprietários de padarias e panificadoras, chamados pelos jornalistas de “claudicadores”, eram multados por desobedecer às disposições municipais para a venda de pão.⁶⁵ Foi o que aconteceu em Maio de 1925 quando foram multados de uma só vez os donos:

“[...] das padarias Santa Rita, Nogueira, Polar, Royal, Primavera, Armada, (3 vezes), Mimosas, (2 vezes), Crystal, Japoneza, Jiriquity, Panificadora, Commercial S. Luiz, Casa Amarella, Fidelidade, Guarany, Modelo, Carmelitana, Capricho, S. Paulo e Santo Antonio, de accordo com os arts, 4 e 5 da lei 938, por estarem os referidos srs. vendendo pão, com *demasiada diferença para menos de peso* [...]”⁶⁶

⁶³ A Província, 29/08/1924.

⁶⁴ A Província, 20/04/1927.

⁶⁵ A Província, 07/05/1925

⁶⁶ Idem.

A carne por sua vez, era várias vezes retratada, mas sobre problemas diferentes. Os problemas envolvendo a “carne verde” no Recife dos anos 1920 começavam no Matadouro Municipal. Pelas notas de jornal, vemos que era um local que abrigava vários animais momentos antes do abate, além do mais a impressão que se tem é de um lugar de má conservação e insalubre, sendo várias vezes atingido por “carbúnculos bacterianos”. Tal problema chegava a abater cerca de 3 a 4 animais por dia e requereu da Prefeitura medidas para solucionar a questão, tais como a ajuda da Faculdade de Medicina Veterinária de Olinda.⁶⁷

Contudo, carne contaminada não era o único problema. Ao longo da década é possível perceber um embate entre a Prefeitura e os comerciantes de carne sobre o preço da mesma. Com frequência, era publicada nos jornais notas oficiais deliberando sobre o preço que a “carne verde” deveria ser vendida no Recife. Ao longo da década o preço do “kilogramma” deste produto variou de 1\$200 a 2\$880, fazendo com que a imprensa recifense várias vezes abordasse o tema. Foi o que aconteceu em 3 de Junho de 1928 quando “surpreendentemente” a Prefeitura decidiu baixar o preço da carne. Dizia a carta:

“A população do Recife sente-se satisfeita com a medida de grande alcance a favor do povo, encarnada da baixa do preço da carne verde, de 2\$000 o kilogramma, para 1\$600. O povo reclamava; a Imprensa por sua vez, collocada ao lado dos interesses da collectividade, fazia-se echo de sua justa queixa e assim sempre pacientemente a esperar e o tempo passar. Eis que chega a hora da realização dos sonhos doirados da população! A baixa do preço do primeiro gênero de consumo.”⁶⁸

Ainda segundo a carta, eram revelados elogios à forma como o então prefeito da cidade, Francisco da Costa Maia, governava-a, pois, este tomou “a hombros a defesa das classes mais desfavorecidas da sorte [...]” além de ser “um cidadão que sabe avaliar as agruras da pobreza.” Chega ao exagero de comparar o início de governo de Costa Maia ao crescimento da Roma Antiga quando afirma:

“Roma não se fez num dia – é brocardo antigo e por tanto, se não vemos todos os melhoramentos, vamos já nesta aurora de governo sentindo os influxos benéficos e salutareos de um fecundo passo dado logo em princípio.”⁶⁹

Para além disso, pensamos que não podemos nos furtar à discussão sobre a questão do que podemos chamar de segregação da cidade. A partir da década de 1920

⁶⁷ A Província, 06/01/1920.

⁶⁸ A Província, 03/06/1928.

⁶⁹ Idem.

vemos algumas evidências de que uma nova Recife segregada estava emergindo: agora o centro da cidade não deveria mais ser habitado por pessoas de baixa renda, estava em curso o que o próprio Hobsbawm denominou de “segregação residencial”. O centro da cidade era um espaço que nos anos 20 tinha um custo habitacional enorme e crescente, criando um movimento de expulsão da classe trabalhadora daquela região (voltaremos a falar sobre este assunto no capítulo 2). Bairros como São José, Santo Antônio e Boa Vista que antes abrigavam um grande número de trabalhadores, agora serão áreas voltadas para satisfazer as classes mais abastadas. A crescente ânsia pela modernidade que atinge a vida cotidiana dos mais abastados, daqueles que moram nos bairros centrais e que agora podem freqüentar com mais assiduidade os recentes teatros, cinemas e cafés no centro da cidade. Estava em curso a idéia de que o centro era para os ricos assim como a periferia era para os pobres.⁷⁰

De outro lado, como já dissemos, a área norte do Recife, principalmente seus “altos” serão tomados por estas pessoas que de certa forma perderam espaço de habitação nas regiões centrais da cidade. O Alto de Santa Izabel, Alto José do Pinho, Alto do Mandu, dentre outros, vão sendo ocupados por essa gama de trabalhadores pobres expulsos do centro, principalmente do bairro de São José, ao mesmo tempo em que a cidade assiste um intenso movimento migratório de trabalhadores rurais, também expulsos das usinas e engenhos de açúcar. Sendo assim a zona norte do Recife é rapidamente povoada por estes trabalhadores humildes.⁷¹

Segundo Guillen, “Nesse contexto, o Alto de Santa Izabel, situado próximo ao mercado de Casa Amarela, coração da zona norte do Recife, rapidamente foi povoado, principalmente por ter uma localização privilegiada. Ruas sem calçamento, casas de taipa e capim, raros postes de madeira a iluminar o bairro durante a noite.” Lá fundam diversos brinquedos para o divertimento da comunidade como bumba-meu-boi, Cavalos- Marinho e Maracatus. Nestes locais trabalhadores eram obrigados a criar redes de solidariedade que “fazia a vida cotidiana suportável, propiciando em meio aos

⁷⁰ HOBBSAWN, Eric J. **Fazer-se da classe operária** in: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

⁷¹ GUILLEN, Isabel C. M. . **Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife**. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

afazeres que proviam a vida material do grupo, uma série de práticas culturais que lhes permitiam ressignificar suas vidas no novo local.”⁷²

Quando não habitavam os “altos”, restava-lhes povoar a beira dos mangues. Construídos de forma extremamente rústicas e artesanais, essas habitações próximas aos mangues, vão crescendo em quantidade dia após dia: eram os mocambos. Descrevendo como era o mocambo do “masseiro” Florêncio, amigo do moleque Riçado, José Lins do Rego, com precisão, nos mostra toda a dificuldade existente neste tipo de habitação.

“No Recife tudo se comprava. Estivera na casa de Florêncio para não ir mais. O masseiro, a mulher e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão, coberta de zinco. Custava 12 mil-réis por mês. A água do mangue, na maré cheia, ia dentro de casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O mangue tinha ocasião que fedia, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos. Perto da rua lavavam couro de boi, pele de bode para o curtume de um espanhol. Morria peixe envenenado, e quando a maré secava, os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama, passeando banzeiros pelas biqueiras dos mocambos. Comiam tripas de peixes que sacudiam pela porta afora. O bicho feio ficava de espreita, esperando. Os filhos de Florêncio passavam o dia pelo lixo que as carroças deixavam num pedaço de maré que estavam aterrando. Chegavam em casa, às vezes, com presas magníficas: botinas velhas, roupas rasgadas, trapos que serviam para forrar o chão, tapar os buracos que os caranguejos faziam dentro de casa. Eram bons companheiros os caranguejos. Viviam deles, roíam-lhe as patas, comiam-lhe as vísceras amargas. Cozinhavam nas panelas de barro, e os goiamuns de olhos azuis, magros que só tinham o casco, enchiam a barriga deles. Morar na beira do mangue só tinha uma vantagem: os caranguejos. Com o primeiro trovão que estourava, saíam doidos dos buracos, enchiam as casas com o susto. Os meninos pegavam os fugitivos e quando havia de sobra encangavam pra vender. Para isto andavam de noite na lama com lamparina acesa na perseguição. Caranguejo ali era mesmo que vaca leiteira, sustentava o povo.”⁷³

No entanto, estas moradias por vezes eram vistas como imorais e promíscuas. Para Maria Clementina Pereira Cunha, muitas vezes os cortiços e mocambos eram considerados pelos intelectuais da época como locais onde poderiam surgir idéias perigosas e que poderiam inclusive interferir no “bom funcionamento” do carnaval. Segundo Cunha:

⁷² GUILLEN, Isabel C. M. . **Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife**. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

⁷³ REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. Estudo de Antonio Carlos Villaça. – 25ª Ed. – Rio De Janeiro: José Olympio, 2005. Pág. 70-71

“A identificação, nesse caso, não é com a condição étnica de seus protagonistas, mas com um lugar social capaz de inspirar mais temor que compaixão, no qual negros e brancos pobres, trabalhadores braçais e prostitutas, vadios e lavadeiras compartilhavam um mesmo e apertado espaço de convivência considerada promíscua e moralmente contagiosa.”⁷⁴

Sendo assim pensamos que os mocambos que constituíam as áreas mais periféricas do Recife eram vistos pelas classes dominantes como um local que deveria ser abolido o quanto antes, pois eram tidos como “incubadoras” de práticas e idéias perigosas. No entanto, como mostraremos no capítulo final de nosso trabalho, o Estado não tinha uma política básica para estas pessoas pobres.

Em meio a este processo, vemos também outra característica deste “novo padrão” social que os trabalhadores recifenses estavam enfrentando: obrigados agora a habitar a periferia do Recife, estes trabalhadores pobres vão ter as ligações entre o local onde eles moravam e seu local de trabalho rompidas, quebradas. Não é difícil de imaginar que em períodos anteriores à década de 1920 as ruas, becos e ruelas dos Bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista fossem habitados por trabalhadores principalmente do Porto do Recife, entre eles a maioria de estivadores. Forçados a habitar a periferia, vão perder quase que completamente a característica de morar próximo ao local de trabalho. Sem contar que no mesmo período tal movimento de “periferização” da classe trabalhadora foi possível sobretudo graças a mais dois fatores: as tarifas de transporte não onerarem de forma considerável as despesas dos trabalhadores e o incremento do número de vagões de transporte que faziam principalmente o roteiro Casa Amarela/ Centro do Recife.

1.2 A complexa relação entre policiais e policiados

Assim como E. P. Thompsom enxergou nos anos entre 1780 e 1832 a formação de um antagonismo entre trabalhadores e patrões,⁷⁵ vemos aqui no Recife na década entre 1920 e 1930 a formação de um outro antagonismo: agora não mais apenas entre patrões e empregados, mas sim entre trabalhadores pobres e o próprio Estado. Como mostraremos mais adiante, é exatamente neste período podemos perceber que as políticas estatais visam cada vez mais o controle social desta classe que no espaço de

⁷⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁷⁵ Idem.

tempo estudado é cada vez mais destacada. Nos anos 1920 o Recife vivia o que podemos chamar de modernização social; à isto credita-se, também, à consolidação do estado nacional como provedor de serviços e controle, baseado no poder militar permanente, no monopólio da legislação, no sistema tributário centralizado e, sobretudo, num crescente processo de burocratização.⁷⁶ Dito isto, fica mais claro perceber o antagonismo crescente na Cidade entre os trabalhadores e uma instituição que se encontrava em pleno processo de modernização ao ponto de aumentar em muito seus esforços para controlar seus habitantes.

É interessante perceber que em Thompson o conceito de “experiência” está profundamente ligado ao conceito de “classe”. Uma vez que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história”, esta definição imprime uma enorme função à experiência.⁷⁷

Não apenas isso, uma vez que o autor trabalha exaustivamente a questão da experiência como fundante de certa consciência de classe. Pensamos que numa cidade como Recife, em plena década de 1920, enfrentando uma serie de transformações, principalmente na área social, leva-nos a acreditar que os trabalhadores pobres recifenses também estavam enfrentando uma gama de modificações no seu ambiente de trabalho. Contextualizando o Recife de 1920 vemos que ele era o “palco” de intensas mudanças tanto urbanísticas como sociais e culturais. Os trabalhadores estavam adquirindo novas “formas de viver a cidade” nas palavras de Sylvia Couceiro. Antigas práticas não eram mais condizentes com o período e aqueles que governavam estavam a pleno vapor em busca da inserção de práticas ditas modernas – européias. A Cidade vivia um intenso antagonismo entre as práticas da elite e as dos grupos populares. E aqui vem uma questão: como fazer com que esses trabalhadores pobres adquiram para si estas novas práticas ditas modernas? Acreditamos que através do aparato policial. A polícia neste período atuará como um “tentáculo” do Estado para controlar socialmente esses trabalhadores pobres que estamos analisando.⁷⁸ Vemos que a modernidade engendra novas situações e novas formas mais atuantes de controle social. Por isso tanta desconfiança com os populares, pois eram eles os “alvos” destas medidas.⁷⁹

⁷⁶ WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

⁷⁷ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Pág. 12

⁷⁸ Devemos encarar a polícia também como produtora de práticas sociais, não apenas como uma “marionete” do Estado.

⁷⁹ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. in: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco /

Em finais do século XIX, Recife era um dos principais centros de comercialização do país, comportando cerca de 230.000 habitantes. À medida que a população aumenta, cresce também os interesses das elites governantes nos comportamentos que estas pessoas deveriam adotar. Neste momento inicia-se um esforço para tentar coibir práticas populares fora dos padrões de “civilidade” impostos as classes mais humildes. Durante estas primeiras décadas do século XX a expansão urbano-industrial causou inúmeros problemas sociais fazendo com que as medidas tomadas pelas autoridades fossem constituídas a partir da idéia da repressão.⁸⁰ É neste contexto que acreditamos que a polícia tem papel central nesta “trama”, pois, ela será um elemento central na instalação de novos padrões sociais. Como bem analisa Marcos Luiz Bretas:

“Quando a polícia se tornou mais institucionalizada, ela provavelmente criou maneiras de trabalhar que freqüentemente escapavam ao controle das autoridades do estado – o que sempre foi um grande desejo de muitos policiais – embora a maior parte do tempo a polícia tenha de reconhecer a presença do controle do estado e seguir suas instruções”.⁸¹

É importante salientar estes aspectos uma vez que as questões colocadas pelo autor acima são de relevância não apenas no período estudado, ou seja, a década de 1920, mas possuem certa validade ainda na atualidade. No período estudado, o Recife passava por um intenso clima de desconfiança, principalmente para com as pessoas que faziam parte da chamada “classe perigosa”, pois é exatamente aqui que é reforçado o entendimento de que ser pobre significava o mesmo que ser perigoso para a cidade, em outras palavras, quanto mais pobre um cidadão, mais perto de se tornar uma ameaça social. Rondava-se pelas bandas da cidade a noção de que todos eram “suspeitos de alguma coisa até que se prove o contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos que outros”, nas palavras de Chalhoub.⁸²

organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

⁸⁰ MIRANDA, Humberto. **Meninos do Recife, na mira da polícia**. In: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

⁸¹ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁸² CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p 23 in: Miranda, Humberto. Meninos do Recife, na mira da polícia. In: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

Logo, o aparato policial do Recife tinha como obrigação coibir atitudes que não eram condizentes com este período moderno pelo qual os governantes preconizavam. Um destes comportamentos era o de circular pela cidade portando uma arma de fogo ou branca. A imprensa do período relata que era de hábito comum, principalmente entre as classes sociais mais pobres, andar pela cidade portando arma cotidianamente. Segundo matéria do Jornal Pequeno:

Viage-se pela manhã, nos nossos bondes de 2ª classe, vindos dos subúrbios. É raro, raríssimo o passageiro que não conduza uma pistola ou um revolver, ou uma faca, ou um punhal.⁸³

A imprensa – talvez inclusive para vender mais jornais – reforçava comentários deste aspecto, pois queria imputar a idéia de que a rua era um lugar de perigo constante e que justamente por isso necessitava de um constante policiamento.⁸⁴

Naquele período, o esforço era tanto para tentar modificar as praticas sociais existentes entre a população mais pobre que para ser preso bastava apenas perambular nas ruas sem destino pré-estabelecido, ou querer passear e se divertir em meio as conversas e brincadeiras em grupo. No entanto, podemos entender estas práticas como um outro tipo de manifestação: a de que caminhar pela cidade, mesmo correndo o risco de ser preso, poderia significar uma demonstração aberta de negação à ordem constituída;⁸⁵ a prova de que muitas vezes as práticas sociais, diferem em muito dos discursos proferidos.

Agindo por vezes de forma violenta e inadequada, os casos em que policiais apareciam como culpados em condutas consideradas imorais repetiam-se cotidianamente no Recife. Tomemos brevemente o exemplo do soldado de polícia João Nunes de Queiroz, 25 anos, que no dia 02 de janeiro de 1930 em vez de prender o estivador José de Mello Oliveira, mais conhecido como “Zé do Gelo” que havia momentos atrás praticado as mais diversas desordens devido sua entrega às “libações alcoólicas sem conseqüências graves” pelo que atualmente é conhecido como bairro da Tamarineira, terminou por atirar no mesmo, conseqüentemente provocando sua posterior morte.⁸⁶ Por esta e por outras atitudes inadequadas para um policial, a polícia

⁸³ Jornal Pequeno, 17/07/1926, p.1 in: COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920.** in: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

⁸⁴ Op. cit. p. 39

⁸⁵ Op. cit. p. 42

⁸⁶ PRESTRELO, Vittor L. B. **Campo de Batalha: Os divertimentos públicos no Recife na década de 1920-1930.** Monografia (Licenciatura em História) – DLCH/UFRPE, Recife, 2010.

recifense dos anos 1920 muitas vezes sofria duras críticas devido ao seu despreparo. Já em 1921, o Presidente da Província José Rufino Bezerra Cavalcanti ressaltava a necessidade de reformas urgentes no aparelho policial, principalmente na formação do corpo policial, instituindo inclusive a “polícia de carreira”.⁸⁷ Já para Miranda, “estudos referentes ao aparato policial nas primeiras décadas do século XX sinalizam para o despreparo dos agentes, presentes na própria rotina de trabalho.”⁸⁸

Continuando neste assunto, Bretas pode ser de grande valia quando afirma:

O policial desenvolvia suas habilidades a partir de seu cotidiano, e mesmo que pudesse se deparar eventualmente com acontecimentos os mais inesperados, a grande maioria dos casos era previsível, e sua *expertise* se baseava na maior parte no lidar com a rotina.⁸⁹

Os indícios pesquisados nos levam a crer que os policiais do Recife eram muito despreparados, inclusive para lidar com casos de rotina. Como podemos notar no caso acima citado do policial João Nunes de Queiroz, fazer a prisão de um estivador bêbado que tinha causado desordens leves deveria ser rotineiro para um policial do período. No entanto, o caso terminou em morte, prova de que o Recife ainda possuía um aparato policial muito pouco treinado.

Entretanto vemos em 1926 Estácio Coimbra assumir o Governo do Estado com o claro intuito de reformar a aparelho policial do Recife. Para tanto ele precisa de alguém com capacidades para desempenhar tal empreitada: neste momento ele decide por indicar para o cargo de Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão em dezembro de 1926. Logo que assume, Souza Leão inicia por fazer uma enérgica campanha no sentido de cumprir as leis e posturas já existentes e que não eram cumpridas. Os métodos de Souza Leão para melhores normas de conduta cotidiana, nas palavras de Couceiro:

“passavam pela regulamentação dos espaços públicos, pelo estabelecimento de regras de condutas cotidianas, fixação de horários, enfim, pela instituição

⁸⁷ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920.** in: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. Pag. 49

⁸⁸ MIRANDA, Humberto. **Meninos do Recife, na mira da polícia.** In: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 106

⁸⁹ BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas: o povo e a polícia na Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 101 in: MIRANDA, Humberto. **Meninos do Recife, na mira da polícia.** In: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

de algumas normas que fixassem tipos de comportamentos considerados compatíveis com a vida nos centros urbanos”.⁹⁰

Mesmo com estas medidas e apesar dos elogios feitos as atitudes de Eurico de Souza Leão, a imprensa do Recife ainda clamava por uma polícia moralizada. Em 1927 Souza Leão cria a Escola Policial e o Arquivo Policial Criminal. Impele ao inspetor Ramos de Freitas a realização em 1928 do “recenseamento do meretrício” e empreende o que ele mesmo chamou de campanha contra a mendicância. Suas ações não apenas visavam reformar a tornar a polícia do Recife mais “civilizada”, mas inclusive melhorar o trânsito de automóveis na cidade que no período era nada menos que caótico. Além de procurar regulamentar os divertimentos públicos com a criação das “Instruções Regulamentares para Teatros e Casas de Diversões”.⁹¹

Se os soldados de polícia do Recife cometiam atitudes que não condiziam com as atribuições que deles se esperava, isso se devia simplesmente ao fato de que eles próprios faziam parte muitas vezes do mesmo universo destes trabalhadores pobres que tratamos aqui. É de se imaginar que muitas vezes ao tentarem cumprir um mandato para averiguar alguma desordem poderiam se deparar com algum conhecido/ vizinho seu, e assim, não cumprindo as ordens impostas de maneira cartesiana. Pensamos assim que a polícia aqui deverá ser encarada e analisada pelo leitor não como um elemento extra-componente da sociedade do Recife no período, mas sim como mais uma peça no complexo jogo social que estava inserido o Recife nos anos que compõem a intensa década de 1920.

⁹⁰ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920.** in: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. Pag. 49

⁹¹ Idem. Pág. 50

Capítulo 2: A cidade do Recife contida nos jornais

2.1 Modos de Morar – A crise das habitações

A partir de agora pretendemos mostrar ao leitor, através de periódicos populares, um panorama de idéias que permeavam a cabeça daqueles que tinham a obrigação profissional de informar o que se passava no Recife – os jornalistas –, e os principais problemas evidenciados por eles. No decorrer da década de 1920, a cidade passava por muitos problemas advindos da modernidade e da modernização, sendo vários deles citados nos jornais da época. Faz-se importante entendermos as dificuldades pelas quais passava a cidade para estabelecer uma relação com o cotidiano e as práticas daqueles que faziam parte da conhecida “classe perigosa”, ou seja, dos trabalhadores pobres, sujeitos de nosso trabalho.

Na década de 1920, o Recife passava por uma intensa transformação. A cidade recebia “retoques” em vários aspectos. Para as pessoas que governavam a cidade estava em voga o que poderíamos chamar de uma “ideologia do progresso”. Devia-se dar ao Recife características modernas, e isso logicamente, baseava-se no modelo carioca de modernização, para não dizer parisiense ou londrino. Fazia-se necessário que a cidade e seus habitantes se tornassem aptos a habitarem essa “nova” urbe que desabrochava. Com relação aos seus habitantes, estes deveriam saber se portar neste espaço moderno, terem hábitos polidos, educados e decentes. Já com relação à cidade, deveria ser embelezada e modernizada a ponto de poder acolher as pessoas que nela habitavam.

Neste período podemos dizer que a cidade passou por muitas mudanças, e talvez, nenhuma delas tenha sido maior do que com relação ao modo de como se habitar no Recife. De acordo com nossa pesquisa em diversos jornais do período⁹², nenhuma mudança ocorrida na segunda década do século XX no Recife tenha sido maior e mais fortemente sentida pelos seus habitantes, principalmente os mais pobres, quanto os modos de morar na cidade. Já tratamos um pouco sobre este tema no capítulo antecedente e gostaríamos agora de retornar a ele.

Nos anos 1920, vemos um crescente aumento nos aluguéis impossibilitando assim um trabalhador pobre habitar os bairros mais centrais da cidade. Ao analisarmos os jornais do período vimos como era difícil para um trabalhador pobre conseguir se manter nos bairros mais próximos do centro. O crescimento populacional enfrentado

⁹² Ao longo do capítulo utilizaremos notas retiradas do “Jornal do Recife”, “Jornal Pequeno” e do periódico “A Província”.

pelo Recife ocasionou um encarecimento tal da zona central da cidade que levou muitos a ocuparem os morros e as áreas mais afastadas da cidade, tais como o “Alto do Céu”, “Alto José do Pinho”, Encruzilhada ou Casa Amarela. A crescente elevação da população, aliado ao desejo dos proprietários de imóveis de aumentarem seus lucros levou o Recife à beira de uma crise habitacional.

No entanto, o “privilégio” de enfrentar problemas ligados à habitação não era somente do Recife. A capital da federação, ou seja, o Rio de Janeiro passava pela mesma situação. Em 05 de Maio de 1921 o “Jornal Pequeno” publicava uma nota retirada do jornal carioca “O Paiz” de 22 de Abril do mesmo ano onde diz o seguinte:

“Ainda hontem os vespertinos noticiavam que uma casa [...] rendia 450\$000 tivera a renda aumentada para 1:500\$000! É simplesmente uma afronta. Mas não é ainda a maior. Há pouco tempo um proprietário desejando fazer mudar um inquilino seu, augmentou várias vezes, e de uma maneira desproporcionada, o aluguel da casa, que era ocupada por uma pensão. O locatário, podendo também augmentar o preço da locação dos seus aposentos e não tendo para onde ir, sujeitou-se aos extraordinários augmentos. Pois o proprietário que o que queria era o seu prédio desocupado, intimou judicialmente a mudar-se, sob pena de pagar-lhe, além dos aluguéis já excessivos, 200\$000 por dia, enquanto permanece no prédio. E houve um juiz que despachou isso...”⁹³

Assim como na capital da federação, o Recife passava pelo mesmo problema de habitação. Nos jornais as reclamações acerca do aluguel das casas eram freqüentes. Na edição do dia 10 de Janeiro de 1920 o “Jornal Pequeno” lançava a seguinte nota: “A elevação dos aluguéis das casas”. Nela o periódico fazia uma espécie de “clamor dos inquilinos” que diante de uma “situação de carestia” não suportavam mais os sucessivos aumentos de aluguel. Também classifica a situação habitacional do Recife como “uma das preocupações mais absorventes, angustiosas mesmo” e aspira que tais aumentos no aluguel só fossem feitos de maneira “proporcional e equitativa.”⁹⁴ No entanto não era isto que acontecia: muitos proprietários, justamente para poder arcar com o custo de vida que também aumentava na capital pernambucana, frequentemente aumentavam os preços do aluguel de seus imóveis.

Nos jornais, tais proprietários eram quase sempre tidos como praticantes de uma “extorsão gananciosa e injustificável [...] sem alma, nem coração” e que muitas vezes

⁹³ O Paiz, 22/04/1921 in: Jornal Pequeno, 05/05/1921.

⁹⁴ Jornal Pequeno, 10/01/1920.

sujeitava seus inquilinos as “mais imprevistas e terríveis aflições”.⁹⁵ E continua dizendo que numa de suas viagens pelo Bond de *Dois Irmãos* um funcionário público queixava-se do aluguel que pagava. Desembolsava cerca de 60\$000 num imóvel que morava havia três anos. Entretanto, sem nenhum tipo de aviso prévio o cobrador “arrancava-lhe” ora 5\$000 ora 10\$000 de aumento por mês. O fato era tal que “pagava atualmente 130\$000”, sendo que no “último dia de dezembro foi surpreendido com um aumento de 20\$000”. Segundo o relato esse funcionário ganhava 240\$000 por mês, ou seja, mais que o dobro do que um padeiro no mesmo período recebia e mesmo assim pagava o aluguel de sua residência comprometendo mais de 50% de seu salário. E tal fato não encontra-se isolado, pois, ainda no mesmo relato, o funcionário público ao mostrar indignadamente os recibos de pagamento de seu aluguel provocou o manifesto de vários outros passageiros, solidários ao seu problema e que encontravam-se em situação bastante semelhante.⁹⁶

O problema da habitação no Recife era tão serio que em outra matéria sobre o mesmo assunto o “Jornal Pequeno” publicou uma espécie de manifesto apontando as “Conseqüências da crise das habitações no Recife”. Sentenciava que

“nada preocupa mais o cidadão, presentemente, do que a crise das habitações, crise antiga e familiar á nossa população, mas que não havia se feito sentir, como agora, de forma tão premente e angustiosa”.⁹⁷

Apontava como grande causadora deste problema o aumento do preço dos aluguéis. Chega ao ponto de exagerar quando afirma “[...] não há distinção de classe. Tanto sofre o pobre como o rico”.⁹⁸ De fato, quem possuía melhores condições financeiras passava por momentos como esse sem muitos “altos e baixos”, já quem era pobre, muitas vezes não encontrava outra alternativa a não ser mudar-se de imóvel, quase sempre no sentido centro-subúrbio.

Ainda na mesma matéria, conclama a “todas as bocas o clamor, contra esse aspecto das dificuldades da vida no Recife [...]”. criticava também as leis com relação ao inquilinato quando “a população, à revelia da proteção das leis regulando o inquilinato, está sob a tyrannia das exigências mais absurdas e arbitrárias dos senhorios”.⁹⁹ Perante as exigências dos “senhorios” os inquilinos muitas vezes ficavam

⁹⁵ Jornal Pequeno, 10/01/1920.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Jornal Pequeno, 19/01/1920.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem.

desacobertados judicialmente e muitas vezes entravam em um beco sem saída do “ou paga o que lhe querem extorquir, ou entrega a chave da casa”. Novamente destacamos que uma boa parte da população do Recife estava sujeita a este “esquema”, uma vez que “é quasi a maioria absoluta da população, notadamente entre as classes mais desfavorecidas da fortuna” que ficavam sujeitas ao dilema “ou paga o que lhe querem extorquir, ou entrega a chave”.¹⁰⁰

Os problemas envolvendo inquilinos e proprietários não parava por aí. Em 1921 outro periódico lançava mão de outras questões. Na sua edição de 17 de Janeiro “A Província” publicava a seguinte matéria: “A crise das habitações e o preço elevado dos aluguéis” onde trazia à tona outros pormenores envolvendo as habitações no Recife. Segundo o jornal:

“[...] é mister acrescentar que não é somente o preço que se impõe por uma casa ao inquilino. São as desatenções para com aqueles que habitam uma propriedade alheia, muito tempo, zelando-a e pagando e pagando seus aluguéis com a precisa pontualidade. Ao proprietário pouco se lhe dá que o inquilino esteja por muito pouco tempo em sua casa. Quanto mais depressa a decocepe, tanto melhor se pode fazer a alta do aluguel.”¹⁰¹

Acontecia que muitas vezes o imóvel alugado precisa de reformas para sua manutenção. No imaginário da época existia uma “lei natural” e fazia com que tais despesas deveriam ficar por conta do proprietário, no entanto, não era isso que acontecia. Quando o inquilino não fazia a devida manutenção na residência, era ainda possível que a “Inspecção de Higiene” fizesse alguma vistoria na casa; caso fosse descoberta alguma irregularidade, dava ao proprietário o pretexto para requerer novamente seu imóvel, alugando o mesmo assim para um novo inquilino por um preço mais alto. Frequentemente o inquilino – chamado de “comodista” pelo jornal uma vez que se submeteu às vontades do proprietário – arcava com estes gastos, “gastando tanto com uma casa que às vezes não merece”, uma vez melhorada, acontecia de o proprietário vendê-la sem nem ouvir o inquilino.¹⁰²

Ainda segundo o periódico, existe uma razão para os sucessivos aumentos de preços dos aluguéis: a migração de pessoas vindas do norte do país, principalmente do Pará e do Amazonas, e de estrangeiros. Relata ainda que a continuar o Recife sendo “afluente” de todas estas pessoas as casas passarão ao preço de “cinco para uma”,

¹⁰⁰ Jornal Pequeno, 19/01/1920.

¹⁰¹ A Província, 17/01/1921.

¹⁰² Idem.

satisfazendo os desejos dos proprietários de imóveis. Interessante é a alcunha pela qual os proprietários são chamados pelo jornal: “traficante jogador”, já que segundo “A Província” os proprietários eram “agiotas que jogam com as habitações do mesmo modo que o *traficante jogador*, sem se importar com as desgraças que possa acontecer ao seu parceiro, sugando as cédulas e os níqueis da algibeira alheia”. Termina a matéria pedindo que se faça uma discussão acerca dos gastos feitos pelo inquilino durante o tempo que habitou o imóvel.¹⁰³

A crise das habitações atravessou toda a década de 1920 e suscitou medidas governamentais para solucionar a questão. Um dos primeiros governantes a tentar sanar o problema foi o prefeito do Recife entre 1919 e 1922, o “coronel” Eduardo de Lima Castro. Para ele era necessário criar um novo bairro com casas populares e alugá-las a um baixo custo aos novos habitantes de baixa renda. Em 03 de Maio de 1921 o Jornal Pequeno noticiava com o título “O futuro bairro da Estancia”, o seguinte:

“Uma notícia alviçareira para a nossa população, que luta actualmente contra a crise das habitações, não pode ser a que, hoje, registramos, isto é, a construção de um outro bairro novo. À iniciativa do illustre sr. Coronel Lima Castro deve-se o futuro bairro do Derby, cujos estudos estão quase terminados para o início das obras. À iniciativa particular, ou melhor, à iniciativa de um moço inteligente, rico e operoso, vamos dever o bairro das Estancia.”¹⁰⁴

Tal empreendimento ficaria situado “ao término da linha do Giquiá”, onde existe um “magnífico terreno, sem alagadiços, sem pântanos e de bella perspectiva.” O terreno era de propriedade do coronel André Hybernon de Mello, rico latifundiário e que como cita o jornal “resolveu aproveitá-lo de modo mais útil à coletividade e mais eficiente para à segurança de seu capital.”¹⁰⁵

A ideia de Lima Castro era a construção de 300 casas, sendo que o grupo das 20 primeiras teria início dentro dos próximos 8 dias, formando assim um “bairro *chic*”, sendo todas as casas “modernas e higienicas”. Com isto em mente imediatamente foi feita uma planta do futuro bairro, e seu projeto levado ao conhecimento do governador do Estado e ao próprio prefeito que a “aprovaram com entusiasmo, prometendo todo o apoio dentro das atribuições dos poderes estaduais e municipais.”¹⁰⁶

¹⁰³ A Província, 17/01/1921.

¹⁰⁴ Jornal Pequeno, 03/05/1921.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

Termina a matéria dizendo: “Sabemos ainda que as casas serão construídas para o aluguel mensal de 40\$000 cada uma, com o intuito de proteger a população pobre.” As casas também estariam dentro da ideologia progressista do período e seriam equipadas com água, luz e aparelhos sanitários modernos. Finalmente o jornal noticia que recebe esta novidade com muita alegria uma vez que este “bello projecto” vem descongestionar a população da capital “que à falta casas, estará, em breve, como sardinhas em lata...”¹⁰⁷

Outra saída para o problema foi apresentada em 18 de Janeiro de 1921 na “Província” sob o título de “A concorrência para a edificação de casas – uma carta de applausos a essa idéa” onde foi oferecida uma solução “contra os aumentos dehumanizados dos alugueis de casa de moradia”. Nesta nota está inserida uma carta redigida pelos “auxiliares da Great Western” e sugeria a ideia do governo abrir concorrência pública para atrair capital privado e edificar casas de “aluguel de preço módico”. O autor da carta pensa em comum acordo com:

“os auxiliares da Great Western; é um erro esperar-se que os nossos capitalistas venham em socorro dos que precisam de casas de alugueis de 50\$ a 80\$ mensaes, pois, na sua quase totalidade, são elles proprietários de casas para este preço, mas que alugam por 100\$ e 150\$ e 200\$000, e não vão procurar *corda para se enforcar...*”¹⁰⁸

O autor ainda cita, para basear sua ideia, que medida semelhante foi tentada no Rio de Janeiro mas “não sabe em que ficou isto.” Afirma que talvez os proprietários de lá não tenham gostado da ideia e tenham “posto obstáculos a essa pretensão, com auxilio de algum *pistolão* junto aos poderes competentes.” Por fim solicita ainda que os “illustres” José Bezerra e Lima Castro, Governador do Estado e Prefeito do Recife respectivamente, mandem publicar editais de concorrência para as referidas edificações nos “jornaes de New York, certos de que teriam, no termino de suas bellas administrações, além dos braços de um povo agradecido, os louros dessa victoria.”¹⁰⁹

2.2 As ruas do Recife e seu trânsito caótico

Outro grande problema pelo qual passava a cidade estava envolto em questões relativas às vias publicas do Recife. Frequentemente em nossas pesquisas encontramos

¹⁰⁷ Jornal Pequeno, 03/05/1921.

¹⁰⁸ A Província, 18/01/1921.

¹⁰⁹ Idem.

notas e notícias dando conta de acidentes, dos mais variados motivos, envolvendo automóveis e bonds pelas ruas da cidade. Para além da insistência no assunto, jornalistas gastavam muito tempo e esforço para relatar tais acontecimentos, evidenciando que a questão era séria e preocupante no período.

Figura central nesta questão, o automóvel gerava posições muitas vezes antagônicas. Símbolo dos novos tempos, e um dos mais fortes da modernidade, o carro atraía discursos declaradamente parciais: ou amava-se ou odiava-se.¹¹⁰ Para Polycarpo Feitosa o automóvel era um dos grandes responsáveis pelas mudanças ocorridas no Recife dos anos vinte. E postula:

“Efetivamente, de todas as entidades que atuam hoje no Recife nenhuma é mais considerável, mais poderosa, mais cercada de prestígio, que o automóvel. Ele domina tudo, ou esmaga tudo...

Não foi certamente para ele que se fizeram os regulamentos, que se criaram as CCCC, que se estabeleceram tabelas. É porem, para ele, para o seu gozo particular de correr, que se destroem prédios, se alargam ruas, que se constroem pontes luxuosas, que se suprimem paradas de bondes úteis aos pobres diabos, como o que escreve isto, que destes se aproveitam... porque não se podem a toda hora aproveitar daqueles.”¹¹¹

Não apenas jornalistas e escritores estavam interessados neste assunto. Em plena virada de década, durante a administração de Eduardo de Lima Castro, podemos perceber quais os esforços estatais para tentar regular as vias públicas e a crescente frota automobilística do Recife. Segundo o “Jornal Pequeno” em 10 de Janeiro numa coluna que tratava sobre temas relativos à prefeitura, publicava que Lima Castro já estudava “demoradamente o serviço de vehiculos no Recife.”¹¹² Em 1º de Janeiro de 1920 o jornal “A Província” lança a seguinte matéria sob o título “A prefeitura age” onde entre outras ações destaca a proibição do tráfego de carroças pela ponte da Boa Vista.¹¹³

Recife se modernizava, no entanto, isto não se deu do “dia para a noite”. Os velhos trabalhadores e seus meios de transporte, como os carroceiros e suas carroças, agora tinham que dividir as ruas com os novos meios de transporte, entre eles, os *chauffeurs* e seus automóveis e “auto-caminhões”. Ainda sobre a matéria citada acima, vemos a prefeitura tentando amenizar a passagem de muitos veículos pela ponte da Boa

¹¹⁰ SILVA, Jaílson P. da . **Velo(z)cidade: o Recife dos anos vinte e o delírio das invenções modernas.** In: **Os anos 1920: histórias de um tempo /** organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Resende, Jaílson Pereira da Silva. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.

¹¹¹ FEITOSA, Polycarpo. **Dois Recifes.** 2 ed. Revista – Recife : Cepe, 2010. Pág. 58.

¹¹² Jornal Pequeno, 10/01/1920.

¹¹³ A Província, 01/01/1920.

Vista quando “ordenou que se procedesse ao estudo do novo itinerário para as carroças de maneira a evitar o transito deste vehiculos pela ponte da Boa Vista.”¹¹⁴

“Desafogar” o trânsito na parte central da cidade era tema tão urgente que apenas três dias depois sai outra matéria na “Província” abordando o assunto. Nela existe uma crítica a atual gestão municipal de proibir o trafego de carroceiros e “outros automóveis em geral” pela ponte da Boa Vista uma vez que na visão do jornal “não cinge” apenas a isto. Em texto intitulado “Regulamentação do trafego publico” publicado no dia 04 de Janeiro o periódico deixa claro que era necessária a “supressão e substituição por outra do typo Mauricio Nassau.”¹¹⁵ E continua a matéria:

“Convém, porem, ter bem presente que ainda assim o problema do tráfego ainda não estará resolvido, pois as ruas Nova e Imperatriz são muito estreitas e sobretudo a última. Para obviar este inconveniente haveria duas soluções: alongá-las ou abrir ruas lateraes.”¹¹⁶

Cita ainda como exemplo a Avenida Marquez de Olinda que “tem para seu desaffôgo do trafego as ruas Vigário Tenório e D. Maria Cesar”. Lamenta ainda que tais soluções sejam “extemporaneas” e que para além disso, se venha permitindo a construção de prédios “no atual alinhamento”. Por fim acusa a “Pernambuco Tramways” de usar a rua da Imperatriz como um “escoadouro de serviço” uma vez que a empresa fazia deste logradouro ultimo local de descida de passageiros.¹¹⁷ Um dia depois, outro texto com o mesmo título é publicado e sentencia que o bairro do Carmo estava com o trafego intenso nas ruas da Imperatriz, ponte da Boa Vista e rua Nova, em função do trafego dos antigos *bonds* da “Ferro-Carril”, das linhas da Várzea e Dois Irmãos, além do da linha de Olinda.¹¹⁸

Outro periódico fez questão de publicar matéria comentando o fechamento da ponte da Boa Vista para o trânsito dos “modestos vehiculos”. No dia 03 de Janeiro o Jornal Pequeno lançava a seguinte nota: “O transito de carroças pela ponte da Boa Vista”, onde exprimia suas opiniões acerca desta medida. Para este Jornal, esta “é uma medida que se impunha há muito tempo.” Tal ponte, situada numa área de intensa movimentação, deveria permitir o “fluxo e o refluxo” diário dos passeios de pessoas distintas com suas compras. Aponta ainda que o movimento de carroças naquele local colocava em risco a vida dos transeuntes, pois era comum, na visão do redator da

¹¹⁴ A Província, 01/01/1920.

¹¹⁵ A Província, 04/01/1920.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ A Província, 05/01/1920.

matéria, pessoas serem atropeladas pelas carroças, ou das mesmas colidirem com os *bonds*. Complementa destacando que além do que foi citado acima, destoavam “por outro lado, dos bellos aspectos de uma *urbs* culta e progressista.”¹¹⁹

Medida que atingia outro seguimento de trabalhadores do Recife era com relação aos *chauffeurs*. A primeira delas foi a de proibir que os mesmos se utilizassem da movimentada Praça da Independência como “quartel general”, uma vez que na falta de clientes para atender entre uma “corrida” e outra os *chauffeurs*, na visão do periódico, protagonizavam cenas semelhantes a da vadiagem. Dizia a “Província” em 3 de Janeiro de 1920 que “o prefeito voltou suas vistas para os automóveis de praça, os quaes, na verdade, estavam merecendo cuidados da sua repartição.” Segundo o jornal, os *chauffeurs* agora estavam lidando com um “homem de pulso” e que aos poucos estava consertando os “absurdos caprichos”.¹²⁰ Outro ponto de bastante crítica era quanto ao preço do aluguel de seu carro para cada viagem. A atividade de chauffeur era baseada num serviço de motorista com o aluguel de seu automóvel, algo semelhante aos taxis contemporâneos. No entanto o pagamento era feito tendo em vista o tempo pelo qual o chauffeur foi requerido, além do que cada qual poderia cobrar o preço que achasse conveniente pelo serviço prestado.

E é justamente aí onde Lima Castro põe em vigor uma tabela de preços com a finalidade de regulamentar a atividade. Esta tabela vem com o intuito de coibir “desta forma o abuso de cobrarem a bel prazer o preço que lhes convier pelo aluguel de seu carro.” Segundo a tabela, pela primeira meia hora seria cobrado o preço de 9\$000 e 6\$000 pelas subseqüentes.¹²¹ Além disso, tentava regular outro ponto de bastante repercussão nos jornais: a velocidade dos automóveis. Apesar da nota no jornal não mostrar, devemos ter em mente que o preço cobrado pelos *chauffeurs* levava em conta algumas circunstâncias, a principal delas era as (precárias) condições das ruas municipais principalmente a dos arrabaldes mais distantes que poderiam conter “obstáculos”. No jornal “A Província” existia uma coluna chamada “Queixas do povo” onde nela encontramos diversas reclamações populares sobre as ruas do Recife. Exemplificando rapidamente nosso argumento temos uma nota datada do dia 16 de Abril de 1921 onde nela encontramos:

¹¹⁹ A Província, 05/01/1920.

¹²⁰ A Província, 03/01/1920.

¹²¹ Idem.

“O serviço de remodelação que a prefeitura municipal vem executando, quando, fica terminado em qualquer rua deixa ainda por muito tempo os vestígios de sua passagem. Assim aconteceu na rua da detenção; acabado há já algum tempo, permanece ali grande quantidade de areia, pedras soltas e outros materiais, obstruindo os passeios e trazendo *outros inconvenientes* aos transeuntes.”¹²²

Já em 1928 encontramos outra matéria sobre o calçamento de ruas e que demonstra a dimensão deste problema na visão dos jornalistas do período. Apesar de ser uma matéria curta, ela encontra-se na parte superior da primeira página do jornal. Nela estão listadas as três empresas que venceram a “concorrência pública” para três serviços distintos de calçamento: o de “asfalto”; para o “calçamento a paralelepíedodos sobre concreto e sobre pedra, assim como o de meio fio e linha d’água”; e para o de “madamisação”. Infelizmente não estão citadas as ruas que receberão o calçamento, mas o jornal classifica este como um “importante melhoramento”.¹²³

Com uma frequência alta, encontramos nos periódicos pesquisados acidentes de trânsito. Condutores de carros, caminhões e *bonds* muitas vezes eram acusados nos jornais de não respeitarem as leis e posturas municipais que regulavam os veículos acarretando assim em acidentes, seja por imperícia ou por imprudência. Logicamente, os *chauffeurs* tinham sua parcela de participação dentro do trânsito caótico do Recife de começo de século XX. Ao que tudo indica, tal impressão dos jornalistas recifenses acerca dos *chauffeurs* não se alterou durante a década de 1920, tanto que em 08 de Maio de 1929 o Jornal do Recife publica uma sátira, em uma coluna chamada de “Sal... Picos”, relacionada aos *chauffeurs* da cidade onde:

“Dizem que um automóvel
virou porque o *chauffeur*
estava alcoolizado.

Corre a notícia de que o
inquérito feito na polícia
apurou que o tal automóvel
emborcou não porque o
chauffeur andasse usgado,
mas é que usando álcool no
motor o automóvel ficará

¹²² A Província, 16/04/1921.

¹²³ A Província, 05/08/1928.

alcoholizado e no pifão
perdeu completamente a
direção. (Sá Poty)¹²⁴

Em sua sátira, Sá Poty de forma irônica, leva à cena para a questão dos acidentes envolvendo os *chauffeurs* recifenses. Na verdade eles não eram os únicos a se deixarem levar pela velocidade nas novas “maravilhas modernas”. Reclamações nos jornais eram constantes com relação aos excessos de velocidade cometidos pelos “autos” do Recife. No começo da década de 1920 achamos diversos relatos jornalísticos acerca deste problema. Com o título “A velocidade dos autos na Av. Lima Castro” a matéria aborda o problema também colocando o *chauffeurs* numa posição de “vilanismo”, atribuindo-lhes a culpa pelos “desastres”. Afirma que a situação de velocidade excessivas dos automóveis naquela “artéria” “está a merecer as vistas do sr. prefeito.” E continua:

“Quase diariamente alli acontecem desastres e não se vê uma providência que venha por termo a esse abuso de alguns dos srs. chauffeurs. O número de vítimas de autos na avenida Lima Castro já é bem elevado, o que exige uma imediata providência dos poderes competentes. A qualquer hora do dia os autos só trafegam pela avenida Lima Castro em desabrida velocidade. Á noite então é um descalabro.”¹²⁵

Afirma, ainda, que devido a situação do excesso de velocidade “ninguém se sente com ânimo de atravessar á rua” e para solucionar a questão suplica a “folha” para que se coloquem ali guardas civis “com ordens terminantes para não permitirem que os autos trafeguem pela avenida Lima Castro com velocidade maior do que a que estabelece a prefeitura” tudo então ficaria “sanado”.¹²⁶

Entretanto, na visão dos jornalistas, os *chaufferus* não eram os únicos “vilões” do trânsito recifense. A empresa responsável pelo transporte público de passageiros e pela iluminação pública, a “Pernambuco Tramways & Power Company”, sofria diversos ataques da mídia do período. Seja por um serviço mal prestado, pela demora de algumas linhas de *bonds* ou pela falta de educação/ perícia de um funcionário, várias vezes ela é citada nos jornais como sendo o alvo das críticas.

Foi o que aconteceu no dia 31 de Agosto de 1924. Numa nota intitulada de “Linhas ligeiras” e assinada por Britto Macedo a “Tramways”, como também era conhecida, sofre severas críticas, incluindo o corpo diretivo da mesma. Nela o autor

¹²⁴ Jornal do Recife, 08/05/1929.

¹²⁵ A Província, 06/04/1922

¹²⁶ Idem.

começa pontuando a “monotonia” que se passa pela cidade, no entanto, “duas cousas ruins continuam: a “Pernambuco Tramways” e a mattaria do Parque Amorim.” Continua afirmando que para o leitor não lhe “aplaudir” só se nunca esperou um bonde às 18 horas, pois “o que os olhos não vêem o coração não sente.” Segundo Britto Macedo esperar por um bonde era o mesmo que fazer “gymnastica nos estribos”.¹²⁷ Seu diagnóstico sobre a “Tramways” era o pior possível, como podemos notar:

“Não há um dia em que o pobre mortal não mande para o inferno, sem remorso, toda a diretoria da “Tramways”. [...] A Capunga está parecendo o lugar onde o inglez perdeu as botas, e por isso, zangou-se com a pobrezinha, de uma vez para sempre. E nos vamos com uma paciência digna de louvores, alem dos muitos males que nos atormentam, suportando como “contra-pezo”, o desleixo imperdoável da famosa Companhia que não attende a ninguém porque tudo lhe corre ás mil maravilhas...”¹²⁸

O autor ainda chega a afirmar que a “Tramways” era a pior empresa no ramo do país, uma vez que esta tratava “tão mal os interesses públicos”. Pregava efusivamente que o principal problema da empresa era a desorganização e, para terminar, solicitava mais *bonds* nas ruas no horário de pico, ou seja, por volta das sete e meia da manhã.¹²⁹

Como se isso não fosse o bastante, os trabalhadores pobres do Recife ainda encontravam veículos de transporte sucateados e “estragados” para ir ao trabalho. Encontramos uma nota no “Jornal Pequeno” que ilustra bem o argumento sobre as criticas feitas (novamente) à “Pernambuco Tramways”. Dessa vez na nota o “alvo” eram as maxambombas administradas pela empresa e contém o seguinte:

“Aquella maldita maxambomba de Campo Grande e Beberibe precisa de ser o quanto antes substituída pelo bond, desde que a “Pernambuco Tramways” não quer ou não pode melhora-la. É um meio de condução indigno de uma cidade adiantada, não só pela imprestabilidade de seu material, como pela desordem que há no serviço. [...] Accresce a isso a deficiência dos carros, ou o propósito de não serem os de segunda atrelados em número sufficiente para a grande massa de operários e jornaleiros que todos os dias desce daquella zona para o centro da cidade.”¹³⁰

Ainda segundo o periódico, em dias de chuva o “suplício” dos passageiros é ainda pior, pois além de “virem apinhados, mal podendo mover-se, ficam inteiramente molhados, porque dentro dos vagões chove tanto quanto na rua;” e a razão para isso é

¹²⁷ A Província, 31/08/1924.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Jornal Pequeno, 02/05/1921

que era comum os tetos dos “wagons” dos trens serem cheios de rachaduras, possibilitando assim a passagem de água.¹³¹

Assim como na contemporaneidade, acidentes envolvendo pedestres e meios de transporte não eram tão incomuns no Recife da década de 1920, muito pelo contrário. Os jornais do período estão “recheados” de notícias desta espécie e é sobre este tema que iremos nos deter de agora em diante.



Ilustração 2: Propaganda em jornal de automóvel

Seguindo uma tendência nacional, a cada dia que passava aumentava o número de automóveis nas ruas do Recife. Para se ter uma ideia, num período de três anos o número de “autos” na Cidade mais que duplica, passando de 1.468 em 1923 para 3.520 em 1926. Falando em termos de Brasil, os números são ainda mais expressivos: em 1907 foram importados 366 “autos”, e vinte anos depois em 1927 o total passa da casa dos 29.000 carros importados.¹³²

Como dissemos no início desta sessão, acidentes dos mais variados motivos envolvendo pedestres e veículos nas ruas do Recife estavam bem noticiados nos jornais. Foi quando no dia 3 de Janeiro de 1920 em uma nota intitulada “Alcançado por um auto” saiu a seguinte notícia:

“Os autos continuam a fazer victimas. Ontem pelas 20 horas o sr. José Rodrigues da Silva, auxiliar de praticagem, na Estrada dos Remédios foi alcançado por um auto que desenvolvia muita velocidade, soffrendo neste accidente fractura na coxa esquerda. [...] O chauffeur delinqüente consegiuo fugir, graças á velocidade do seu vehiculo e a falta de policiamento na Estrada dos Remédios.”¹³³

Nesta notícia duas coisas chamam bastante atenção: a) a velocidade “desenvolvida” pelo carro no momento do acidente e b) o culpado pelo ocorrido. A década de 1920 caracteriza-se no Recife por ser marcada por uma forte relação entre o passado e o presente, entre o colonial e o moderno. Com a chegada das “maravilhas

¹³¹ Jornal Pequeno, 02/05/1921.

¹³² A Província, 01/06/1928

¹³³ A Província, 03/01/1920

modernas” muitas pessoas vão querer aproveitá-las em seu máximo potencial, uma vez que as mesmas reduziam o deslocamento entre pontos antes distantes da cidade, permitindo assim a realização de uma maior quantidade de tarefas. Ocorria que muitas vezes para realizarem sua atividade num menor espaço de tempo os chauffeurs do Recife muitas vezes deixavam de lado os limites de velocidade, o que somado com a inexperiência e imperícia dos pedestres no momento de atravessar uma via, uma vez que as mesmas eram cada vez mais tomadas por “autos”, ocasionava assim acidentes.

O outro ponto faz referência ao “culpado” pelo acidente. Muitas vezes, para não dizer quase sempre, os *chauffeurs* do Recife eram tidos como “vilões” nestes tipos de caso envolvendo automóveis e pedestres. Sem nenhuma discussão, os *chauffeurs* são sumariamente postos no banco dos réus pelos jornalistas do período. Frequentemente as motivações e as circunstâncias que fizeram com que aquele determinado condutor estivesse acima do limite de velocidade permitido não eram sequer apurados pelos jornalistas.¹³⁴

Infelizmente, os problemas não paravam por aí. Em 15 de Janeiro de 1920 o “Jornal Pequeno” noticiava uma grande colisão entre um automóvel “Ford” número 250 de propriedade de Ferreira Britto & C e um bonde próximo ao Parque Amorim, quando o motor daquele ao passar pelo local “se desarranjou subitamente”. Noticiava o periódico:

“O chauffeur do vehiculo, José da Silva Maia, apesar de muito trabalho para a retirada do carro de sobre a linha da *Tramways*, não conseguiu fazê-lo. As 9 e ½ horas, o Bond n. 125 da “Casa Amarela”, procedente do Recife e guiado pelo motorneiro chapa 547, se aproximava do automóvel, desenvolvendo grande velocidade. O chauffeur Maia e outras pessoas vendo a imminencia de um desastre gritaram, chamando a atenção do motorneiro, porém, sem effeito, pois o Bond foi de encontro ao auto, jogando-o sobre o muro do Collegio Americano Baptista, o qual, devido ao choque, se arruinou, na extensão de cerca de 4 metros. O automóvel 250 ficou completamente damnificado, tendo algumas de suas peças saltado á grande distancia. [...] Os srs. Ferreira Britto & C. avaliam o prejuízo soffrido em 5:000\$090 e pretendem exigir da *Tramways* a respectiva indemnização.”¹³⁵

¹³⁴ Não estamos aqui defendendo que andar acima da velocidade permitida numa via estava correto, mas sim tentando interpretar, de maneira válida, práticas sociais daquele período.

¹³⁵ Jornal Pequeno, 15/01/1920.

Sobre os prejuízos, que chegaram a quantia de mais de 1 conto de Réis, o proprietário do veículo ainda pretendeu cobrar da *Tramways* o ressarcimento.¹³⁶ Tais fato ainda nos revela uma faceta bem interessante acerca dos modos daquele período: no entendimento do proprietário do “auto” quem era o culpado pelo “desastre” era o motorneiro do *bond* uma vez que este supostamente estava “desenvolvendo grande velocidade”, e não o proprietário do automóvel, que se “desarranjou subitamente”, por ter deixado o mesmo sem manutenção, excesso de uso, falta de combustível ou qualquer outro motivo evitável pelo seu dono.

Em 1928, no “Jornal do Recife” saía mais uma matéria tendo a *Tramways*, principalmente seus condutores, como ponto central das críticas. Estava intitulada como “A Tramways...” e abordava a falta de “polidez devida aos passageiros dos carros desta companhia.” Afirma que diante deste fato muitas vezes entre passageiros e condutores se originam “discussões desagradáveis”, que inclusive chegam ao conhecimento do corpo diretivo da companhia, no entanto esta, “parece, (que) não toma nenhuma providência.” O autor da nota ainda reconhece que não são todos os condutores da Tramways a cometerem esse “má procedimento”, entretanto aponta que muitas vezes condutores desacatam passageiros impunemente, e aponta como agravante o corporativismo de “seus superiores hierárquicos.” Outra prática criticada na nota era a freqüente ocorrência dos condutores “que não prestando atenção ao serviço, dão sinal de partida aos carros, enquanto senhoras e outros passageiros, por vezes pessoas idosas ainda não têm subido.”¹³⁷

Inclusive na mesma edição do periódico citada acima é publicada uma nota onde a falta de polidez dos funcionários da *Tramways* é o tema. Sob o título “O fiscal da Tramways n. 143 age grosseiramente – cerca de 40 passageiros foram prejudicados” é relatada a existência de “certa qualidade de gente que não tem noção da responsabilidade do lugar que ocupa em qualquer departamento público, e por isso, para servir somente a um capricho seu incontestável, pouco se lhe dá prejudicar ao interesse geral.”¹³⁸

No entanto, a despeito da opinião dos jornalistas sobre os funcionários da *Tramways*, sabemos que não eram os únicos a possuir práticas não “polidas”. Diariamente passageiros agiam de maneira não “civilizada” para com os funcionários

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Jornal do Recife, 06/05/1928.

¹³⁸ Idem.

dos *bonds* pelos mais variados motivos evidenciando que o problema pode ser considerado uma “via de mão dupla”. Em nota do dia 3 de Maio de 1929 com o nome de “Notas e factos” o “Jornal do Recife” relata a ação de um passageiro “insubordinado”. Vamos à ela:

“Às 16 e ½ de ante-hontem o carro P. S. da Pernambuco Tramways dirigia-se destino á Casa Amarela. Em certa altura um carteiro da Repartição Geral dos Correios subiu ao bonde. Quando o tramvia passava pelo lugar Mangabeira o citado empregado dos correios quiz saltar do bonde antes de chegar o ponto de secção. Sendo proibido ao condutor José Honório Netto que trazia a chapa 265, abrir a portinhola em taes momentos, não foi o carteiro satisfeito em seus intentos. Bastou isso para que fosse violentamente agredido pelo *passageiro insubordinado*.”¹³⁹

Policiais presenciaram a cena e prenderam o carteiro, levando-o para o “xadrez” da 5ª delegacia. Pois bem, o fato que mostramos acima revela uma, de inúmeras histórias de “insubordinação” e falta de “polidez” que ocorriam diversas vezes na urbe recifense de meados da década de 1920. Diariamente, passageiros e funcionários desentendiam-se, pelos mais variados motivos, dentro dos vagões de transporte coletivo operados pela “Tramways”.

José Lins do Rego, ao narrar uma das viagens do moleque Ricardo, nos dá uma ideia bem precisa sobre como era utilizar os bondes do Recife nos anos vinte:

“Ficava sozinho no seu canto, no bonde, ouvindo a gritaria da cabroeira. Verdureiros com cestos entulhados, brigando com o condutor pelo preço do frete, uma balbúrdia infernal de todos os dias. Nunca fizera uma viagem sem discussão de gente no bonde. Quando não era de passageiros, era do fiscal com o condutor. Ricardo via “peixeiras” enormes com o cabo aparecendo. E se arrepiava só em pensar em briga ali no passageiro. Afinal foi se acostumando com o povo.”¹⁴⁰

Por fim, quando não estavam à mercê de nenhum dos problemas relatados nesta sessão, trabalhadores pobres do ainda tinham que enfrentar uma dificuldade diária: as constantes quedas de energia no Recife. Publicada no “Jornal Pequeno” no dia 12 de Maio de 1922, a nota “Depois da chuva ou depois da falta de energia” para retratar as repetidas faltas de energia na cidade, faz uma irônica comparação entre a capital de Pernambuco e Belém do Pará. Enquanto que nesta, devido a condições naturais, chove

¹³⁹ Jornal do Recife, 03/05/1929.

¹⁴⁰ REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. Estudo de Antonio Carlos Villaça. – 25ª Ed. – Rio De Janeiro: José Olympio, 2005. Pág. 46



Ilustração 3: Bonde do Recife apinhado de pessoas pobres.

“precisa, diária e infallivelmente” – a famosa chuva das 15 horas. Aqui no Recife, de acordo com os jornalistas do período poderia se recorrer às mesmas circunstâncias, só que “depois da falta de energia...” Segundo a nota citada, faziam oito dias seguidos que na mesma hora faltava energia elétrica na usina da “Tramways”, paralisando assim os serviços de bonde, iluminação pública e particular. Este problema é caracterizado nos jornais como sendo uma “pilhéria”, uma “brincadeira de mau gosto”, uma vez que acontecia sempre na hora de maior pico no transporte público, prejudicando aqueles “habitantes suburbanos, ansiosos por chegarem á casa, aos estafados, com o estômago a reclamar, outros com afazeres ainda após a bóia, que vão apertar apressadamente.”¹⁴¹

Assim sendo, procuramos mostrar que para além da “crise das habitações” a cidade sofria também com sérios problemas relacionados aos transportes. Novos meios de locomoção eram implantados e com eles novos problemas para serem administrados. Transformar o Recife numa “cidade do progresso”, “moderna” e “civilizada” não era tarefa fácil uma vez que questões envolvendo a saúde de seus habitantes eram urgentes e precisavam de cuidados como mostraremos adiante.

Saúde e higiene no Recife na década de 1920

Sem dúvida questões relativas à saúde pública e a higiene da urbe preocupavam os jornalistas do período. Frequentemente encontramos notícias, notas e matérias nos

¹⁴¹ Jornal Pequeno, 12/05/1922.

mais variados jornais tendo como tema a saúde das pessoas e/ ou a higienização da cidade. A Recife que se queria “moderna”, “adiantada” e “civilizada” antes precisava de melhorias sanitárias. A partir de agora abordaremos tais questões e tentaremos situar o leitor dentro desses problemas os quais eram cotidianamente enfrentados por trabalhadores pobres recifenses.

Uma cidade que se queria regida pela égide do “progresso” em primeiro lugar deveria cuidar de suas crianças. No entanto, o Recife possuía uma alta taxa de crianças falecidas entre 0 e 1 ano de idade e era conhecida na época como “matadouro de crianças”. Fato é que o “momentoso” problema da mortalidade infantil por vezes ocupava lugar nas notas dos jornais. Na virada da década, um dos primeiros jornais a publicar matéria sobre o assunto foi “A Província”. Na nota “A mortalidade infantil do Recife” de 3 de Janeiro de 1920 o texto mostra que apesar de alto o índice de “lethalidade infantil” no Recife, não era relativamente maior do que em muitas outras cidades brasileiras como no Rio de Janeiro (Distrito Federal) e São Paulo.¹⁴²

A “nobre” ideia do texto é retirar do Recife “a humilhante insígnia de matadouro de crianças, expoente máximo de mortalidade infantil” e para isso o autor compara os números das principais cidades do país neste quesito através de tabelas publicadas na “Secção Demographica da Diretoria Geral de Saúde Pública”. Segundo quadro comparativo elaborado e apresentado pelo autor da nota, o jornalista José de Barros Filho, o Recife aparece com números relativos bastante baixos se comparados aos de algumas outras cidades do Brasil. Abaixo transcrevemos a tabela:

Cidades	Annos	Total de Óbitos	Óbitos de 0 a 1 ano	Proporção em 100 óbitos
R. de Janeiro	1917	21508	5043	23,43
São Paulo	1917	7908	2619	33,11
Porto Alegre	1917	3839	1035	26,96
Fortaleza	1917	1812	523	28,39
Manaós	1917	1178	276	23,42
Parahyba	1917	854	290	33,95
Recife	1917	6347	1264	19,91

¹⁴² A Província, 03/01/1920.

Como podemos observar nas estatísticas oficiais, Recife aparece com sua taxa de mortalidade infantil realmente mais baixa do que em outras cidades, no entanto o próprio autor da tabela reconhece que tais números ainda não são suficientemente aceitáveis para uma cidade em vias de “progresso” e afirma que é “alta percentagem mortuária” na capital de Pernambuco.¹⁴³

Ainda segundo José de Barros Filho a causa desta alta taxa de mortalidade infantil “reside nas doenças do aparelho digestivo, predominantes nesse período de vida, originárias dos vícios de alimentação, dos defeitos de regimen, da falta de cuidados, da ausência de hygiene, tão freqüentes ainda em nosso povo [...]”¹⁴⁴ Sobre esta declaração devemos fazer algumas considerações.

A primeira delas faz coro ao fato da mortalidade infantil estar ligada às doenças do aparelho digestivo. Em primeiro momento, o leitor mais desprevenido poderá pensar que as doenças que mais vitimavam no período eram as do trato respiratório, com a tuberculose, ou tísico como era conhecida, liderando-as. Contudo, e ao contrário do que se possa imaginar, eram as doenças do sistema digestivo que mais matavam no Recife da década de 1920.

Já na virada da década de 1910 o “Jornal Pequeno” publica a seguinte nota: “A tuberculose, no obituário da cidade, cedeu o lugar de honra as moléstias do aparelho digestivo.” De acordo com a nota “mesmo a tuberculose, que sempre teve para nós o caracter de um flagello permanente, [...] vem figurando, de certo tempo a esta parte, em plano inferior ás referidas moléstias.” Tanto é que em Dezembro último o “placar” entre as duas *causa mortis* ficou em 27 óbitos para a tuberculose contra 36 para infecção intestinal.¹⁴⁵

Ao confrontarmos estas duas cifras surgem-nos dois tipos de reflexão:

“Ou a tuberculose, velha e irreductivel ceifadora de nossa população, principalmente no seio das classes pobres, perdeu a ferocidade lethal que lhe dava o primeiro lugar no coefficiente demographico da cidade graças a uma ação de prophylaxia especial e systematica, atacando os seus conhecidos focos de origem e propagação, localizados nos centros das péssimas habitações populares urbanas e suburbanas, campanha sanitária que está ainda a ser feita entre nós; ou persistem as suas causas e efeitos, o que se nos affigura mais (ilegível) e provável, sendo o augmento da mortalidade pelas moléstias do aparelho

¹⁴³ A Província, 03/01/1920.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Jornal Pequeno, 05/01/1920.

digestivo um fructo da falta de hygiene alimentar, que tem sido objecto de impressionantes reportagens e repetidas reclamações desta folha.”¹⁴⁶

Para o periódico a causa deste problema encontra-se na falta de fiscalização “pelos poderes sanitários” dos gêneros de primeira necessidade comercializados na urbe recifense. Classifica também como “pernicioso” o comércio de gêneros alimentícios. Na verdade acontecia que muitas vezes a fiscalização da “Hygiene Pública” (órgão responsável pelas questões sanitárias da cidade) era insuficiente para realizar uma vigilância intensa e complementar, a fim de evitar “o comércio de gêneros deteriorados [...], expostos a venda nas mercearias, nas tavernas, [...], sem nenhuma protecção ao contacto nocivo das moscas, da poeira, etc.”¹⁴⁷

Entretanto o problema não estava restrito apenas as mercearias, tavernas e as ruas do Recife. Hotéis de segunda ordem, casas de pasto e “notadamente” nas “espeluncas sórdidas onde se fornece, a preço baixo, alimentação as classes proletárias” não eram observados os mais “comesinhos” preceitos de hygiene. Sob este ponto de vista do “jornal Pequeno”, urgia, portanto, “uma acção conjunta no objectivo superior” de beneficiar a população tanto da municipalidade quanto do Governador afim de se extinguir os “perniciosos costumes do comércio de gêneros alimentícios.”¹⁴⁸

Ainda sobre este assunto o “Jornal Pequeno” não se dá por satisfeito com a denúncia que havia feito e que citamos acima, e pouco tempo depois, cerca de 10 dias, publica outra grande nota evidenciando outras questões sobre o tema. Com o título “Contra os envenenadores do povo” é publicada no dia 13 de Janeiro de 1920 nota onde nela se denuncia as péssimas condições de alimentação, seja no âmbito privado ou no público, a que estavam expostos os trabalhadores do Recife. Afirma o jornal que de acordo com “todos” os médicos as causas das doenças do trato digestivo terem ultrapassado as do respiratório encontra-se na falta de hygiene alimentar. Desde

“cosinhas domésticas ás cosinhas das casas de pasto, hotéis, restaurantes, cafês e principalmente nos sórdidos commedoiros que o observador, estarecido e ennojado, ainda defronta em todos os bairros do Recife, fornecendo alimentação barata e nociva as classes populares.”¹⁴⁹

Para o periódico reinava em toda parte uma negligência, um menosprezo “inqualificável por uns tantos preceitos higienicos que, nas cidades cultas, jamais são descuidados e escarnecidos.” No entanto, o “abuso maior” estava ligado diretamente a

¹⁴⁶ Jornal Pequeno, 05/01/1920.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Jornal Pequeno, 13/01/1920.

“clamorosa e injustificável” comercialização de gêneros deteriorados.¹⁵⁰ Para o melhor entendimento da questão vale a pena transcrever o seguinte parágrafo:

“As classes menos abastadas são as que soffrem em mais larga escala as conseqüências desse comercio criminoso e funesto. Compellido, pela carestia da vida, á contingência de adquirir gêneros por preços mais módicos, o pobre sujeita-se a comprar a charque *sentido*, o feijão *bichado*, a farinha *mofada*, resignando-se ou mesmo ignorando que compra com o dinheiro do seu trabalho, ganho, muita vez, a preço de muita angustia, os germens das infecções intestinaes que o inutilizam para o trabalho, quando não o matam, roubando-lhe por cima a mulher e os filhos.”¹⁵¹

Em seguida o jornal pede que se faça uma campanha mais rígida de fiscalização, coibindo a comercialização de alimentos impróprios para o consumo, dando ênfase à inspeção de cozinhas de casas de pasto e especialmente, das “espeluncas em que as classes populares se alimentam.” Após tanto alarde na mídia jornalística a “Hygiene” decide que era hora de medidas mais enérgicas para tentar solucionar o problema. Através de um de seus diretores, o dr. Francisco Clementino, iniciou-se uma campanha “disposta a encetar e levar a bom termo” tal “reclamada e salutar” empreitada contra a venda de alimentos deteriorados.¹⁵²

Vemos aqui mais uma vez os jornais do Recife “elegerem” mais um dos “vilões” da cidade. Sob a alcunha de “envenenadores” os donos de casas de pasto, botequins e mercearias são postos no banco dos réus e, de certa maneira, acusados de contribuírem para o atraso da urbe. No entanto, os problemas sanitários não se restringiam apenas à má alimentação e as doenças decorrentes da mesma.

Tanto é que em 03 de Julho de 1928 o “Jornal do Recife” tece alguns comentários sobre a mensagem do Governador do Estado, Estácio Coimbra, acerca da Repartição de Saneamento e o estado sanitário do Recife. Segundo a matéria o próprio governador reconhece que se encontra em “má lugar o capítulo que diz respeito á hyginene e saúde publicas.” De acordo com o discurso do governador o estado sanitário não era o ideal, além de precária a situação da saúde pública uma vez que esta ultima encontrava-se dependente de “uma completa rede de esgoto, (e) do saneamento das habitações.” Sobre estas afirmações, sentencia o jornal que o estado sanitário do Recife é “simplesmente alarmante”, pois apenas um terço da cidade estava basicamente

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

saneada, ou seja, “um total de sete mil setecentos e sessenta e dois (7.762) prédios saneados para um total de vinte mil (20.000).”¹⁵³

Ironicamente o periódico utiliza da mesma “base de cálculo” para afirmar que “por um terço também, deve ser o bom estado da saúde pública, segundo a própria teoria do governo.” Nos domicílios do Recife a situação era ainda mais complicada. Estava em voga uma espécie de “jogo da batata quente” entre o Estado e os proprietários de imóveis onde cada “participante” além de não assumir sua parcela de culpa dentro do estado de coisas, atribuía ao outro as causas do problema. Enquanto os detratores do governo culpam o Estado pela precariedade de habitações basicamente saneadas, os defensores do Governo culpavam a falta de recurso dos proprietários “pela situação”. Fato era que para se sanear uma habitação se fazia necessária um linha de distribuição de água eficiente e coletores de esgoto em muitas “artérias”, no entanto não era isto que acontecia e, logicamente, “retardava-se o esgotamento dos prédios da cidade.”¹⁵⁴

De fato, um dos maiores problemas encontrados para o saneamento estava dentro dos próprios domicílios. E novamente irônico pergunta o periódico: “Não é isto a prova de que, em matéria de hygiene apenas lavamos a bocca e limpamos os dentes?” Para os jornalistas do período pouco importava se dar ao “luxo” de possuir uma repartição de hygiene social se esta muitas vezes era ineficiente para com as suas atribuições. E crava:

“De que nos vale saber se o domestico é ou não um elemento ethnico, factor de trabaleo, ou vehiculo de moléstias transmissíveis, se no interior de nossas habitações estão os focos de moléstias as mais perigosas e incuráveis? De que servirá a uma dona de casa a carteira de sanidade que lhe apresenta a ama da cosinha, si na cantina, si accomodam imperturbáveis, os micróbios portadores de males, germens de moléstias horríveis?”¹⁵⁵

Como apenas desenvolvia uma ação de fiscalização, muitas vezes a repartição de “Hyginene Social” é criticada nos jornais do período por não atuar de forma mais incisiva, tendo “apenas o mérito de examinar o estado de saúde de domésticos e sem poder chamar a si a gloria da instituição que pertence, incontestavelmente, boa ou má, a polícia.”¹⁵⁶ No jornal “A Província” a opinião porém era outra: em vez de se tornar caso de polícia, o “Departamento de Saúde Pública” e a “Prefeitura Municipal” deveriam

¹⁵³ Jornal do Recife, 03/07/1928.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Jornal do Recife, 03/07/1928.

auxiliar aqueles que não possuíam condições de sanear os imóveis que habitavam. Em nota do dia 8 de Maio de 1925, intitulada “Habitações Populares”, o periódico faz algumas considerações elucidativas acerca desta questão. Neste período o Estado vinha exigindo um maior saneamento e higienização das casas populares e que muitas vezes eram impossíveis para uma pessoa pobre conseguir cumprir, “colidindo” com as condições econômicas das mesmas. Na mesma nota sai o jornal em defesa dos trabalhadores pobres dizendo:

“E é justamente para que se possa conciliar taes interesses, por sua vez respeitáveis – porque as condições econômicas das classes trabalhadoras e até médias da sociedade são hoje em dia supinamente precárias – com as exigências do saneamento das habitações e da modernização da cidade, que os poderes públicos devem ao mesmo tempo cuidar de construir casas para aquelles que absolutamente, não podem enfrentar os alugueres actuais, elevados successivamente [...]”¹⁵⁷

E a solução para o problema da construção de tais casas estava justamente no parágrafo seguinte:

“É obvio que as demolições feitas naquelles esboços sombrios e infectos de habitação, que pullulavam abundantemente nos arredores da cidade, deve corresponder a construção de grupos de casas, hygienicamente habitáveis, tanto para proletários, propriamente ditos, quanto para funcionários públicos.”¹⁵⁸

Segundo o jornal no que “respeita ao capital” poderíamos ver uma constante e progressiva construção de chácaras e “palacetes” por quase todos os arrabaldes do Recife, dando em breve condições de se afirmar a cidade terá um “conjuncto magníficos de bellos prédios, saudáveis e confortáveis, e que valerão “indubitavelmente” como elemento de estética. Mas no que concernia às habitações populares ainda existia muito o que se fazer. No entanto o projeto já estava “promissoriamente” iniciado. Duas iniciativas já haviam sido concluídas: a vila Popular, de Arraial, e a vila Operária, em Afogados, esta ultima inaugurada festivamente no último dia 03, como parte das comemorações ao Dia do Trabalho.¹⁵⁹

Uma das medidas do Governador para tentar solucionar a questão do saneamento não só do Recife, como também de várias cidades do interior foi a convocação do “reputado” engenheiro sanitário Saturnino de Brito. Tendo em vista a

¹⁵⁷ A Província, 08/05/1925.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ A Província, 08/05/1925.

insuficiência do saneamento da cidade, com população calculada em 400.000 habitantes, é incumbido em meados de 1928 de tentar reverter o quadro sanitário do Recife, que a época beirava apenas 8.000 casas saneadas para um total de algo próximo de 20.000. Conhecido pela imprensa da época como um homem “de bom senso e de senso estético”,¹⁶⁰ fora resolver a questão do baixo número de casas saneadas, Saturnino de Brito tinha como principal missão resolver o problema do abastecimento de água que a época apresentava-se com “sensíveis deficiências”. Para se ter uma ideia, lugares distantes como a Várzea, a “água não chegava”, ou seja, não eram abastecidos. Pontua ainda a nota que para não “preparar margens para mystificações”, tal iniciativa deveria resolver primeiramente os problemas do Recife para depois partir para as cidades do interior.¹⁶¹

Entretanto, a água que faltava encanada nas casas das pessoas, muitas vezes vinha em excesso através das chuvas, causando uma série de outros problemas. Recife como tanto nos gosta de lembrar os jornalistas do período estava se “adiantando”, mas ainda não estava preparada para lidar com o período de inverno quando este irrompia. Por causa deste despreparo, quase sempre quando chovia além do limite o qual a cidade podia agüentar, a cidade e seus habitantes sofriam os danos causados pelas enchentes.

Era comum na capital recifense em dias de chuvas “copiosas” diversas ruas serem inundadas, algumas delas ficando com o trânsito “quasi impossível”. Nos subúrbios a situação era igual ou pior: diversas vias públicas alagadas e com o “serviço dos vehiculos” prejudicados. Nessa época também o mar mostrava sua ferocidade, por vezes encontrando-se “agitadíssimo”. Era de praxe, na capital de Pernambuco, quase sempre que chovia mais forte, alguns casebres ficarem “damnificados”.¹⁶²

Foi o que aconteceu na casa da octogenária Margarida Maria da Conceição, que morava em “casa própria” no bairro do Peres há cerca de 30 anos “juntamente com mais cinco pessoas de sua família”. No dia 03 de Maio de 1921, a “velhinha” Margarida ficou sozinha em casa, como de costume, enquanto seus familiares saíram para seus afazeres. Aconteceu que, “devido ao grande aguaceiro cahido hontem, a casa desabou, sahindo Margarida, felizmente, incólume.”¹⁶³

De fato, dois fatores que não combinavam no Recife dos anos 1920 eram: o inverno e as casas velhas. O dia 02 de Maio de 1928 foi marcado por uma noite de

¹⁶⁰ A Província, 29/07/1920.

¹⁶¹ A Província, 08/05/1925.

¹⁶² Jornal Pequeno, 02/05/ 1921.

¹⁶³ Jornal Pequeno, 04/05/1921.

chuva constante. Esta por sua vez, devido o “estado de arruinamento de certas casas da cidade, havia de provocar algum desabamento, ou pelo menos, estragos em algum prédio.” Foi exatamente o que aconteceu no Largo da Assembléia, bairro do Recife, parte sul. Um sobrado de dois andares, já bastante arruinado, devido “aguaceiro” caído no dia 02, veio abaixo “estrandosamente”, “ruindo todo o tecto e parte da parede que o sustentavam.” Constatava também o jornal o seguinte:

“Aliás, para fazermos justiça, que todo o lado sul do bairro, desde a rua do Rosário, exclusivo, existem inúmeras casas, verdadeiros pardieiros carcomidos pelo tempo, que com essa chuvarada verificada ultimamente e que se prolongará, por certo, se constituem um grave perigo para os moradores dali, ameaçando, a cada momento, desabar.”¹⁶⁴

Notícias como esta eram bem comuns no período de inverno recifense. As chuvas vinham e quase sempre deixava estragos pela cidade.¹⁶⁵ Em nota intitulada “O inverno em Recife – até a paciência se estraga...” de 04 de Maio de 1922 relatava que “a quadra invernososa, rigorosa como tem sido, veio trazer sérios transtornos [...]” Avisava o jornalista que tal matéria era direcionada àqueles que precisavam transitar pelos bairros da Torre, Madalena, Capunga ou ir à Olinda. Devido às chuvas, tais localidades tinham se transformado em lugares de difícil acesso, sendo bastante complexo encontrar um *chauffeur* que fizesse a viagem para estes locais. Narra o autor da nota que há cinco dias precisou urgentemente ir à Caxangá, mas não encontrou na praça um só *chauffeur* que aceitasse o chamado. A última hora aparece um “corajoso” que diz resolutamente:

“- Vou eu; mas a viagem custa 100\$000.

- E porque esse preço assim exorbitante?

- Porque são tantos e tão grandes os buracos na estrada, que eu terei que ficar fatalmente com o carro atolado n’um delles. Assim peço logo o dinheiro necessário para fazer sahir o automóvel do atoleiro.”¹⁶⁶

Ainda segundo a mesma nota, para se ir a Madalena existe a necessidade de se fazer uma “longa volta e perigosa”, principalmente na passagem pela campina do Derby. Isto se devia por causa da inauguração da Rua do Paysandu, “a passo de

¹⁶⁴ Jornal do Recife, 03/05/1928.

¹⁶⁵ Não estamos dizendo que a chuva era responsável pelos “estragos” nos imóveis e logradouros públicos, mas apenas reforçando a ideia de que a cidade que se pretendia “moderna” e “adiantada” precisava de mais infra-estrutura para suportar o período de inverno.

¹⁶⁶ Jornal Pequeno, 04/05/1922.

kagado”, estar marcada apenas para o dia 7 de Setembro, comemorando-se assim o “tão falado e atanasado” Centenário.¹⁶⁷

Para se ir a Tegipió, a estrada de barro vermelho que ia do Largo da Paz a Giquiá, “dizem que está quasi intransponível”, cheia de buracos, “sendo um optimo ponto para o automóvel que quizer se dar ao *sport* de derrapar.” “Saltar” de um bonde então, em qualquer lugar dos “nossos arrabaldes”, era o mesmo que pular dentro de um lodaçal, estragando os sapatos “e a paciência”.¹⁶⁸

Ao final, lembra o autor da nota que todos os anos em tempo de inverno são feitos novos “pedidos”, “súplicas” e “reclamações” e as mesmas são respondidas igualmente com promessas, “os mesmos gestos patrióticos”.¹⁶⁹ Algo bem parecido com o que temos na contemporaneidade.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Jornal Pequeno, 04/05/1922.

Capítulo 3: A “ideologia do progresso”: trabalhadores pobres e o controle social no Recife nos anos 1920

3.1 Brincadeiras tradicionais, policiamento e trabalhadores pobres

Em plenos anos 1920 o Recife vive um processo de intensas transformações. O Governador do Estado, Sérgio Loreto empreende obras em vários aspectos da capital. Estava em prática uma espécie de reforma na Cidade do Recife. A Cidade é tomada por discussões e campanhas que quase sempre atingiam os modos de viver dos mais pobres, como por exemplo, as discussões contra os mocambos uma vez que estas dão uma visibilidade para os modos de morar dos mais humildes e que revela a miséria que circunda a cidade.

Segundo Rachel Soihet os grupos dominantes estavam impregnados pelo que podemos chamar de uma “ideologia do progresso”. Que basicamente pode ser caracterizada por esta fixação quase que dogmática em modernizar a cidade, extirpando dela tudo aquilo que lembra, o que os grupos dominantes possam atribuir, como atrasado.¹⁷⁰

Além do mais, no seio desta discussão estava em voga uma questão que tinha o intuito de modificar o modo como as pessoas viviam a cidade, principalmente os mais humildes. No seio deste processo se encontrava o aparato policial, responsável pela ordem, disciplina e policiamento destes populares. Era necessário disciplinar as classes mais humildes uma vez que estas não sabiam com se portar neste novo ambiente moderno e tal processo de disciplinarização passava por dar um fim ou modificar o modo como estas pessoas viviam o ambiente urbano.

Em nossa pesquisa descobrimos que existia uma grande variedade de problemas com os quais as autoridades do período tinham que lidar cotidianamente, problemas estes em sua maioria envolvendo trabalhadores pobres. Sendo assim trabalharemos com processos e *habeas corpus* dos mais variados tipos¹⁷¹ que nos possibilitem discutir questões relacionadas ao tema do controle social. Em suma analisaremos documentos que nos permitam traçar um perfil sobre quais eram as práticas em que as autoridades

¹⁷⁰ SOIHET, Rachel. **Festa da Penha: Resistência e interpenetração cultural (1890-1920)**. In: Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura / Maria Clementina Pereira da Cunha (org.) – Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, 2002.

¹⁷¹ Trabalharemos com processos e *habeas corpus* de homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal leve e grave, atropelamento, rapto e/ou defloramento de menor, gatunagem, práticas de jogos proibidos e furto.

mais desejavam extirpar da comunidade para se alcançar o *status* de cidade dita “moderna”.

Começaremos nossa jornada por um caso que consideramos bastante importante: iniciaremos pelo pedido de *habeas corpus* em que foi recorrido José Francisco dos Santos, vulgo “José Macaco” quando em 31 de maio de 1928 foi preso por “ferir em brincadeira” Alfredo José dos Santos.

“Diz José Francisco dos Santos vulgo “José Macaco”, brasileiro, casado, preso pobre recolhido a Casa de Detenção de ordem do doutor 3º delegado e à disposição do Exmo. Sr. Dr. Juiz Municipal da 3ª Vara Criminal, conforme ouve de prova a sua nota de culpa, que usando dos direitos que a lei lhe confere vem, mui respeitosamente, requerer a Vossa Excelência uma ordem de *habeas corpus*, allegando em seu favor o que passa a expor: em 31 de maio do corrente anno o paciente estava no lugar Boa-Viagem, onde reside, quando em brincadeira, com Alfredo José dos Santos, seu conhecido, também alli residente, succedeu por um motivo todo imprevisto ferir casualmente o mesmo Alfredo José dos Santos, produzindo-lhe ligeiríssimo ferimento de natureza leve com um canivete. Preso pouco depois, foi o paciente conduzido a 3ª delegacia, onde foi processado. Ouvido pelo doutor delegado, a victima José Alfredo dos Santos, no seu depoimento de fls. declarou, de motu-próprio, ter sido ferido enquanto brincava com o paciente, deixando, assim evidenciado que o paciente não teve como, pela sua camaradagem com o offendido, não podia ter a intenção de feri-lo, o que se deu por um motivo que o paciente conforme não pôde explicar com precisão. Quanto a natureza do ferimento, esta foi tão leve que o offendido não precisou na ocasião, dos serviços médicos da Assistência. Das testemunhas arroladas pelo Inspetor de Quarteirão local, inimigo pessoal do paciente, há algumas que tem o desejo de prejudicar o peticionário”.¹⁷²

No ultimo parágrafo termina alegando: “Deixa o paciente, preso pobre, de sellar a presente petição por não dispor, em absoluto, de meios para tal, tanto que, como é notório, sua família passa as maiores privações com a prisão do paciente”.

De início, gostaríamos de chamar atenção para um pequeno indício do que falamos nos dois primeiros parágrafos deste texto e que remete a questão da modificação de práticas das pessoas mais humildes que habitavam a Cidade. Tomemos como verdade que a atitude de “José Macaco” de brincar manuseando um canivete, não era nem um pouco apreciada pelas autoridades policiais da época. Como podemos

¹⁷² José Francisco dos Santos, caixa 852, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

perceber em vários momentos da petição apresentada acima o requerente citado, mais conhecido entre os seus como “José Macaco”, é tratado pela nomenclatura de “paciente”. Acreditamos que “José Macaco” era encarado realmente como “paciente” destas normatizações pelas quais passava o Recife nos anos vinte. É possível que o aparelho judiciário exercesse no período uma função semelhante a do hospital, “curando” aqueles acometidos pela “doença” do que era considerado como crime ou dos maus costumes.

Outra análise que podemos fazer a partir do caso de “José Macaco” é sobre a maneira como era feita a petição da ordem de *habeas corpus*. Em quase todos os *habeas corpus* que pudemos analisar os termos “mui respeitosamente”, “vem respeitosamente”, “com muito respeito”, “vem humildemente requerer” estão presentes. No entanto, se é de conhecimento do requerente, como fica exposto no trecho “que usando dos direitos que a lei lhe confere”, que o *habeas corpus* é um direito seu por que se utilizar de tamanha reverência? Pois no caso apresentado acima “José Macaco” talvez estivesse ciente de que pessoas como ele, humildes ao ponto de nem poderem selar uma petição de *habeas corpus*, sofriam do que podemos chamar de “violência judicial”. Segundo Sidney Chalhoub a violência judicial é um tipo de violência contida e racional. Muitas vezes criava forma quando obrigada alguém a depor mesmo contra sua vontade, ou comparecer a uma delegacia para prestar esclarecimentos. Muitas vezes as testemunhas eram levadas a delegacia para prestar depoimento de um crime que nem presenciaram. Encontramos com frequência testemunhas afirmando que “ouviram dizer que” havia acontecido e ainda assim seus testemunhos terem alguma validade. Muitas vezes também eram levados contra sua própria vontade, ou melhor, eram obrigados a depor quando na verdade nem queriam estar presentes em uma delegacia.¹⁷³

Outra explicação plausível era o que podemos chamar de “cidadania frágil”. Tais expressões encontradas nos processos judiciais e de *habeas corpus* indicam que pessoas pobres poderiam, devido a sua condição de pobreza, não se considerarem cidadãos do Recife, tendo os mesmos direitos que qualquer outra pessoa, pelo menos em teoria.

Outra questão, não menos importante, se refere às testemunhas e seus depoimentos nos processos que trabalhamos. Tais declarações para nós são muito importantes, pois falam em muito das intenções de quem está depondo e suas relações com os réus e/ou vítimas de um processo. No *habeas corpus* que apresentamos acima,

¹⁷³ CHALHOUB, SIDNEY. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª Ed.

em que foi requerente “José Macaco”, temos uma clara prova disto que estamos falando. No trecho “Das testemunhas arroladas pelo Inspetor de Quarteirão local, inimigo pessoal do paciente, há algumas que tem o desejo de prejudicar o peticionário”. Ao analisarmos um processo devemos ter em mente que tudo o que é dito pelas testemunhas arroladas no processo é movido por intenções e pelas relações estabelecidas ou não com os sujeitos de um processo criminal.

Ainda no mesmo trecho citado acima podemos fazer outra análise, desta vez relacionada à questão da relação mantida entre policiais e policiados. Através do que foi citado por “José Macaco” em sua petição de *habeas corpus*, podemos inferir que sua relação com o Inspetor de Quarteirão de Boa-Viagem era de no mínimo de inimizade. No entanto tal relação não é de todo estranha. Como sabemos os policiais do Recife viviam em um ambiente extremamente complexo, lidavam com os mais diferentes tipos de pessoas, além de estarem inseridos no processo de modernização da Cidade.

Analisando outro processo podemos ver um pouco melhor o que dissemos acima acerca de como era complexa a relação entre aqueles que deveriam prezar pelo bom comportamento, sendo exemplo para as outras pessoas da sociedade e aqueles tidos como “perigosos” ao ambiente social. Em processo em que foi réu

“Severino Ignácio de Fausto, rio grandense do norte, de 24 anos, solteiro, soldado do exército, aquartelado na Sede do 21º Batalhão de Caçadores nesta cidade, como incurso no art. 294 combinado com art. 13 ambos do Código Penal pelo seguinte facto: o indiciado há cerca de oito meses, travára relação com Maria José Leitão, mulher de vida fácil, residente a Rua do Fogo, numero 110, I andar, deste districto, passando a pernoitar quase sempre com ella, dominado de grande paixão amorosa. Em a noite 27 para 28 de setembro ultimo, chegando o denunciado, alta noite, a casa de Maria José Leitão, encontrou-a occupada com um soldado do mesmo Batalhão de nome José Frota, que fugio ao ver o indiciado penetrar na casa. Dahi, o enorme ciúme do acusado que, por maneira alguma, consentia tivesse a amante relações (...) com qualquer soldado. Passando o resto da noite e o dia seguinte em companhia da amante, o denunciado não se conformava, entretanto, com o facto de Frota haver gosado a mulher de sua paixão. Na noite seguinte, dormiu com Maria José sem mostrar contrariedades, mas ao despertar na manhã de 29 de setembro (dia do crime), armando-se do sabre, (...), incurtiu furiosamente, contra a amante, vibrando-lhe successivos golpes, que a teriam morte se, (...), a victima não tivesse conseguido fugir de suas vistas, de tal modo que apesar dos esforços, o denunciado não mais a encontrou, e se outrosim, as pessoas da casa não tivessem intervindo, como

intervieram, em favor da offendida que recebeu os numerosos ferimentos constatados no exame de (perícia).”¹⁷⁴

Vimos aqui, de forma breve, o caso de um soldado do exército, que apaixonado por uma prostituta, não consegue por ciúmes, conviver com a mesma sabendo que sua amada por vezes era “ocupada” por outros homens. Tal processo serve para demonstrar quão complexo era a relação que policiais mantinham com aquelas pessoas que, pelo menos em teoria, deveriam policiar. É interessante notar, que ao contrário de oficiais e patentes do alto escalão, policiais de baixo escalão faziam parte da comunidade de várias formas: “integravam-na, conheciam seus códigos e partilhavam alguns deles”.¹⁷⁵

Em artigo intitulado “*Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia nos anos 1920*”, Sylvia Couceiro nos mostra que no período diversos esforços estavam sendo feitos para alterar o *modus operandi* dos policiais do Recife uma vez que:

“(…) todo este esforço em viabilizar um novo projeto de cidade, transformando o Recife em uma moderna *urb*, esbarrava em uma série de problemas, dos quais um dos mais referidos era a questão da formação da polícia. Vista por parte das elites como responsável pela manutenção da ordem na cidade e pelo controle e repressão de comportamentos tidos na época como incompatíveis com a vida urbana, a polícia, por uma série de procedimentos considerados inadequados, passava a ser alvo de muitas queixas e denúncias pela imprensa.”

De acordo com a mesma estudiosa, o comportamento dos policiais “era frequentemente criticado e considerado pelos jornais como inadequado.” Como vimos acima, estar com relacionamento, com uma “mulher de vida fácil” não era comportamento visto como agradável para alguém de deveria dar exemplo de “civildade”. Ainda segundo Couceiro

“(…) de acordo com os principais jornais da cidade, andar com prostitutas em *namoricos* e bebedeiras no horário de serviço, desviando-se das obrigações do policiamento, constituía comportamento corriqueiro entre guardas e soldados. O *Jornal do Recife* publicava, em 1926, uma nota irônica sobre esse procedimento, relatando que, na Rua Estreita do Rosário, Trincheiras e adjacências, vagava sempre uma “rapariga branca, moça e simpática, que é o encanto dos guardas-civis rondantes do dito trecho.”¹⁷⁶

¹⁷⁴ Severino Ignácio de Fausto, caixa 867, 1927. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

¹⁷⁵ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. P. 202

¹⁷⁶ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. in: *Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo*. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. P. 46

Ainda acerca do (mau)comportamento daqueles que deveriam policiar as ruas do Recife possuíam no período, temos outro processo bem esclarecedor. Quando em 07 de dezembro de 1927 foi processado pelo Estado

Benevides Filgueira Sampaio, ”com 24 annos de idade, solteiro, natural deste estado, guarda civil nº 316, residente a rua Bispo Cardoso Ayres, nº 40, no Pombal, como incurso nas penas do artigo 268, combinado com o artigo 272 do Código Penal, por haver estuprado a menor de 16 annos Nair Farias, depois de a seduzir com promessas de casamento, deflorando-a em começos do mês de novembro do anno p. passado, pela madrugada no Pombal.”¹⁷⁷

Temos aqui outra referência clara sobre o que dissemos acima: a complexidade do meio social onde estavam inseridos aqueles de deveriam policiar a *urb*. Podemos afirmar, com alguma certeza, que este não era um comportamento esperado na época para um guarda civil, pessoa que deveria ter a moral ilibada para poder exercer suas atividades rotineiras, no entanto, não era isto que acontecia.

Reforçando a idéia de que policiais mantinham estreitas relações com aquelas pessoas que deveriam policiar está o detalhe que Nair morava na rua Cardoso Ayres número 34 enquanto que Benevides possuía residência no número 40.

Outra questão que podemos nos atentar aqui faz alusão ao que podemos chamar de “táticas de sedução”. Não é novidade encontrarmos processos de defloramento em que a ofendida declare que recebeu “promessas de casamento” antes de consumir o ato sexual. Observando o “auto de qualificação da vítima”, onde constam as declarações feitas por Nair Farias de Oliveira percebemos como essa história é ainda mais complexa. A ofendida em frente as autoridades afirma que em meados de 1924 morava em sua casa um rapaz de nome “Jose de Tal” de quatorze anos, e que em determinada noite neste mesmo ano “José de Tal”, na calada da noite, invadiu seu quarto e sem que a mesma percebesse a desvirginou. Passado três anos sem que ninguém soubesse, em julho de 1928, Nair começa um namoro com seu vizinho de rua, Benevides, e é quando este, em novembro, lhe propõe que mantenham relações sexuais, provavelmente sob promessas de casar posteriormente. Ato consumado, Benevides descobre que Nair não é mais virgem; bastante desgostosa Nair conta a uma tia sua que não é mais virgem e esta mesma tia leva Nair perante as autoridades policiais.

¹⁷⁷ Benevides Filgueira Sampaio, caixa 867, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

Retomando o processo do soldado Severino Ignácio de Fausto percebemos que ele faz referência a uma rua muito conhecida e freqüentada no período e que desde muito antes já possuía uma má fama: a Rua do Fogo. Está localizada no bairro de Santo Antônio, entretanto segundo Pereira da Costa “em 1731 não tinha nome, mas um dos seus prédios foi destruído por um incêndio quando um foguete caiu sobre sua coberta, em um dia de festa na Igreja do Rosário localizada no seu início.”¹⁷⁸ Porém, ainda em 1829, um dos seus moradores em artigo publicado no Diário de Pernambuco já atestava a este lado obscuro da Rua do Fogo. A Rua do Fogo era um lugar com pouca iluminação e que concentrava uma alta quantidade de mulheres que ganhavam a vida com a prostituição e não demorou muito para se tornar um logradouro bastante observado pelas autoridades policiais.¹⁷⁹

Sobre a questão da prostituição encontramos ainda vários processos, envolvendo desta vez, duas outras ruas do Recife conhecidas por esta atividade, são elas: a Rua Estreita do Rosário e sua paralela, a Rua das Laranjeiras. Era Domingo em 28 de novembro de 1928, quando pelas 16:30:

“Maria Francisca de Oliveira, alagoana, 25 anos de idade, analphabeta, meretriz, residente à Trav. Da Amba (sic), número 36, primeiro andar, como incurso no art. 304 (parte geral) do Código Penal, por haver no dia 28 de outubro p. passado, pelas 4 ½ horas, armada de uma faca, feito na pessoa de Severina Maria da Conceição, os ferimentos descritos na perícia médico-legal. Fato ocorrido na rua Estreita do Rosário, número 216, deste distrito, no café denominado “Flor da Noite”.¹⁸⁰

Após cravar uma pequena faca pontiaguda em sua rival, e de ter provocado a maior confusão dentro do Café, Maria Francisca não contava que neste exato momento, pela Rua das Laranjeiras, onde o “Flor da Noite” fazia “oitão” estava passando o guarda civil de número 105, “Luiz Castanha de Alcântara, de vinte e um annos de idade, natural deste Estado, solteiro, sabendo ler e escrever”. A partir daqui deixemos que seu testemunho nos revele os acontecimentos:

“Hoje, as quatro e meia horas o declarante deponho residente na Rua das Laranjeiras, quando viu uma mulher sahir correndo do “Café Flor da Noite” sito a Rua Estreita do Rosário com oitão para a das Laranjeiras; que o declarante desconfiou alli havia sarilho e se dirigiu ao dito Café, quando

¹⁷⁸ CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e suas ruas: se essas ruas fossem minhas**, Recife: IAHG, 2010. Págs. 71-72.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Maria Francisca de Oliveira, caixa 867, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

penetrou no citado estabelecimento uma pessoa disse: “Está aqui a criminosa que acaba de ferir a faca a Severina.” Que o declarante effectuou a prisão d’aquela que declarou chamar-se Maria Francisca de Oliveira.”¹⁸¹

No entanto, para a ré, Maria Francisca, as coisas foram bem diferentes do que alegou o guarda civil Luiz Castanha. Segundo ela, ao adentrar o dito Café, encontrou “Severina de tal, que a depoente ao passar por Severina deu-lhe um empurrão, fazendo Severina cair sobre uma banca do Café, não sabendo de que modo a mesma feriu-se, ou se alguém a feriu”.¹⁸² De certo modo podemos inferir que as duas eram inimigas prévias, e que o que quer que tenha acontecido no interior do “Café Flor da Noite” foi apenas o estopim para o início do acerto de contas.

Temos ainda o depoimento da vítima, “Severina Maria da Conceição, de dezesseis annos de idade, solteira, natural deste Estado, meretriz, residente a Rua das Laranjeiras, número oitenta e dois, primeiro andar”.¹⁸³ Sobre o ocorrido no Café, em seu depoimento, não deu maiores esclarecimentos dos que as testemunhas anteriores já não tivessem dito, acrescentou apenas que estava no “Flor da Noite”

“tomando um café; que nesta ocasião chegou ao dito Café a mulher Maria Francisca de Oliveira, a quem a depoente *conhecia ligeiramente*, pois Maria Francisca estava insultante fazendo-se de embriagada, que alguém no Café lhe disse um nome injurioso; pois Maria Francisca virando-se para a depoente perguntou se fora a depoente quem lhe dissera aquele nome, respondeu que nada havia lhe dito. Que nessa a depoente se dirigiu a porta do Café, que nessa ocasião Maria Francisca avança sobre a depoente e crava-lhe uma pequena faca de ponta na região clavicular esquerda provocando-lhe ferimento (...).”¹⁸⁴

Além do guarda civil Luiz, que efetuou a prisão de Maria Francisca, outros dois homens se apresentaram para prestar depoimento, “Sebastião Gomes de Amorim, de vinte e oito annos, natural deste Estado, solteiro, *auxiliar no comércio*, sabe ler e escrever, residente a Rua Estreita do Rosário número 258” e “José Candido da Silva, vinte e quatro annos, *auxiliar no comércio*, solteiro, sabendo ler e escrever, residente no Café Flor da Noite, sito a Rua Estreita do Rosário número 216”. Vemos aqui algo muito comum no período, no entanto, difícil de ser percebido: o empenho de alguns homens em defesa da causa de Severina. Ao longo do processo podemos, com bastante clareza, perceber como a menina meretriz Severina consegue mobilizar pessoas ao seu favor. Ao

¹⁸¹ Maria Francisca de Oliveira, caixa 867, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.

contrário do que podemos observar em outros processos que analisamos, neste fica bem evidente o empenho dos dois auxiliares de comércio em prestarem seus devidos “compromissos legais” e testemunharem sem alguma objeção de comparecerem a uma delegacia em favor da menina Severina. Para nós, isto atesta uma hipótese bastante plausível que versa sobre a capacidade de mobilização que aquelas mulheres – principalmente das que tiravam seu sustento da prostituição – possuíam. Tais mulheres, muitas vezes constituíam redes de sociabilidade e solidariedade com homens, para quando em um momento de dificuldade ter a quem recorrer.¹⁸⁵

O termo auxiliar de comércio é sinônimo de caixeiro, no entanto, este estava em desuso no período. Caixeiro “é um derivado de caixa, e, em sentido primitivo designa o encarregado de uma caixa comercial.”¹⁸⁶ “O termo “caixeiro” é corrente desde a época do Brasil Colônia. Posteriormente, eles seriam chamados também de “empregados no comércio” e, finalmente, de “comerciários”, como os conhecemos hoje.”¹⁸⁷ Provavelmente o leitor deve ter percebido que o auxiliar de comércio José Candido da Silva declarou sua residência no mesmo lugar onde trabalhava, ou seja, no número 216 da Rua Estreita do Rosário. Tal fato se devia às condições quase que de escravização as quais os caixeiros do Recife estavam submetidos. Exerciam suas atividades diárias quase sempre por mais de 12 horas sem direito a qualquer garantia de aumento salarial muito menos de promoção. Além do mais, trabalhar como caixeiro, principalmente em lojas de departamento embora não fosse o caso em que estamos estudando especificamente aqui, exigia dos mesmos uma fidelidade impecável, uma vez que todos eles desejavam subir na carreira. Sem contar que para alcançar tal objetivo ao qual eles tanto almejavam deveriam demonstrar sapiência com suas contas pessoais, ou seja, serem econômicos com seus gastos pessoais, além de juntar algum erário. Tal assertiva só era apenas deixada de lado quando o assunto era suas vestimentas; caixeiros deveriam se vestir dentro da última moda e de maneira a passar bom gosto aos clientes e confiança ao patrão. Por fim, as relações entre patrões e empregados no comércio eram de, no mínimo, paternalismo, uma vez que não existia contrato de trabalho algum

¹⁸⁵ GARZONI, Leric de Castro. **Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905)**. In: *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX / Elciene Azevedo...* [ET AL.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. P.171

¹⁸⁶ Cândido de Figueredo, *Falar e escrever*. Lisboa: Clássica, 1906, vol. III – Novos estudos práticos da língua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem. In: POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁸⁷ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 33

formalizado, fazendo com que o empregado sempre ficasse dependente de uma subjetividade patronal.¹⁸⁸

A última parte do testemunho de José Candido ainda nos chamou muita atenção, uma vez que nele está contida a seguinte frase ao narrar as ações de Maria Francisca: “se dirigiu a vítima cravou noutra uma faca na região clavicular esquerda dizendo: “eu não sou mulher sem vergonha”.¹⁸⁹ Ora essa frase para nós esclarece em muito as ações da meretriz Maria Francisca. Existe uma possibilidade significativa de que Maria Francisca soubesse que não poderia contar com os poderes públicos – assim como a maioria das pessoas pobres do período – para buscar uma reparação dos danos que havia sofrido ao ter “nomes injuriosos” gritados para sua pessoa, restando assim como última opção a ação violenta. Sendo assim, para nós, sua atitude violenta buscava nada mais que uma reparação por ter sido tida como uma “sem vergonha”.

Acreditamos que a maioria das contendas, senão todas elas, entre pessoas pobres, não eram por motivos de pouca importância como os processos dão a entender, mas estavam estas ações violentas todas contidas numa espécie de “jogo sociocultural” para aquela dada camada social. Sendo assim não podemos tomar aquelas pessoas pobres como simples “animais de instinto impulsivo” que não obedeciam nenhum “manual de civildade, mas sim pertencentes a camadas sociais bem diferentes das elites. Também possuíam códigos e práticas referentes aos seus grupos socioculturais que muitas vezes não eram “lidos” da maneira correta por aqueles que governavam o Recife, levando-os assim ao frívolo rótulo de “incivilizados”.¹⁹⁰

Não obstante, podemos ainda refletir sobre mais um aspecto deste fato: a possibilidade de até que ponto os discursos eram de fato seguidos por práticas condizentes. O caso da meretriz Maria Francisca é bem esclarecedor neste sentido uma vez que nos leva a pensar que o(s) sentido(s) da palavra “honra” poderiam adquirir no seio de uma sociedade como o Recife de 1920. Vale a pena salientar que para as elites do período a honra estava muito mais ligada a castidade até o casamento e fidelidade extrema ao marido, no entanto, ao analisarmos o caso de Maria Francisca vemos algo totalmente diferente: para as meretrizes do Recife dos anos 1920 era completamente possível viver com honra mesmo trabalhando com atividades sexuais. Tal assertiva nos

¹⁸⁸ Idem. P. 79

¹⁸⁹ Maria Francisca de Oliveira, caixa867, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

¹⁹⁰ CHALHOUB, SIDNEY. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª Ed.

leva ao ponto que a palavra “honra” poderia adquirir diferentes acepções dentro de uma sociedade multifacetada e complexa como era o Recife, de acordo com o universo de pessoas que se queira trabalhar.

Pensando um pouco mais sobre o assunto temos ainda a questão das experiências como fundantes de um certo modo de agir. Para E. P. Thompson diferentes experiências levam a diferentes modos de pensar e conseqüentemente diferentes consciências.¹⁹¹ Para as meretrizes do Recife do período suas experiências lhe ensinaram que existia uma possibilidade de se viver com honra mesmo levando aquele determinado modo de vida. Olhando com algum preciosismo para esta questão percebemos que o motivo que levou Maria Francisca ao ato de esfaquear sua rival não tem muita importância quando comparado às questões mais reveladoras do modo de vida dessas pessoas. Devemos pensar os populares do Recife daquele período não como pessoas impulsivas e raivosas, mas como pertencentes e compartilhantes de um determinado código social aceito entre aqueles que estavam na mesma camada social.

Tal processo nos serve aqui para apresentarmos uma questão muito importante: a de que a polícia em meados dos anos 1920 não tinha um projeto sistematicamente definido para as classes subalternas (“perigosas”). Em obra que retrata o cotidiano e a sociabilidade de prostitutas que habitavam o centro do Rio de Janeiro nos finais do século XIX e início do XX, Cristiana Schettini mostrou, para além da idéia que citamos acima, que o “regime republicano, tal como se consolidou, não deu lugar a igualdade social, mas sim ao incremento de mecanismos de discriminação e exclusão social”.¹⁹²

Dando ênfase ao argumento de que este era um comportamento deveras combatido pelas autoridades, percebemos que contendas como esta na década de 1920 eram rapidamente reprimidas pelos policiais do período, como podemos perceber pelo depoimento do guarda civil Luiz Castanha de Alcântara quando este afirma que estava na Rua das Laranjeiras – rua com a qual o café “Flor da Noite” fazia fundos – fazendo sua ronda rotineira e após ouvir a confusão que estava estabelecida, adentrou “rapidamente” o “Flor da Noite” para efetuar a prisão de Maria Francisca.¹⁹³

No entanto, para além do combate a comportamentos tidos como incivilizados, temos aqui a questão do tempo que se levava para se desembocar numa ação violenta.

¹⁹¹ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**; Tradução Denise Bottman. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁹² SCHETTINI, Cristiana. “**Que tenhas teu corpo**”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 264 p.

¹⁹³ É comum encontrarmos processos nos quais os policiais que atuaram na prevenção ou na resolução de algum conflito afirmarem que tentaram agir com a máxima agilidade,

Observando os testemunhos tanto do guarda civil que efetuou a prisão em “flagrante delicto” de Maria Francisca, de nome Luiz Castanha de Alcântara, quanto o declarado pela vítima, Severina Maria, vemos que os quatro passos preconizados por Chalhoub - a) o surgimento da rixa; b) a escalada das tensões; c) o desafio; d) a luta propriamente dita - aconteceram todos eles no ambiente interno do café “Flor da Noite”. Além do mais, ainda segundo Chalhoub, lugares deste tipo, como o café “Flor da Noite” são lugares bastante válidos para estudos deste tipo uma vez que propiciam ao historiador uma espécie de “observatório popular”, permitindo-nos observar os comportamentos das mulheres e homens que estamos estudando.

Ainda sobre a questão da prostituição no Recife, devemos trazer à discussão as famosas pensões, ou melhor, o ambiente físico onde a maioria destas práticas acontecia, uma vez que eram largamente utilizadas por meretrizes do período que alugavam quartos para poder receber seus clientes. Ambiente aglutinador de pessoas e de idéias como eram, estas pensões não poderiam ficar de fora de nossa observação, pois como veremos adiante, eram lugares bastante freqüentados por uma variada gama de trabalhadores. Lugares tidos como indesejados, essas pensões nos servem para melhor analisar essa gama variada e complexa de trabalhadores pertencentes ao Recife.

Decerto também era um ambiente o qual tais pessoas gastavam uma boa parte de suas horas vagas, ora para discutir assuntos de importância para eles, ora apenas para diversão e passatempo. Assim como os botequins, essas pensões possuíam uma área ampla com várias mesas e bancas, além de um balcão, onde as pessoas poderiam se acomodar e pedir bebidas enquanto jogavam “conversa fora”. Assim como muito bem pontuou Chalhoub ao denominar o botequim de “observatório popular”,¹⁹⁴ cremos que as pensões do Recife podem nos servir ao mesmo propósito, ou seja, proporcionar ao historiador mais uma “janela” de análise para seu objeto de pesquisa. Sendo assim, trouxemos para análise o seguinte caso:

“O adjunto do 1º Promotor Público da Capital, no impedimento deste e no exercício de suas funções, apoiado nas diligencias policiaes juntas, vem perante V. S. denunciar dos srs. Clodomiro Doliveira e José Firmo de Oliveira, ambos filhos do Sr. Adolpho Firmo de Oliveira, naturaes deste Estado, tendo o primeiro 25 annos de idade e o segundo 19 annos, solteiros, residentes a Rua Augusta nº 848, primeiro andar, sabendo ler e escrever,

¹⁹⁴ CHALHOUB, SIDNEY. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª Ed.

como incursos nas penas do art. 294 §2º do Cód. Penal pelo facto delictuoso seguinte:

Na madrugada do dia 22 de dezembro ultimo, na pensão mundana, denominada “Mimi”, sita à Rua Santo Amaro, nº 148, districto de Santo Antonio, os srs. Clodomiro de Oliveira e José Firmo de Oliveira, em companhia de amigos, estavam sentados n’uma das bancas daquelle estabelecimento a servisse de cerveja, quando nessa ocasião, deu entrada na sala onde os mesmos estavam, o Sr. Jayme Santos. Em um dado momento, iniciou-se entre este e os denunciados uma forte e acalorada troca de palavras, da qual resultou a morte do Sr. Jayme Santos, occasionada pelos vários disparos que recebeu da pistola “Mauser”, pertencentes aos indiciados, como provam exuberantemente as diligencias policiaes.”¹⁹⁵

Após o incidente na pensão, Clodomiro e José Firmo se trancaram em um dos quartos no piso superior da pensão até que André Gomes Leitão, guarda civil número 208, que fazia rondas na Rua do Sol e escutou “detonações e gritos de socorro” veio autuá-los em “flagrante delicto”. Ao chegar à pensão “Mimi”, de propriedade da Madame Panpée, encontrou-a chorando e afirmando que os “autores do crime se achavam no quarto número três (3)”. O guarda civil André mandando-os abrirem a porta e saírem do quarto teve como resposta “que só a abririam na presença de autoridade superior”. Após a chegada de mais dois guardas civis, de numeração 183 e 114, conseguiram arrombar a porta e efetuar a prisão dos dois irmãos.

Personagem peculiar nesta trama é a dona da pensão “Mimi”, a Madame Panpée. Caracterizada no processo como sendo “Panpée Betty, com trinta annos de idade, filha de madame Betty, natural de França, solteira, profissão atriz, sabe ler e escrever, residente a Rua de Santo Amaro, número cento e quarenta e oito, onde fica localizada a pensão “Mimi”. Acrescenta ao ocorrido que durante as primeiras horas da madrugada o senhor Jayme Santos adentra sua pensão “bastante embriagado” dirigindo-se até o balcão para pedir mais cerveja. Ao receber a noticia que não havia mais cerveja para ser servida, apontou para a mesa onde se encontravam Clodomiro e José Firmo, dirigindo-lhe “termos injuriosos e obscenos”, começando assim uma discussão.

É interessante perceber que o próprio Jayme Santos era proprietário de um botequim na mesma rua da pensão “Mimi”, o Bar Pernambucano. Para além disso, um de seus funcionários, seu guarda-livros Mário Silva, era amigo dos irmão Clodomiro e José Firmo e no momento se encontrava sentado, bebendo e conversando com os dois

¹⁹⁵ Clodomiro Doliveira e José Firmo de Oliveira, caixa 855, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

irmãos na mesma mesa. Sua posição como guarda-livros é bastante reveladora sobre suas ações. Segundo Popinigis, durante sua carreira profissional um caixeiro poderia galgar, basicamente, 4 tipos de cargos, são eles: caixeiro, empregado no comércio, guarda-livros e negociante. A função de guarda-livros era bastante concorrida no período uma vez que numa escala de 1 a 4, ser “guarda-livros” se encontrava na posição de número 2, perdendo apenas para a posição de “negociante”.¹⁹⁶

A atuação de Mário é bastante contundente neste momento, uma vez quando a contenda é instalada Mário se vê numa situação bastante complicada: de um lado seu patrão, a quem ele inclusive era guarda-livros; do outro seus amigos. Até onde sabemos Mário tenta a todo o momento tomar providências afim de minimizar os danos daquela eventual contenda, envolvendo José Firmo, Clodomiro e Jayme. No entanto ao tentar socorrer a mulher de José Firmo, que “nessa ocasião a meretriz Alzira, moradora da mesma pensão, amante de José Firmo, vindo do pavimento superior, onde soube que José Firmo estava em lucta, cae com um ataque (ilegível) ao chegar a porta do salão”, não sabe precisar de onde partiram os disparos de arma de fogo que vitimaram Jayme Santos.

Para nós fica claro que após ouvidas as declarações de 4 testemunhas, sendo que nenhuma delas sabe dizer de onde vieram os disparos que levaram Jayme a falecer, que todas as afirmações deixam transparecer as intenções de proteção para com Clodomiro e José Firmo. Todas as pessoas ouvidas, a exceção dos guardas civis possuíam alguma ligação com os dois denunciados, e claro, vão tentar ao menos amenizar qualquer vestígio de culpa que possa aparecer. Outra questão importante é a participação das mulheres nos depoimentos, demonstrando a todo tempo total solidariedade com os denunciados.

Uma vez que ficava no centro da cidade e próxima a Rua do Sol, a Rua Santo Amaro também era bastante freqüentada por uma gama considerável de pessoas. Para além disso, comportava uma das mais famosas, senão a mais famosa pensão do Recife, a pensão “Mimi”. Sendo assim, várias vezes encontramos evidencias, em casos diferentes dos que estamos trabalhando agora, e referências a este lugar, o que nos leva a crer que não era mais uma simples pensão.¹⁹⁷ Além do mais ao pedir para realizar este tipo de atividade, ou seja, “danças com entradas pagas”, Sarita Jaconosphy acaba por

¹⁹⁶ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. Págs. 189-195

¹⁹⁷ Sarita Jaconosphy em petição datada de janeiro do ano de 1928, pede permissão para realizar “danças com entradas pagas” no número 148 da Rua Santo Amaro – Pensão “Mimi”.

nos revelar que na verdade a pensão “Mimi” era de fato um cabaré. Sem contar que fazer petições aos órgãos públicos antes de realizar “danças com entradas pagas” deveria fazer parte do “repertório” de táticas destas pessoas com a finalidade de incorporar um pouco mais de respeitabilidade aos seus estabelecimentos.

Como podemos ver explicitamente com o que expusemos acima, tais lugares não eram nem um pouco bem vistos pelas autoridades do período. Tais pensões carregavam uma espécie de “estigma” de tudo o que não se deveria existir em uma sociedade dita “moderna”, ou que pelo menos estava em vias de tal, como o Recife. Uma vez que nestes sobrados acontecia o que conhecemos como “prostituição de janela”, com o passar do tempo vão sendo mais negativamente visados pelas autoridades. Ao escrever a qualificação de “mundana” para a pensão acima referida, ou seja, a pensão “Mimi”, além do fato óbvio de nos garantir que o lugar onde existia prostituição ele nos revela que visão possuía sobre tais ambientes.¹⁹⁸ No entanto, a prática da prostituição era sim tolerada em locais fechados, como os bordeis, pensões e cafés espalhados pelo Recife.¹⁹⁹

Nos botequins, cafés e pensões espalhados por toda a cidade aconteciam as maiores variedades de rixas que se possa imaginar. Só para termos uma idéia da enorme variedade de motivos alegados para o início de uma rixa postaremos alguns aqui: “Manoel Cezario Netto é acusado de na Rua Marcílio Dias, no café “Usina Nabuco” empurrar violentamente Manoel Lourenço dos Santos, vulgo “Peitoral” na calçada”;²⁰⁰ “Na praça Barão de Lucena, Joaquim José Félix, 19 anos solteiro, garçom teria agredido Pedro Vianna da Silva, vulgo “Pedro da Burra” com uma pedrada, (...) uma vez que no Café da Noite ali situado era insultado pelo mesmo (“Pedro da Burra”). José Sabino dos Santos declara que estava tomando um café no referido botequim quando entrou “Pedro da Burra” e começou a fazer insultos a Joaquim Félix,; não satisfeito quis então tentar beijar ao mesmo; Joaquim Félix fazendo uso de uma pedra de calçamento jogou-a contra Pedro”;²⁰¹ “Num Café, na Rua das Trincheiras, número 104, José Monteiro de Souza, vulgo “Menininho”, pernambucano, 18 anos, solteiro, carregador, teria agredido

¹⁹⁸ Clodomiro Doliveira e José Firmo de Oliveira, caixa 855, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

¹⁹⁹ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. in: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.. Pág. 51

²⁰⁰ Manoel Cezario Netto, caixa 1425, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

²⁰¹ Joaquim José Félix, caixa 1425, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

José Rodrigues dos Santos, vulgo “José da Burra”, com uma quartinha²⁰² – vale salientar aqui que testemunhas afirmam que os dois eram inimigos declarados;²⁰³ “Guilherme Pereira do Nascimento estava às 16:00 horas no número 235 na Rua Larga do Rosário e após discussão acalorada e com uma faca peixeira da marca “Águia” teria produzido em Alfredo Pio dos Santos ferimentos”;²⁰⁴ “Na Rua Madre de Deus, os acusados José Lourenço da Silva e “José Chico” estavam num botequim e por causa de uma discussão acerca de algumas latas de sardinha teriam se agredido, com “José Chico” armado de uma faca, fazendo diversos ferimentos”;²⁰⁵ “César Pinto Machado, 22 anos, soldado de polícia, sabe ler e escrever estava no “Radiante Bar”, no Pátio do Carmo, enquanto em outra mesa bebiam e comiam quatro marinheiros. Surgiu então uma questão entre estes e o caixeiro (o caixa) acerca do pagamento da despesa, na qual interveio o denunciado aconselhando os marinheiros a nada pagarem. Chamada a polícia, houve alteração entre o denunciado e os policiais, resultando um sarilho de que veio a sair ferido o denunciado e a mulher Júlia Francisca de Souza que atribui o seu ferimento a um disparo do denunciado errando o alvo²⁰⁶. Retornaremos a alguns destes casos mais adiante.

3.2 Nas malhas da polícia: o caso dos reincidentes e do defloramento de menores

Devido a esta gama de possibilidades a que um policial poderia estar acometido em sua rotina de trabalho podemos perceber o quão era difícil a tarefa de policiar o Recife que se queria “moderno” na década de 1920. Por mais experiente que o policial fosse, resolver contendas entre trabalhadores pobres nunca era uma tarefa a qual estes policiais pudessem estar 100% acostumados, além do mais, requeria dos mesmos uma habilidade verbal muito complexa para se contornar a situação, evitando assim o uso da violência.²⁰⁷

Outra questão que se faz importante neste momento faz referência sobre a possibilidade de que agentes policiais poderiam desenvolver um conhecimento

²⁰² José Monteiro de Souza, vulgo “Menininho”, caixa 1425, 1928

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Guilherme Pereira do Nascimento, caixa 401, 1925. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

²⁰⁵ José Lourenço da Silva, caixa 532, 1927. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

²⁰⁶ Cesar Pinto Machado, caixa 401, 1925. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

²⁰⁷ REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, págs. 19-34.

específico e individualizado das pessoas de um determinado trecho da cidade. Trabalhando rotineiramente em rondas – as famosas “canoas policiais” como eram conhecidas no período²⁰⁸ – nas mesmas áreas da cidade se torna bastante provável que determinados policiais adquirissem um conhecimento sobre aquelas pessoas que poderíamos chamar de “contraventores em potencial”.²⁰⁹

Trabalharemos, para exemplificar o que dissemos acima, com dois casos bastante ilustrativos de nosso argumento: no primeiro analisaremos o menor Antônio da Silva, vulgo “Escovado” ou “Escovadinho” sendo preso diversas vezes por crimes de gatunagem; no segundo veremos Manoel Antunes de Oliveira, preso seguidas vezes “pela prática de jogos proibidos”. Todos os dois casos nos ajudam a entender como determinados policiais do período sabiam, pela experiência adquirida com o tempo de serviço, onde procurar por possíveis contraventores e até se envolviam pessoalmente com os policiados, gerando algumas contendas entre policiais e policiados.

Como sabemos, na década de 1920 Recife vivia um clima de conflito provocado pelas desigualdades sociais, o que propiciava a criação de espaços para o aumento de atos praticados por meninos. É justamente neste mesmo período que vemos a criação do estigma de “ameaçador”, aquele que põe em risco as chamadas “ordens sociais” que tanto se queria alcançar. Diversas crianças naquela época serão então alvo dos mecanismos de controle social, entre eles a Justiça. Segundo Michele Perrot os meninos que carregavam o signo de *gatuno*, atrevido e vadio, formavam uma “micro-sociedade com sua geografia, sua hierarquia, sua linguagem, seu código.”²¹⁰

Assim era o contexto onde Antonio da Silva, em seu ato de qualificação contido em um de seus quatro pedidos de *habeas corpus* se caracteriza como possuindo a alcunha de “Escovadinho”, de quinze anos de idade, natural de Alagoas, solteiro, filho de José da Silva, carpinteiro, sabendo ler e escrever e residente no Espinheiro.” Foi preso apenas no ano de 1928, segundo nossos arquivos, pelo menos quatro vezes, todas

²⁰⁸ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920.** in: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. Pág. 41

²⁰⁹ GARZONI, Leric de Castro. **Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905).** In: **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX** / Elciene Azevedo... [ET AL.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. Pág. 158

²¹⁰ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p 325. in: MIRANDA, Humberto. **Meninos do Recife, na mira da polícia.** In: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. Pág. 97

por crime de gatunagem. Alega em todas as vezes que foi preso que possui profissão – a de carpinteiro – sobre o qual faremos algumas considerações mais a frente.²¹¹

Inicialmente gostaríamos de começar esta análise tecendo algumas observações acerca das estratégias tomadas pelo advogado de “Escovadinho” para “florear” seu pedido de *habeas corpus*. Para o ano de 1928, em todos os *habeas corpus* referentes a “Escovadinho”, seu advogado José Francisco Dias, se utiliza de várias expressões de linguagem para demonstrar humildade e respeito do seu cliente para com as instituições de justiça a que estava subordinado. Na verdade, percebemos ao longo desta pesquisa, que esta não era apenas uma estratégia utilizada pelo advogado de “Escovadinho”, mas uma tática utilizada em larga escala pelos advogados de defesa. Para deixar o que dissemos mais concreto utilizaremos alguns exemplos: no segundo dos quatro *habeas corpus* a que tivemos acesso sobre “Escovadinho”, datado do dia 11/03/1928, José Francisco Dias utiliza no pedido as seguintes palavras “vem humilde e muito respeitosamente pedir a V. Excia”.²¹²

Dito isto notamos que demonstrar respeito e reverência para com as autoridades judiciais sempre era bem visto aos olhos dos magistrados, além de como já dissemos no caso de “José Macaco”, se constituía numa questão sobre a violência judicial.

Outra estratégia utilizada pelo advogado, tanto de “Escovadinho” como de tantos outros que encontramos em nossa pesquisa, era a de tentar livrar seus clientes “do ilegal constrangimento de que se acha vítima”, tentando demonstrar que a prisão daquelas pessoas se constituía num fato ilegal. Trazendo esta discussão para o caso de “Escovadinho” percebemos que talvez o advogado José Francisco Dias tivesse razão quando proferia estas afirmativas, uma vez que analisando todos os documentos que encontramos referentes a “Escovadinho”, em nenhum deles é possível notar que ele foi preso, pelo menos uma vez, em “flagrante delicto” ou sequer ter expedido contra ele algum mandato de prisão, como fica claro nas alegações de seu defensor logo no primeiro *habeas corpus*, datado do dia 11/02/1928.

Outra questão pertinente sobre o caso em que foi réu “Escovadinho” versa sobre a sua menor idade. Ao analisarmos seus os documentos de *habeas corpus* vemos claramente como se constituía a política para com menores infratores. Para começo de análise é importante que frisemos que ao ser detido e recolhido diversas vezes a uma prisão comum vemos que as autoridades responsáveis por “Escovadinho” descumpriam

²¹¹ Antonio da Silva, caixa 852, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

²¹² Idem.

tanto o *Código de Menores de 1927* quanto o Código Penal em seu artigo 86. O *Código de Menores de 1927* versa da seguinte maneira para estes casos:

“O menor que ainda não completou 18 anos não pode ser considerado reincidente; mas, a repetição de infração penal da mesma natureza ou a perpetração de outra diferente contribuirá para equiparar o menor moralmente pervertido ou com persistente tendência ao delito”²¹³

Percebemos assim o distanciamento da aplicação desse aparato jurídico no procedimento policial. Já sobre o Artigo 86 do Código Penal observamos que “nenhum menor de 18 anos, preso por qualquer motivo ou apreendido, será recolhido à prisão comum”. Descumprindo claramente dois dispositivos tão objetivos quanto os que expomos acima vemos que o aparato policial e judicial do período praticava ações a partir de uma lógica punitiva e autoritária para “resolver” a questão dos menores infratores do Recife que eram tidos como ameaçadores a ordem pública.²¹⁴

No entanto, em finais de 1926, Estácio Coimbra assume o governo do Estado e nomeia para o cargo de Chefe de Polícia o Dr. Eurico de Souza Leão, que entre outros objetivos, representava e carregava o desejo e a esperança dos grupos de elite de que os problemas das ruas do Recife fossem solucionados. Tal nomeação demonstrava uma mudança de atitude com relação aos métodos empregados pela polícia para tentar exercer um controle mais efetivo sobre a cidade e seus habitantes. Souza Leão era “bacharel em Direito, de família influente, e freqüentava as colunas sociais, sendo citado como “figura de alta evidência em nossa sociedade”.²¹⁵

Partindo deste pequeno contexto apresentado acima, encontramos o caso onde em 1928, foi preso diversas vezes “Manoel Antunes de Oliveira, pernambucano, 67 anos, casado, *negociante*, residente nesta cidade, sabe ler e escrever”. Segundo nossos arquivos, somente no ano de 1928 ele foi preso pelo menos três vezes, todas elas ligadas à contravenção do “Jogo do Bicho”. A saber, as datas e as acusações foram as seguintes: em 18 de julho é detido sob a acusação de ser “jogador”, em 14 de agosto “é arremessado ao xilindró” por “contravenção de Jogo do Bicho” e em 10 de dezembro é preso por “banicar o Jogo do Bicho”.

²¹³ Brasil. Código de Menores. 1927. Artigo 85, Capítulo VII.

²¹⁴ MIRANDA, Humberto. **Meninos do Recife, na mira da polícia**. In: **Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco** / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009

²¹⁵ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. in: **Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco** / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 47

Analisando com mais cuidado suas três petições de *habeas corpus*, gostaríamos de citar algumas passagens interessantes para a nossa presente discussão. Em petição datada de 15 de agosto de 1928, no segundo parágrafo do texto o peticionário afirma: “A polícia deste Estado desde algum tempo vem perseguindo o paciente por lhe atribuir a vendagem de pules do chamado Jogo do Bicho”. Como dissemos, ainda sobre o caso do menino “Escovadinho”, tal passagem atesta algo bastante plausível: a idéia de que os policiais do período possuíam um conhecimento individualizado das pessoas de um determinado trecho da cidade.²¹⁶

Já em momento conseqüente do mesmo texto temos a seguinte assertiva:

“A perseguição odiosa da polícia ao paciente já tem determinado inúmeras vezes a sua detenção sempre relaxada pelo remédio do *habeas corpus*. Agora a polícia entendeu lavar mão de um meio, embora falso para impedir que o paciente fosse favorecido pelo remédio legal”.²¹⁷

Quando o peticionário afirma “A perseguição odiosa da polícia ao paciente já tem determinado inúmeras vezes a sua prisão” podemos inferir que possivelmente – como acontecia com “Escovadinho” – que ser preso não constituía de fato como um empecilho para as contravenções as quais Manuel Antunes é acusado, uma vez que logo em seguida no texto é afirmado que suas detenções sempre são relaxadas “pelo remédio do *habeas corpus*”.²¹⁸

Não obstante, podemos ainda observar outro detalhe que está presente nos casos tanto de “Escovadinho” quanto de Manuel Antunes: a questão do que podemos chamar de “conhecimento prático” sobre conceitos judiciais. O fato por si só de serem presos e em seguida, soltos diversas vezes – vale salientar que em cada prisão cada um fica preso em média de quinze a vinte dias – prova que eles possuíam, nem que fossem parcos, conhecimentos sobre as leis que estavam subordinados.²¹⁹

Outra questão interessante sobre os casos de “Escovadinho” e Manuel Antunes está nos “Autos de Qualificação” dos sujeitos. Em todas as vezes em que é preso Manuel é questionado sobre sua profissão, e em todas elas responde que é *negociante*. Termo vago e que não nos permite considerar muitas coisas a primeiras vista, no entanto, esta tática possui pelo menos duas brechas sobre as quais gostaríamos de

²¹⁶ GARZONI, Leric de Castro. **Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905)**. In: **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX** / Elciene Azevedo... [ET AL.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. p. 158

²¹⁷ Manoel Antunes de Oliveira, caixa 852, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Antonio da Silva, caixa 852, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/ TJPE**

discutir agora. A primeira delas é relativa à questão da vaguidão do termo utilizado para se qualificar. Segundo Lericé Garzoni “em todo esse processo, essas pessoas tinham papel ativo: atentas aos seus interesses e ao comportamento inesperado, elas estão bem distantes de simplesmente “serem identificadas”. Logo ao ter liberdade para dizer/inventar que era *negociante*, Manuel Antunes poderia estar exercendo nada mais que uma de suas estratégias para fugir ao controle policial do período visto que ser considerado vagabundo ou desempregado poderia ser muito pior para sua condição. No entanto devemos tomar algumas precauções para este tipo de observação, pois “a pena estava na mão do policial, e com ela a última palavra”.²²⁰

Já a segunda observação que faremos sobre as qualificações tanto de Manuel como negociante, quanto de “Escovadinho” tem como objeto o próprio termo. Ao afirmar que é “negociante”, ele tenta dar ao policial as idéias, tanto que é morigerado como dissemos acima, quanto que trabalha com ou no comércio. Fabiane Popinigis em livro que aborda os diferentes aspectos do cotidiano e da sociabilidade dos trabalhadores do comércio do Rio de Janeiro, diz o seguinte sobre a dificuldade de se definir alguém que trabalhava no comércio naquela época: “Desde caixeiro até o *negociante* podiam ser denominados ou se denominarem como “do comércio” ou simplesmente “comércio”. Por vezes, mesmo pessoas desempregadas podiam designar-se como “do comércio” ou simplesmente “comércio”. Tal autora ainda conclui que devido a esta variedade de termos não foi possível “definir exatamente o que esse termo significava quando aplicado para designar a ocupação de um trabalhador”.²²¹ Para além disto,

“por causa da abrangência e da diversidade dos termos, muitos se diziam ligados ao trabalho no comércio sem de fato exercer função alguma nesse setor, que demandava cada vez mais trabalhadores. (...) Uma razão para reivindicar o título seria a referência de “moralidade” e “morigeração” ou *status* que ele pudesse trazer num momento em que o estigma de “vagabundo” assombrava a maioria dos trabalhadores pobres não especializados, talvez por isso encontremos todo tipo de individuo utilizando designações ligadas ao comércio bem pouco preocupado em preservar a imagem de ascetismo e dedicação que elas poderiam evocar”.²²²

²²⁰ GARZONI, Lericé de Castro. **Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905)**. In: **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX** / Elciene Azevedo... [ET AL.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. p. 165

²²¹ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. Pág. 190

²²² Idem, Pág. 192

Já para Marcos Luiz Bretas a utilização de um termo vago para qualificar um trabalhador pode ter partido do próprio policial/ escrivão que fez a qualificação com o intuito de se ter um maior enquadramento de um sujeito.²²³

Prática recorrente e que era combatida com muita veemência pelas autoridades do período era a questão do defloramento de menores de idade. Ao longo de nossa pesquisa encontramos diversos processos que versam sobre este problema. Para não nos delongarmos de maneira demasiada neste assunto, mesmo apesar de sua importância, trabalharemos com apenas um processo do vasto universo de processos sobre defloramento que encontramos. Processo este que se apresenta bastante ilustrativo de várias questões que pretendemos apresentar e analisar aqui. Nele Jerônimo dos Santos da Silva, com então 50 anos de idade, é réu acusado de raptar e posteriormente deflorar a menor e órfã Rosa Manzella, de apenas 13 anos. Segundo o Promotor Público, responsável pelo processo, João Inojosa de Andrade:

“Baseado em atribuições legaes e nas diligencias policiaes juntas, denunciou, perante V.S., Jerônimo da Silva dos Santos, natural deste Estado, com 50 annos de idade, solteiro, carregador d’água, residente à Rua dos Prazeres, casa s/ numero, no logar Gamelleira, analphabeto, como incurso nas penas do art. 270, combinado com o art. 272 e 273, inciso 3º, do Código Pennal, pelo facto delictuoso seguinte:

- Em companhia de Anna Maria Bonafina, morava desde creança, sua neta Rosa Manzella, orphã de pai e mãe, que alli recebia sustento e educação.

Trabalhava como carregador de água para a casa de D. Anna Bonafina, o denunciado, de muito tempo, pelo que nelle depositavam inteira confiança, sobretudo no que se referia à menor Rosa Manzella, a quem o mesmo denunciado conhecia desde tenra idade.

De certo tempo a esta parte, entrada a dita menor nos seus doze annos de idade, começou Jerônimo a impressionar-lhe o ânimo com o jogo de cartas para verificar-lhe a sorte. Sempre que as lançava sobre a mesa era para dizer que não se casasse com “Almofadinha”, pois só seria feliz no casamento se tivesse por companheiro um homem idoso e trabalhador. Persistia nessa tecla sempre que, a sós com Rosa, lhe predizia o futuro no jogo das cartas, e foi, dessarte, pintando o tempo daquelle que lhe devia servir de esposo, que não era outro senão o typo do próprio Jerônimo, Cada vez mais impressionada, perguntava-lhe Rosa um dia quem era esse homem que um dia a poderia tornar feliz. A resposta foi immediata. O denunciado

²²³ BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. Pág. 104

indicou-se logo, fazendo toda a sorte de promessas possíveis. Convidou-a a retirar-se a casa de sua avó prometendo levá-la para o seio da família de uma seu irmão (delle Jerônimo), em Gravatá, onde trabalharia até ter dinheiro para se casarem.

Seduzida pelas lábias de Jerônimo, que a vira crescer, Rosa, com treze annos de idade apenas, acquiesceu, entregando-lhe, primeiramente, talheres, louças e roupas, para a montagem da futura nova residência.

Na noite do dia 22 de julho do corrente anno, pelas 20 horas, mandou Rosa, por insinuação do denunciado chamar uma vizinha para conversar (com) sua avó, e aproveitando-se o denunciado dessa visita, saiu com a menor Rosa, da casa à Avenida Cabanga, nº 125, “quase correndo”, conduzindo-a para a Ilha das Cobras, em Afogados, residência de uma sobrinha do mesmo denunciado. Ali chegando, já pelas 21 horas, agasalharam-se, separados, visto como pessoas da casa não permitiram que dormissem juntos. A calada da noite, porém, Jerônimo foi ter no leito de Rosa, practicando actos de libidinagem, e fechando-lhe a boca com ambas as mãos para que ella não gritasse.

Pela narração acima está perfeitamente caracterizado o crime de rapto, com uma circumstancia, aliás, impressionante, que é a de ter o denunciado cinqüenta annos de idade, e Rosa Manzella treze, e ser elle domestico da avó da raptada, em companhia da mesma vivia esta, cujo desenvolvimento physico e moral elle acompanhava, pois que servia a D. Anna Bonafina desde muitos annos. Os elementos constitutivos desse crime estão evidentemente provados – tirada do lar doméstico; libidinagem; sedução, e ainda mais a violência, dada a idade de Rosa Manzella.

Trata-se ainda de um que nenhuma garantia oferece a boa administração da Justiça. Confessou o seu crime na polícia, e testemunhas depozeram confirmando a practica de acto delictuoso tão revoltante. A idade de Rosa e seu estado de miserabilidade estão provados.

Por esses e outros motivos e por estarem preenchidas as formalidades legaes, requiero a prisão preventiva de Jerônimo da Silva dos Santos nos termos do Art. 27, inciso 2º do Decr. 2.110 de 30 de setembro de 1909, visto tratar-se também, de crime inafiançável, e do Art. 33, do Código de Processo Criminal do Estado.²²⁴

De início devemos observar um detalhe, que para muitos pode passar quase que imperceptível: a questão da confiança que Jerônimo gozava. Segundo as declarações do promotor encarregado do caso, da senhora Anna Bonafina, da menina Rosa Manzella e do próprio Jerônimo, contidas ao longo do processo percebemos que esta era uma

²²⁴ Jerônimo dos Santos da Silva, caixa 867, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

característica que Jerônimo possuía, inclusive “desde longa data”. Tal confiança só foi conseguida após anos de bons serviços prestados à senhora italiana. Relacionado a isto, outra questão se apresenta importante a ser destacada: Jerônimo, assim como muitos outros trabalhadores do período, exercia suas atividades sem um contrato de trabalho previamente definido. Ele apenas fazia seu trabalho e recebia seu pagamento de acordo com o que sua patroa achasse necessário, e se por acaso fosse “demitido” não teria qualquer tipo de indenização. Ou seja, Jerônimo fazia o que hoje conhecemos como “bico” trabalhando como carregador de água na casa da italiana Bonafina, na base da confiança que depositavam nele assim como expusemos acima.²²⁵

Como sabemos, assim que foi tirada por Jerônimo da casa de sua tutora, a menor Rosa pernoitou na casa de um irmão de Jerônimo, em um lugar conhecido como “Ilha das Cobras”. Em seu depoimento Rosa narra uma breve conversa na manhã posterior ao dia que deixou a casa de sua avó que teve com uma das sobrinhas de Jerônimo, de nome Adelina. Em dado momento Rosa pergunta: “se por acaso chegar por ali a polícia o que se deve fazer?” Ao que é prontamente respondida por Adelina: “não diga isso nem por brincadeira.” Este breve diálogo nos é revelador no sentido de nos indicar qual era a concepção que aquelas pessoas possuíam sobre seus próprios atos. Podemos inferir que eles sabiam que o que estava acontecendo não era uma conduta aprovável pelas autoridades.²²⁶

Outro ponto revelador é a questão acerca de como os populares do Recife se apropriavam dos discursos “civilizatórios” propelidos pelos governantes.²²⁷ Apesar de estarmos estudando aqui populares que não se adequavam às normas sociais que se queria impor, principalmente as mais pobres, até porque eram conhecidos como as “classes perigosas”, devemos ter em mente aqui que muitas outras pessoas, independente da condição social, absorviam estes discursos e os reproduziam. O diálogo que apresentamos acima entre Rosa e Adelina é bem revelador neste sentido.

Reforça nossa tese o fato de que ao chegar a casa de sua irmã conduzindo

“uma grande trouxa de roupa e se fazia acompanhado na ocasião de uma menina de côr branca, chamada Rosa, aparentando doze para treze annos de idade; que interpellado por ella depoente, sobre a existência da menor Rosa, aquella hora ali em sua casa com elle Jerônimo, que este lhe disse ter

²²⁵ Jerônimo dos Santos da Silva, caixa 867, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

²²⁶ Idem.

²²⁷ Além dos discursos governamentais, vários outros fatores influenciavam na absorção, por populares, de normas de convivência consideradas corretas.

roubado a mesma menor da casa de sua avó, situada na avenida Cabanga; que a depoente informada do ocorrido pelo próprio Jerônimo, lhe disse então que elle não tinha procedido bem, sendo por isso merecedor de censuras.»²²⁸

Através deste trecho do depoimento de Adelina podemos ver como alguns populares se imbuíam dos discursos dos governantes da época. Nele também podemos perceber que ao chegar na casa de sua irmã, situada na “Ilha das Cobras” em Afogados, Jerônimo foi de pronto repreendido por seus familiares, que não aprovaram o fato deste ter tirado a menor Rosa da casa de sua avó. O rol de testemunhas do processo é formado pelas três mulheres parentes de Jerônimo, que habitavam o numero 15 na Rua das Cobras, ou “Ilha das Cobras”: são elas Adelina Ferreira de Lima, natural de Pernambuco, 33 anos de idade, casada, não sabendo ler nem escrever; Josefa Ferreira do Nascimento, natural de Pernambuco, 23 anos de idade, solteira, não sabendo ler nem escrever; e Rosalina Maria da Conceição, com 67 anos de idade, viúva, não sabendo ler nem escrever.²²⁹

Todas as três em seus devidos depoimentos na delegacia são unânimes em afirmar que o comportamento de Jerônimo não foi correto, no entanto, isentam ele de boa parte da culpa ao afirmarem que a menor Rosa apenas acompanhou Jerônimo para fugir dos maus tratos que sofria de sua avó, Ana Bonafina. Segundo o relato de Josefa temos a seguinte afirmação: (Rosa) “lhe disse ter deixado a casa de sua avó porque vivia sempre seviciada (ou seja, maltratada) pela mesma”.²³⁰

No entanto, para Jerônimo, as coisas aconteceram de maneira bem diferente do que vimos até então. Segundo ele em seu testemunho, sua pessoa não passa de uma vítima de Rosa. Em sua versão, Rosa

“que esta referida menor, quando ficava só em companhia d'elle depoente, lhe provocava procurando muitas vezes até tirar-lhe as calças, convidando-o ainda a practicar actos indecorosos; que o declarante sempre segava aos convites da menor Rosa”.

E Jerônimo, diante do que expôs acima e para evitar “qualquer aborrecimento futuro elle declarante resolveu abandonar a casa; que elle declarante disse então a menor Rosa que iria embora devido ao seu procedimento”.²³¹

²²⁸ Jerônimo dos Santos da Silva, caixa 867, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

²²⁹ Idem.

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem.

Termina seu depoimento deixando bem claro para as autoridades policiais que suas intenções com a menor Rosa não são outras senão a de casamento quando afirma “que sendo de facto como é solteiro, deseja construir matrimônio com Rosa Manzella”. Talvez esta tenha sido sua intenção desde o início, não sabemos. Há ainda a possibilidade de que esta foi mais uma de suas “astúcias”, desta vez para tentar atenuar sua situação frente as autoridades e talvez não ser “arremessado ao xilindró.”²³²

Vimos aqui um caso bastante complexo envolvendo acusações de rapto e defloramento entre um homem de cinquenta anos e uma menina de treze. Como já dissemos anteriormente, não estamos aqui para julgar qualquer tipo de atitude, mas sim observar e analisar como era grande o esforço sobre os populares para tentar evitar que estes caíssem nas malhas do crime. Vimos também mais uma prática que os governantes do Recife combatiam e tentavam expurgar de uma sociedade que se queria “moderna”. Buscamos com este processo analisar uma determinada prática social, no caso o defloramento de menores de idade, e que era vista como perigosa para o “Recife Moderno” que se desejava no período e que era bastante reprimida e combatida.

3.3 “Acima da velocidade permitida”: Processos criminais e o trânsito do Recife

Outro problema encontrado pelas autoridades do período versa sobre a questão dos automóveis e os acidentes de trânsito. Com a chegada dos anos 1920 e a modernização da cidade, os habitantes do Recife terão que conviver com novas práticas, estas por sua vez, dignas de uma cidade que se diz moderna. Com o advento da modernidade novos meios de transporte serão introduzidos, e com eles, novas práticas e novos problemas. Problemas estes que entrarão no rol de questões a serem resolvidas pelo Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão. Segundo Couceiro:

“Os poderes das autoridades policiais estendiam-se a outros setores, como o trânsito da cidade. Visto pelos contemporâneos como um verdadeiro caos, causador de vários acidentes e mortes diariamente, a normatização do trânsito também constituiu uma preocupação durante sua gestão. Em maio de 1927, ele divulgava o projeto do novo regulamento de veículos, enviando o documento ao *Centro dos Chauffeurs* e à *Associação Comercial* para uma apreciação. A quantidade de automóveis, motocicletas, bondes e até carroças multadas a

²³² Jerônimo dos Santos da Silva, caixa 867, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

partir da vigência do novo regulamento era alto em relação ao número de veículos circulantes.”²³³

O maior problema para se policiar este tipo de atividade era controlar a velocidade dos “autos” e talvez assim impedir atropelamentos. Como não poderia deixar de ser, em nossas pesquisas encontramos uma gama variada de processos referentes a esta questão. Exemplificando o que dissemos anteriormente temos um caso em outubro de 1928 em que

“Benjamim Pereira Pinto, cearense, 35 anos de idade, solteiro, chauffeur, sabendo ler e escrever, [...] por haver quando guiava o automóvel nº 1816, atropelado a menor de onze annos Cacilda Maria de Almeida, [...] fato ocorrido pelas 19 horas do dia 9 do corrente mez, na Rua da Concórdia, quando a mesma menor procurava atravessar aquella artéria.”²³⁴

Momentos antes do atropelamento a menor Cacilda estava acompanhada da viúva do “Coronel” João Guedes, Francisca Borges Guedes e voltavam para casa após terem passado o dia em Tejipió, que servia na época como um lugar de veraneio para aqueles que podiam pagar por isso. Em seu testemunho a senhora Francisca Guedes afirma que o automóvel do chauffeur Benjamim estava “em excesso de velocidade”, e por isso não conseguiu evitar o a atropelamento, no entanto, em parte alguma do processo, encontramos referência à parcela de culpa pertencente à mesma Francisca por ter deixado deliberadamente uma criança de onze anos atravessar uma rua sozinha. Como dissemos acima, o fato ganhou maior notoriedade, pois, a dita menor possuía parentesco com a família do “Coronel” João Guedes, e talvez pela diferença social entre as partes envolvidas só o chauffeur Benjamim foi considerado culpado pelo atropelamento da menor Cacilda.

Atropelamentos de menores não eram assim tão incomuns como podemos pensar a primeira vista. No dia 31 de outubro de 1927 foi denunciado “[...] Eduardo Gusmão, 22 annos de idade, natural deste Estado, [...] residente à Rua do Rosário da Boa Vista, nº 100, chauffeur, [...] por haver quando guiava o automóvel 1815, ao passar pela Rua do Hospício, [...] atropelado o menor Amaro Miguel de Barros.”²³⁵ Tais acidentes, como dissemos mais acima, faziam com que as autoridades, principalmente

²³³ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920.** in: **Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco** / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, Pág. 53

²³⁴ Benjamim Pereira Pinto, caixa 850, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

²³⁵ Eduardo Gusmão, caixa 850, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

após a nomeação de Eurico de Souza Leão, combatessem paulatinamente esse tipo de acontecimento.

Complementando o que expusemos acima temos ainda o caso em que Epaminondas de Sousa Villarim “acusado de haver, quando guiava o auto-caminhao nº 588, atropelado e ferido a Samuel Rodrigues, facto verificado em 21 do corrente (junho), na Rua Barão de Victória, districto de Santo Antonio”.²³⁶

Outra parte do problema leva em consideração e traz à discussão a (im)perícia daqueles que guiavam os “bonds” do Recife: os motoneiros. Diversas vezes em nossa pesquisa encontramos processos relativos a esta questão. Quando foi réu em julho de 1927

“[...] o indivíduo José Xavier dos Santos, motoneiro da Pernambuco Tramways, chapa 571, pernambucano, com quarenta e seis annos de idade sabendo ler e escrever, incurso na sancção do artigo 297 do Cód. Penal, por haver, quando guiava um Bond, no dia 19 do corrente, cerca das treze horas, por imperícia na sua profissão, alcançado um popular de identidade desconhecida, que teve morte imediata.”²³⁷

Interessante perceber que na sua denúncia existe uma referência explicita em relação à falta de perícia do motoneiro do “Bond”, José Xavier. Apenas complementando à denuncia, sobre o “popular de identidade desconhecida”, sabemos apenas que era de alguém de “côr preta”, pois ao longo do processo esta é apenas a única referência feita à ele.²³⁸

Nem mesmo os maquinistas dos trens que faziam as linhas do Recife estavam livres deste tipo de problema, e por vezes acabavam por atropelar pessoas em seus trajetos. Caso bastante chamativo para entendermos como este tipo de problema era sério no período é o que Mariano Nunes Vianna foi denunciado.²³⁹ Mariano era maquinista empregado da empresa “Great Western” que operava a locomotiva número 33 que fazia a linha “Estação Central”/ “Afogados” no Recife. Quando em 1926 no

“dia 10 de julho do corrente anno, pelas 18 horas e 30 minutos saiu o denunciado da “Estação Central”, guiando a locomotiva número 33 que ficava o comboio N. W. 15, freando ao chegar à estação de “Afogados”, na

²³⁶ Epaminondas de Sousa Villarim, caixa 862, 1926. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

²³⁷ José Xavier Dos Santos, caixa 852, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

²³⁸ Idem.

²³⁹ É importante salientar que de todos os processos que trabalhamos neste capítulo, Mariano Nunes Vianna foi o único réu que não teve suas qualificações registradas na denúncia, sendo apenas descrito como “de características desconhecidas”.

ocasião da partida do referido trem, foi esmagado pelas rodas do mesmo o conductor Oscar da Silveira Gadelha, que teve morte imediata, [...]”²⁴⁰

O depoimento de “Luiz Nestor de Araújo Lima, de trinta e oito anos de idade, pernambucano, casado, empregado na Prefeitura Municipal do Recife” nos dá mais detalhes sobre o que aconteceu. Segundo Luiz Nestor, ao se dirigir à “Estação de Afogados”

“que não tendo ouvido os referidos apitos após a chegada do trem, elle depoente tomou o alvitre de seguir até a Estação, afim de tomar o supracitado comboio (número 33), que no momento de subir a escada da Estação, elle depoente notou que o chefe do trem dava o signal de partida do trem, sem, contudo, receber o prévio aviso de “desempedido” por parte dos seus auxiliares; que, partindo o trem, elle depoente observou que um indivíduo dirigiu-se apressadamente para o mesmo, afim de apanhá-lo; que o referido individuo, procurando segunrar o balaustre do penúltimo carro, perde-o de vista, cahindo desastradamente, sendo então colhido pelas rodas do ultimo carro, ficando com o tronco e o braço esquerdo esphacelados”.²⁴¹

Apesar da gravidade da situação, em seu depoimento, Mariano Nunes Vianna declara que o fato foi casual, não podendo ele ser sancionado penalmente uma vez, inclusive, que os próprios passageiros no momento do ocorrido atestaram sua versão.²⁴²

Tantos casos demonstrando a grande quantidade de problemas em relação ao transito de carros, “bonds”, locomotivas e pedestres nos leva a refletir sobre a condição das vias de transporte do Recife. É sabido que a modernidade chegava a Cidade de maneira avassaladora e muitas vezes as pessoas não estavam preparadas para receber tais mudanças. Existia no seio da Cidade uma contradição que de um lado colocava os adventos da modernidade e do outro a força das tradições. Aquelas pessoas que tinham condições queriam utilizar as “parafernálias” modernas em sua total capacidade, se locomovendo assim com mais rapidez, no entanto pouco se atentavam para o fato de que ainda existia a concepção de que a rua ainda era dos pedestres, gerando assim esta enorme quantidade de situações problemáticas nas vias publicas do Recife.

Retomando como exemplo o caso em que foi atropelada a menor Cacilda, dissemos que em nenhum momento do processo foi dada qualquer parcela de culpa a tutora da menor, Francisca Borges Guedes, que deliberadamente deixou que a menina atravessasse a rua sem acompanhamento. Acreditamos que isto seja mais um indicativo

²⁴⁰ Mariano Nunes Vianna, caixa 852, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² Mariano Nunes Vianna, caixa 852, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

do que apresentamos acima: para muitas pessoas a rua ainda era o local majoritariamente dos pedestres, sendo assim Francisca Guedes não previu que poderia vir um “auto” em velocidade podendo causar um acidente, e uma criança poderia atravessar a rua sem problemas.²⁴³ O mesmo pode ser afirmado tanto para os bondes como para as locomotivas do Recife da época.

3.4 Trabalhadores pobres e rituais de matriz afro-brasileira.

Para finalizarmos o nosso “mosaico” veremos o caso de Maria Luiza da Silva quando em seu pedido de *habeas corpus* encontramos,

“diz a *paciente* que foi preza no dia onze de janeiro de mil novecentos e vinte e oito, no Distrito Policial de Areias, por ordem do Inspetor Geral de Polícia, quando estava em sua residência foi intimada para comparecer a Delegacia a fim de dar um depoimento, depoimento esta que está (ilegível) mandou recolher a *paciente* Casa de Detenção como *catimbozeira*”.²⁴⁴

Em artigo em que discute mecanismos de controle empregados neste período e o caráter excludente do regime republicano Leric de Castro Garzoni nos mostra através de um estudo sobre a atuação de policiais contra prostitutas como práticas vistas como incompatíveis com o regime republicano serão alvo dos mecanismos de controle estatais: entre eles a polícia.²⁴⁵ Acreditamos que podemos fazer uma relação aqui, assim como a prostituição era vista como uma prática que deveria ser subtraída do momento pelo qual passava o Recife, o mesmo acontecia com as manifestações de caráter africano. Vimos no caso de Maria Luiza da Silva que foi presa como “catimbozeira” no ano de 1928 por praticar uma manifestação de matriz afro-brasileira – nos registros não encontramos mais detalhes sobre o que a mesma estava fazendo, mas acreditamos que seja alguma prática relativa ao Candomblé – e isto sendo motivo para sua prisão.²⁴⁶

O mesmo acontecia com outras práticas de origem africana como a capoeira que por ser considerada violenta e pelas disputas entres os grupos, conhecidos como “maltas”, terminou por ser proibido. Há registros da prática da capoeira nos séculos XVIII e XIX nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, porém durante anos a

²⁴³ Eduardo Gusmão, caixa 850, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

²⁴⁴ Maria Luiza da Silva, caixa 850, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

²⁴⁵ GARZONI, Leric de Castro. **Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905)**. In: **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX / Elciene Azevedo...** [ET AL.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

²⁴⁶ Maria Luiza da Silva, caixa 850, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

capoeira foi considerada subversiva, sua prática era proibida e duramente reprimida, principalmente após a mudança do Império para a República no Brasil. Devido a essa repressão, a capoeira praticamente se extinguiu no Rio de Janeiro, onde os grupos de capoeiristas eram conhecidos como maltas, e em Recife, onde segundo alguns a capoeira deu origem à dança do frevo, conhecida como o passo. Depois de ver uma exibição de Capoeira no Rio de Janeiro, em 1937, o presidente Getúlio Vargas descriminalizou-a e decretou ser aquele o "esporte autenticamente brasileiro". Para se ter noção, até então, os capoeiristas podiam pegar de dois meses a três anos de prisão, com pena de deportação no caso de estrangeiros. E como podemos perceber não era apenas a capoeira que era reprimida, mas sim, outras práticas de matriz africana entre elas o “catimbó”.²⁴⁷

Para além do já analisado acima acerca da violência judicial a que estavam submetidos os trabalhadores pobres do Recife no período, quando eram obrigados a comparecer à delegacia mesmo contra sua vontade – vemos isto no caso de Maria Luiza no trecho “quando estava em sua residência foi *intimada* para comparecer a Delegacia a fim de dar um depoimento” outro ponto nos chama a atenção: ao comparecer à delegacia, e pelas palavras de seu advogado, de livre e espontânea vontade, é recolhida a *paciente* para a Casa de Detenção, fato que mais uma vez reforça tanto a questão da violência policial quanto a judicial.²⁴⁸

Desta forma montamos aqui um grande “mosaico” de casos e peculiaridades com o intuito de discutir e problematizar práticas sociais existentes no Recife dos anos 1920. Acreditamos que com isto, nosso objetivo de demonstrar que por trás dos discursos normatizadores existentes no período existia uma espécie de “sociedade paralela”, quase sempre tida como “perigosa”, onde várias práticas consideradas “impróprias” ou “incivilizadas” co-existiam e eram amplamente combatidas pelas autoridades policiais e judiciais.

Buscamos neste capítulo demonstrar que apesar dos esforços desenvolvidos pelas camadas dominantes do Recife de 1920, ainda existiam muitas práticas que não se alinhavam ao que era proferido como “civilizado” ou “moderno”. Os trabalhadores pobres que analisamos aqui encontravam diferentes maneiras de burlar as práticas que

²⁴⁷ ARANTES, Erika Bastos. **Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910.** In: AZEVEDO, Elciene *et al.* (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX.* Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 107-156. Pág. 134.

²⁴⁸ Maria Luiza da Silva, caixa 850, 1928. **MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO/TJPE**

se queriam estabelecer. Por fim, devemos salientar que estudamos aqui, pelo menos em grande parte, resoluções de conflito de forma violenta, no entanto, isto não quer dizer que só existiam formas violentas para equacionar os mesmos conflitos. Tais trabalhadores pobres, despossuídos de tudo e esquecidos pelos poderes públicos, poderiam resolver seus problemas de forma violenta, mas isto não os transforma automaticamente em “animais de instinto impulsivo” uma vez que a violência praticada por estes grupos estava dentro de um código sócio-cultural presente e compartilhado entre seus pares em suas vidas.²⁴⁹

²⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Considerações Finais

É verdade que o Recife passou por muitas transformações no decorrer dos anos 1920. Seguindo uma tendência vinda de cidades brasileiras de grande porte e até do exterior, a cidade foi embelezada, novos meios de transporte foram introduzidos, modos de morar foram redefinidos, distâncias encurtadas, novas práticas colocadas em execução. E, logicamente, tudo isto teve seu preço. A cidade crescia desordenadamente. Não havia um projeto político republicano claro e muitas vezes o Estado foi obrigado a adotar medidas que para nós contemporâneos soam incríveis, como fixar preço nos produtos.

Estava em voga a “Ideologia do Progresso”. Governantes, intelectuais, escritores e jornalistas digladiavam-se quase que diariamente sobre como o Recife deveria ser. Os líderes do executivo municipal ansiavam por dar uma “face” moderna a cidade, retirando-lhe tudo aquilo que consideravam “atrasado”, “colonial”. Intelectuais e escritores, através de suas obras, ou em colunas de jornais, debatiam sobre o modernismo ou o regionalismo, e se alguma dessas vertentes deveria ser aplicada. O jovem Gilberto Freyre, por exemplo, defendia a modernização da cidade, de preferência utilizando símbolos próprios do Recife e desde que a mesma não perdesse seus traços originais, regionais. Jornalistas “denunciavam” diariamente em suas folhas tudo aquilo que consideravam imoral, e que contribuía para o atraso da cidade. Proprietários de imóveis, chauffeurs e merceeiros quase sempre eram tidos como “vilões” por contribuírem com este atraso, através de suas práticas consideradas “inadequadas”.

Nos anos vinte, sem dúvida, ficou mais difícil morar no Recife. Os preços dos gêneros de primeira necessidade dispararam. O preço da “carne verde” saltou de 1\$200 o quilo, para 2\$880 em finais da década, exigindo inclusive intervenções da prefeitura. E isto não foi apenas um fenômeno isolado: pão, leite e o peixe várias vezes ocupavam as notas nos jornais por também estarem sofrendo as conseqüências da inflação.

No entanto, não houve subida de preços maiores do que as das habitações no Recife. Assistimos ao longo da década à aceleração de um processo que praticamente expulsou os trabalhadores pobres das áreas centrais da cidade. Pessoas que exerciam suas funções no Porto tiveram que se mudar para áreas mais periféricas, devido ao escalonamento dos aluguéis de quartos no centro da cidade. E não pára por ai: disso deriva o que podemos chamar de “segregação residencial”. Estava em execução a ideia de que tornou o centro da cidade quase que impossível de ser habitado por trabalhadores

pobres. O centro, com seus cafés, cinemas, teatros e lojas deveria ser utilizado pelas classes mais abastadas da sociedade. Aos trabalhadores pobres, restou a periferia, os altos ou a beira dos mangues.

Além dos problemas relativos à habitação, vemos uma outra gama envolvendo o modo como as pessoas, principalmente os mais pobres, se locomoviam pela cidade. As antigas “maxambombas” foram paulatinamente trocadas pelos modernos *bonds*. Com a chegada das “maravilhas modernas”, como os automóveis e os *bonds*, uma série de novas práticas vão sendo incluídas e/ ou ressignificadas pelos habitantes do Recife. Contudo, este processo não se deu do dia para a noite. As ruas, agora alargadas, cada vez mais eram tomadas pelos carros e deixando de ser o “ambiente” dos pedestres, que tiveram que passar a andas pelas calçadas, ainda impróprias para a circulação, uma vez que eram utilizadas por muitos comerciantes para colocação de mesas e cadeiras, ou para despejo de materiais de construção.

Lendo jornais de época podemos “assistir” quase que diariamente aos acidentes advindos do trânsito. A cidade adquiria uma nova velocidade nas suas vias públicas e demorou (se é que hoje possuímos) para que as pessoas se acostumassem com as mudanças. Atropelamentos envolvendo os “autos” eram constantes. Desastres de bonde aconteciam com bastante frequência. A Prefeitura algumas vezes precisava tomar ação a fim de se controlar a velocidades dos automóveis que trafegavam no Recife. Os “autos” permitiam que longos trajetos agora fossem feitos num tempo muito menor. Entretanto frente a esta “maravilha moderna”, era difícil para o condutor se controlar e trafegar dentro do limite de velocidade estabelecido pela municipalidade, o que gerava tantas reclamações dos jornalistas do período. O próprio Recife ainda não estava completamente preparado para receber tantos automóveis como recebeu. As ruas ainda precisavam receber cobertura, serem alargadas, os buracos tampados para poder ter o fluxo de carros melhorado. Agentes de trânsito não existiam, logo cabia aos guardas municipais tentar organizar o fluxo (caótico) de automóveis.

Outra questão que precisava ser o quanto antes resolvida era a da saúde. A capital de Pernambuco, apesar de possuir um índice de mortalidade infantil menor do que o de outras capitais do Brasil, ainda assim era considerado alto. E isso incomodava os líderes do executivo municipal e a imprensa. Vimos também, ao longo da década, as doenças do aparelho digestivo, tomar o lugar das doenças do aparelho respiratório no obituário da cidade. Doenças advindas da má alimentação ou da alimentação de gêneros “deteriorados” começaram a vitimar mais pessoas que a tuberculose e o tísico. Ao

analisarmos as publicações da época, percebemos que a culpa disto foi sumariamente posta nos comerciantes de alimentos, caracterizados de “desalmados”.

Para a Recife se modernizar e, de fato, entrar no “hall” das cidades “adiantadas”, seus habitantes precisavam adquirir modos polidos e condizentes com esta nova fase da urbe. Para tal, a maior tática utilizada pelos governantes do período foi a do policiamento. Ao longo do capítulo 03 mostramos como o Estado, através do seu “braço armado”, aliado muitas vezes ao poder judiciário, levava ao “xadrez” pessoas pobres alegando motivos “frívolos” ou “sem importância”. Acontecia também que muitas vezes estes populares eram acusados de praticarem comportamentos considerados “perigosos”, como transitar tarde da noite, ou permanecer muito tempo parado em determinado local, ou seja, “vadiando”.

Não apenas o modo como os “civis” viviam a cidade deveria ser modificado. A própria polícia deveria dar o exemplo e ela mesma ser uma espécie de guia para os cidadãos. No entanto não era isto que acontecia. Periódicos dos anos vinte estão “recheados” de notas e matérias sobre o mal comportamento dos policiais da cidade. Neste ponto específico, as idéias de Sylvia Couceiro e Marcos Luiz Bretas se complementam: ao longo da década percebemos uma maior institucionalização do aparato policial recifense fazendo com que o mesmo muitas vezes fugisse ao controle do Estado²⁵⁰, e isto, por vezes, barrava o projeto de cidade “moderna” ansiado pelos governantes do período.²⁵¹

Vale a pena ressaltar também que os policiais do Recife não podem ser observados como parte exterior deste complexo “jogo” social. A maioria dos policiais e guardas da urbe era extraída das camadas mais humildes da sociedade e alinhavam-se a corporação muitas vezes possuindo aqueles mesmos comportamentos vistos como “atrasados” e “perigosos” à sociedade. Por isso tanto esforço governamental em tornar a polícia recifense mais polida e educada, uma vez que as reclamações sobre o mau comportamento dos policiais era enorme na época.

Ao longo do trabalho buscamos mostrar, em diversos setores da sociedade, os esforços empreendidos para tentar tornar Recife numa cidade “adiantada”, “moderna” e “do progresso”. No entanto, este desenvolvimento esbarrava numa série de

²⁵⁰ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

²⁵¹ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. in: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

“empecilhos”, uma vez que muitos dos populares do Recife não se alinhavam ao discurso do “civilizado” que era proferido. Vimos que, quase sempre, estes esforços influíam na vida dos trabalhadores e trabalhadoras mais humildes da cidade, fazendo com que práticas fossem burladas ou ressignificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marta. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000.

ALMANAQUE de Pernambuco, Recife, 1924.

ALVAREZ, Marcos César. **Controle social: notas em torno de uma noção polêmica**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 1, Mar. 2004 .

ARANTES, Erika Bastos. **Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910**. In: AZEVEDO, Elciene *et al* (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 107-156.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: reestrutura da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940** (Tradução de Lólio de Oliveira). São Paulo: Edusp, 1999.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas: o povo e a polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____, Marcos Luiz. **Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Cândido de Figueiredo. **Falar e escrever**. Lisboa: Clássica, 1906, vol. III – Novos estudos práticos da língua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e suas ruas: se essas ruas fossem minhas**, Recife: IAHP, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. in: Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

_____, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade. Conflitos e convivências no espaço de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. Doutorado em História da UFPE. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FEITOSA, Polycarpo. **Dois Recifes**. 2 ed. Revista – Recife : Cepe, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Apresentação e atualização de Antonio Paulo Resende; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; ilustrações de Luís Jardim; mapa turístico de Rosa Maria – 5. Ed. – São Paulo: Global, 2007.

GARZONI, Leriche de Castro. **Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905)**. In: Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX / Elciene Azevedo... [ET AL.]. – Campinas , SP: Editora da UNICAMP, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.

GOMES, Tiago de Melo. **Um espelho no palco: Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920**. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.

GUILLEN, Isabel C. M. . **Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife.** In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **Fazer-se da classe operária** in: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

KIRK, Neville. **Costume, comercialização e classe.** In: **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado** / organizadores: Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MIRANDA, Humberto. **Meninos do Recife, na mira da polícia.** In: *Cultura, cidadania e violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco / organização Isabel Maria Cristina Guillen, Maria Ângela de Faria Grillo.* – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PRESTRELO, Vittor L. B. **Campo de Batalha: Os divertimentos públicos no Recife na década de 1920-1930.** Monografia (Licenciatura em História) – DLCH/UFRPE, Recife, 2010.

REINER, Robert. **A política da polícia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, págs. 19-34.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 1920.** Recife: Fundarpe, 1997.

_____, Antonio Paulo. **As costuras das histórias: o Recife e a modernidade**. In: **Os anos 1920: histórias de um tempo**/ Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Rezende, Jaílson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SAVAGE, Mike. **Classe e História do Trabalho**. In: **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado** / organizadores: Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

SCHETTINI, Cristiana. **“Que tenhas teu corpo”**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 264 p.

SILVA, Jaílson P. da . **Velo(z)cidade: o Recife dos anos vinte e o delírio das invenções modernas**. In: **Os anos 1920: histórias de um tempo** / organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Rezende, Jaílson Pereira da Silva. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SILVA, W. B. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Doutorado em História da UFPE. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.

SOIHET, Rachel. **Festa da Penha: Resistência e interpenetração cultural (1890-1920)**. In: **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura** / Maria Clementina Pereira da Cunha (org.) – Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, 2002.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano:

Fontes Impressos– Arquivo Público Jordão Emerenciano – Apeje

Fundo: Secretaria de Segurança Pública, polícia, petições e portarias para funcionamento de divertimentos públicos, Recife, 1920-1930.

Fontes Impressos– Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj

Fundo: Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, microfilmagem, Recife, 1920-1930.

Fontes Impressos– Memorial da Justiça de Pernambuco/ TJPE

Fundo: Memorial da Justiça de Pernambuco/ TJPE, processos criminais da comarca do Recife, 1920-1930.